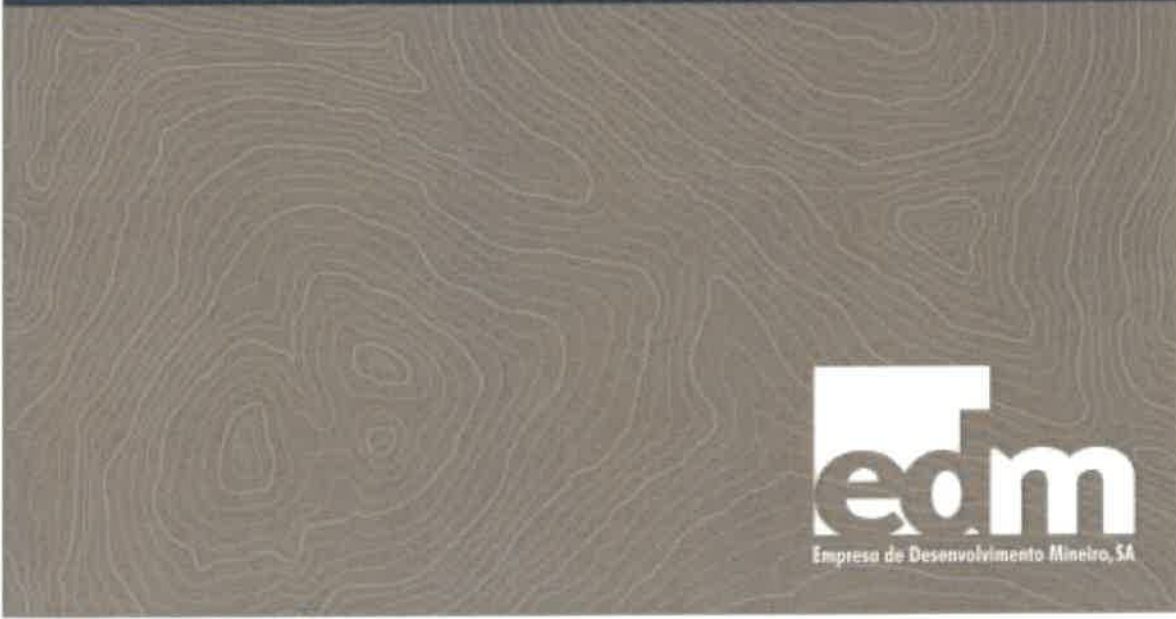


Handwritten signature and initials in blue ink.



GAVIÃO - ALJUSTREL

Relatório e Contas do Exercício de 2022



edm
Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

Handwritten initials or signature in blue ink.

Handwritten initials and signature in blue ink.

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

Relatório de Gestão e Contas

do

Exercício de 2022

Julho de 2023

CORPOS SOCIAIS DA EDM
(Mandato 2019-2021)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais
Secretária – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

Conselho de Administração

Presidente – Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus
Vogal – Zélia do Rosário do Vale Estevão
Vogal – Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

Fiscal Único

Efetivo: CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA, representada por Dr. Pedro Nuno Ramos
Roque, ROC n.º 828,
Suplente: Dr. Domingos Manuel Fernandes Cascais, ROC n.º 1265

Contribuinte n.º 501 692 983; Cons. Reg. Com. Lisboa n.º 979
Capital social: € 30.000.000,00

Sede: Rua Sampaio Pina, 1-3º Dtº – 1070-248 LISBOA
Telef. (351) 21 385 91 21/7 – Fax (351) 21 385 63 44

Este relatório substitui o anterior de março de 2023.

A
B

Índice

	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	12
2. ENVOLVENTE EXTERNA	15
2.1. CONJUNTURA MACROECONÓMICA INTERNACIONAL	15
2.2. A ECONOMIA PORTUGUESA.....	15
2.3. ENVOLVENTE SECTORIAL	17
3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE	25
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	35
4.1. NO DOMÍNIO DOS RECURSOS MINEIROS	35
4.2. NO DOMÍNIO AMBIENTAL.....	48
4.3. PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA (PIPSC)	70
5. SUSTENTABILIDADE E DIGITALIZAÇÃO.....	81
5.1. SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL	83
5.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	84
5.3. CAPITAL HUMANO.....	85
5.4. NOVAS ÁREAS DE NEGÓCIO.....	85
5.5. ECO.AP2030	88
6. STOCK DE URÂNIO	90
7. SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	94
8. PARTICIPADA EDMI – EMPRESA DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS	96
9. RECURSOS HUMANOS	97
10. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	98
11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS	102
11.1. “1-OBJETIVOS DE GESTÃO, (ARTIGO 38º DO RJSPE), E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO”	102
11.2. “2-GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO”	113
11.3. “3-LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO”	113
11.4. “4-EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP)”	113
11.5. “5-DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO AÇIONISTA NA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020”	114
11.6. “6-REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS (APÊNDICE 1)”	115
11.7. “7-APLICAÇÃO DO ARTIGO 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO”	120
11.8. “8-APLICAÇÃO DO Nº 2 DO ARTIGO 16º DO RJSPE E DO ARTIGO 11º DO EGP”	121

11.9.	“9-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES NOS TERMOS DO Nº 2 DA RCM Nº 18/2014”	121
11.10.	“10-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO”	121
11.11.	“11-CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO O MODO DE APLICAÇÃO DAS NORMAS, OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E OS ATOS E CONTRATOS DE VALOR SUPERIOR A 5M€”	121
11.12.	“12-ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS”	122
11.13.	“13-MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS”	122
11.14.	“14-CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA”	125
11.15.	“15-PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO”	126
11.16.	“16-DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS”	127
11.17.	“17-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE”	127
11.18.	“18-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA”	127
11.19.	“19-DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE DA DGTf”	127
11.20.	“20-APÊNDICES”	129
12.	PERSPETIVAS FUTURAS	135
13.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	143
14.	AGRADECIMENTOS	144
15.	MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	145
16.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	151

A
Jo

Índice Remissivo

	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	12
2. ENVOLVENTE EXTERNA	15
2.1. CONJUNTURA MACROECONÓMICA INTERNACIONAL	15
2.2. A ECONOMIA PORTUGUESA.....	15
2.3. ENVOLVENTE SECTORIAL	17
METAIS AND MINERAIS.....	18
METAIS PRECIOSOS.....	19
INVESTIMENTO EM PROSPEÇÃO E PESQUISA	20
EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES	21
3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE	25
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	35
4.1. NO DOMÍNIO DOS RECURSOS MINEIROS	35
4.1.1. Prospeção e Pesquisa	36
Avaliação contínua do potencial nacional para prospeção e pesquisa	36
Argozelo	38
Escádia Grande.....	39
Rosário.....	40
4.1.2. Avaliação e Exploração Mineira	41
Lagoa Salgada.....	41
Gavião	42
Semblana.....	42
4.1.3. Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos	43
Investigação e Desenvolvimento	46
Roteiro de Minas.....	46
4.2. NO DOMÍNIO AMBIENTAL.....	48
4.2.1. Concessão para a Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras.....	48
Antiga Área Mineira de Mortórios	53
Antiga Área Mineira de Quinta do Bispo	54
Antigas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar	54
Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos	55
Antigas Áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro (S. Domingos), A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros.....	56
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 2	59
4.2.2. Segurança e Riscos Ambientais	60

Segurança.....	61
Projetos Não Cofinanciados e Pós Remediação	61
Área Mineira da Cunha Baixa.....	62
Subsídências na antiga área mineira de Jales	63
4.2.3. Trabalhos de Monitorização	65
4.2.4. Investigação, Promoção e Parcerias	65
4.3. PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA (PIPSC)	70
4.3.1. Enquadramento e Execução	70
4.3.2. Dotação Orçamental Consignada pelo Fundo Ambiental.....	79
5. SUSTENTABILIDADE E DIGITALIZAÇÃO.....	81
5.1. SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL	83
5.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	84
5.3. CAPITAL HUMANO.....	85
5.4. NOVAS ÁREAS DE NEGÓCIO.....	85
Certificação de Uso de Solos.....	85
Avaliação de Radão nos Edifícios	86
Projeto Solar Fotovoltaico.....	87
Projetos Agro-Silvo-Ambientais	88
5.5. ECO.AP2030	88
6. STOCK DE URÂNIO	90
7. SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	94
8. PARTICIPADA EDM I – EMPRESA DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS	96
9. RECURSOS HUMANOS.....	97
10. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	98
11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS	102
11.1. “1-OBJETIVOS DE GESTÃO, (ARTIGO 38º DO RJSPE), E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO”	102
11.1.1. Execução do Plano de atividades e Orçamento para 2022	105
11.1.2. Princípios Financeiros de Referência	106
11.1.3. Quadro de Pessoal.....	109
11.1.4. Investimento.....	110
11.1.5. Nível de Endividamento	112
11.2. “2-GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO”.....	113
11.3. “3-LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO”.....	113
11.4. “4-EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP)”.....	113
11.5. “5-DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO AÇIONISTA NA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020”	114

Handwritten signature and initials in blue ink.

11.6. "6-REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS (APÊNDICE 1)"	115
11.6.1. Órgãos Sociais	115
Mesa da Assembleia Geral	116
Conselho de Administração	116
Fiscal Único/ROC	119
11.6.2. Auditor Externo	119
11.6.3. Restantes Trabalhadores	120
11.7. "7-APLICAÇÃO DO ARTIGO 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO"	120
11.8. "8-APLICAÇÃO DO Nº 2 DO ARTIGO 16º DO RJSPE E DO ARTIGO 11º DO EGP"	121
11.9. "9-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES NOS TERMOS DO Nº 2 DA RCM Nº 18/2014"	121
11.10. "10-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO"	121
11.11. "11-CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO O MODO DE APLICAÇÃO DAS NORMAS, OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E OS ATOS E CONTRATOS DE VALOR SUPERIOR A 5M€"	121
11.12. "12-ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS"	122
11.13. "13-MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS"	122
11.14. "14-CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA"	125
11.15. "15-PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO"	126
11.16. "16-DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS"	127
11.17. "17-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE"	127
11.18. "18-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA"	127
11.19. "19-DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE DA DGTF"	127
11.20. "20-APÊNDICES"	129
11.20.1. Apêndice 1	129
11.20.2. Apêndice 2	133
12. PERSPETIVAS FUTURAS	135
Posicionamento Estratégico	135
Estratégia e Objetivos Específicos	138
Projeções Económico-Financeiras	140
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	143
14. AGRADECIMENTOS	144
15. MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	145
Balanço	146
Demonstração dos Resultados por Naturezas	147
Demonstração de Resultados por Funções	148
Demonstração de Fluxos de Caixa	149
Demonstração das Alterações ao Capital Próprio	150

16. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	151
"1. Identificação"	151
"2. Referencial Contabilístico"	151
"3. Principais Políticas Contabilísticas"	152
"4. Fluxos de Caixa"	156
"5. Partes Relacionadas"	157
"6. Ativos Fixos Tangíveis"	157
"7. Ativos Intangíveis / Em Curso"	158
"8. Outros Investimentos Financeiros"	159
"9. Créditos a Receber" - não corrente.....	159
"10. Ativos por Impostos Diferidos"	159
"11. Inventários – Mercadorias"	160
"12. Clientes"	162
"13. Estado e Outros Entes Públicos"	163
"14. Outros Créditos a Receber" - corrente.....	163
"15. Diferimentos"	163
"16. Caixa e Depósitos Bancários"	164
"17. Capital Subscrito"	164
"18. Outros Instrumentos de Capital Próprio"	164
"19. Reserva Legal"	164
"20. Outras Reservas"	165
"21. Resultados Transitados"	165
"22. Ajustamentos em Ativos Financeiros"	166
"23. Excedente de Revalorização"	166
"24. Provisões"	166
"25. Outras Dívidas a Pagar"	167
"26. Fornecedores"	167
"27. Vendas e Prestação de Serviços"	167
"28. Trabalhos para a Própria Entidade"	168
"29. Fornecimentos e Serviços Externos"	168
"30. Gastos com Pessoal"	168
"31. Imparidades"	169
"32. Outros Rendimentos e Ganhos"	170
"33. Ganhos/Perdas Imputadas a Subsidiárias e Associadas"	170
"34. Outros Gastos"	170
"35. Gastos de Depreciação e Amortização"	171
"36. Juros e Outros Rendimentos Similares"	171

Handwritten initials and a signature in blue ink.

“37. Imposto sobre o Rendimento”	171
“38. Compromissos “	172
“39. Outras Divulgações – Processos em Tribunal”	172
“40. Outras Divulgações – Concessão para a Recuperação Ambiental”	172
“41. Acontecimentos após a data de balanço”	174
“42. _Impactos de fatores excepcionais, designadamente da crise geopolítica na atividade da empresa à data de balanço”	174
“43. _Ativos contingentes”	175

ANEXOS

- **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**
- **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**
- **RELATÓRIO DE AUDITORIA**
- **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O DESEMPENHO DOS GESTORES EXECUTIVOS**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., apresenta, para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2022.

Handwritten initials and a signature in blue ink.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2022 continuou ainda marcado pelos reflexos da situação provocada pela pandemia, consequência do vírus SARS-CoV-2, sendo que ficou indelevelmente associado aos fortes condicionalismos provocados pela invasão à Ucrânia, gerando um conflito bélico que condicionou significativamente a atividade económica a nível mundial, à qual a EDM não ficou incólume. Dispararam a inflação, as taxas de juro, os preços da energia e dos produtos alimentares, para valores insustentáveis, principalmente nas economias mais expostas e dependentes do exterior, como é a portuguesa, acumulando ainda o contínuo défice de matérias-primas e a sua consequente valorização.

No que concerne, por exemplo, à inflação, segundo o INE, encerramos o ano com 9,6% e tivemos um valor médio anual de 7,8%, o mais elevado dos últimos 30 anos.

Para atenuar o impacto desta difícil conjuntura no País, associada ainda a uma seca assinalável no ano hidrográfico (outubro 2021/setembro 2022), foram adotadas, em vários domínios, importantes medidas de apoio e de redução dos custos energéticos.

Apesar de tudo, e contrariando os cenários e as previsões iniciais, a economia nacional continuou a crescer, mais 6,7%, assente em enormes avanços e desafios competitivos e tecnológicos, impulsionados por uma agenda ambientalmente sustentável e necessária, onde a energia verde e os recursos minerais são fundamentais para o desígnio nacional do crescimento mais capacitado e competitivo.

Mesmo com um contexto de forte adversidade, a EDM, no ano 2022, apresenta uma situação económica financeira consolidada e estável, com um resultado líquido positivo de €5.017.520,31 – decorrente de um ano singular, mas também revelador da permanente gestão cuidada, planeada, sustentada e equilibrada.

No último ano, com a execução de €2.409.441,27, no âmbito da recuperação ambiental, a empresa atingiu cerca de 45M€ de execução do Quadro Comunitário PT2020, em fase de conclusão, faltando apenas executar cerca de 3M€.

Foi concluído e mapeado o quadro de investimentos, um total de 46M€, distribuídos pelas NUTS II, no âmbito do PT2030 e da renovação do contrato de concessão para a recuperação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas.

Em 31 de Dezembro de 2022, foi ainda concluído o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC), que resultou da Resolução de Conselho Ministros (RCM) n.º

50/2019, de 5 de março, alterada pela RCM n.º 201/2021, de 31 de dezembro, e que permitiu intervir no domínio da avaliação do risco, sinalética e proteção e segurança de pessoas, bens e do ambiente. Durante este último ano, foram investidos €318.784,88, que permitiram uma execução total das medidas impostas previstas.

Internamente, foi implementada uma necessária e ajustada reorganização dos serviços da empresa. Para o efeito, foi elaborado um Plano de Gestão e Desenvolvimento de Carreiras, que corporiza uma nova orgânica dos serviços e a necessária afetação de recursos humanos, cujo o propósito é prosseguir com o cumprimento da missão, de uma visão estratégica e dos objetivos e atividades da empresa, a fim de implementar um modelo ajustado de carreiras e respetivas categorias, com definição de perfis de competência técnica e comportamental, descritivos de funções e uma avaliação de desempenho, baseada no mérito, com reflexo na respetiva progressão.

Assim, e em síntese, prosseguiu-se a estratégia definida no contrato de gestão e no Plano de Atividades para 2022-2024, o qual foi aprovado em Assembleia Geral, de 30 de março de 2022, após despacho do senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 1011/2021, de 5 de novembro e do despacho de 16 de fevereiro de 2022 do Secretário de Estado Adjunto e da Energia, tendo por base o relatório de análise da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) n.º 267/2021, de 2 de novembro.

Durante o ano de 2022, a EDM incidiu a sua ação em:

- Preparação e intervenção em projetos de prospeção e pesquisa mineira, em consórcio ou por si própria;
- Intervenções de remediação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas atuando como concessionária do Estado nos termos do decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho;
- Intervenção no Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC), dando sequência à aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2019, de 5 de março, com o respetivo plano, alterada pela Resolução do Conselho de Ministro n.º 201/2021, de 31 de dezembro, tendo sido aprovada a prorrogação do prazo de execução do PIPSC até 31 de janeiro de 2023. Esta intervenção pontual é financiada por um Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental, a DGEG e a EDM;

2. ENVOLVENTE EXTERNA

2.1. Conjuntura macroeconómica internacional

Nos últimos três anos, devido a acontecimentos marcantes como a pandemia, a guerra na Ucrânia e as preocupações com a recessão global com contrações de 3% em 2020, os mercados globais de matérias primas metálicas foram fortemente afetados, o que contribuiu para grandes oscilações nos preços. Assim, após uma queda nos preços durante a pandemia em abril de 2020, seguiram-se novos declínios acentuados, a partir de março de 2022, devido à invasão na Ucrânia. Esta conjuntura desfavorável, teve um interregno, entre os confinamentos provocados pela pandemia e o início da guerra, em que a recuperação dos preços das matérias-primas foi impulsionada principalmente pela recuperação económica (cerca de 6% em 2021), onde fatores do lado da oferta também contribuíram em cerca de um quarto da recuperação final. Desde março 2022, tem se verificado uma forte quebra de preços, devido à forte desaceleração do crescimento global, ao fim das restrições de oferta, ao encerramento de empresas como fundições com uso intensivo de energia e custos recordes de energia (especialmente para o alumínio com quedas de 36%) e preocupações com uma iminente recessão global (especialmente para o cobre com quebras de 24%).

Com a implementação da transição energética espera-se uma maior estabilidade de preços, reforçada por um aumento da procura de metais face aos combustíveis fósseis. Políticas apropriadas ajudarão os exportadores de metais a aproveitar ao máximo as oportunidades de crescimento resultantes nesta transição.

A taxa de inflação atingiu um máximo histórico na área do euro e o valor mais elevado dos últimos 40 anos nos EUA; acompanhado de uma rápida subida das taxas de juro e da forte depreciação do euro face ao dólar.

2.2. A economia portuguesa

O ano de 2022 foi marcado pelo surgimento da guerra Rússia-Ucrânia e pelo impacto do choque energético, de que resultaram uma elevada incerteza no panorama geopolítico e uma perda de confiança dos agentes económicos.

Nos três primeiros trimestres do ano, a economia portuguesa desacelerou, mas manteve um crescimento acima da zona euro, tendo registado uma variação homóloga em termos reais

Handwritten signature in blue ink.

- Realização de visitas técnicas de acompanhamento, para dimensionamento das intervenções a realizar em ocorrências de antigas áreas mineiras;
- Desenvolvimento de projetos solares fotovoltaicos nas antigas áreas mineiras já remediadas dando uma nova função ao solo que se encontra extremamente condicionado quanto ao seu uso, ao mesmo tempo que se aumenta a produção de energia elétrica por fontes renováveis, reduzindo assim os custos e as emissões;
- Desenvolvimento de ações relacionadas com a sustentabilidade da empresa, com aplicação do Plano ECO.AP 2030, monitorizando os consumos de água, energia e materiais, bem como melhorias do “workflow”, backup e segurança do sistema informático e de dados, na otimização progressiva do “site” da empresa;
- Desenvolvimento de planos de investimento do Grupo EDM, no sentido de valorizar o património existente e pelo início do estudo de novas áreas de negócios que aproveitem as valências e competências da empresa;

Lisboa, 3 de julho de 2023

O Presidente do Conselho de Administração

de 8% (menos 1,6 p.p. que no primeiro semestre), enquanto a economia da área do euro cresceu 4%. Neste período, todas as componentes da procura interna desaceleraram em termos acumulados, tendo os fluxos do comércio externo abrandado em resultado de uma desaceleração na componente dos serviços. Esta desaceleração do PIB foi transversal a todos os setores de atividade. No que concerne ao consumo privado, destaque para um abrandamento motivado pelo comportamento dos bens não duradouros. Por sua vez, também o investimento manteve a trajetória de desaceleração do crescimento em termos homólogos, sobretudo em virtude do comportamento da formação bruta de capital fixo (FBCF) em construção e em equipamento de transporte, já que apenas as importações de máquinas e outros bens de capital deram mostras de melhor desempenho.

O mercado de trabalho, que se mostrou resiliente até ao terceiro trimestre de 2022, manifestou ligeiros sinais de abrandamento nos últimos meses do ano. Nos três primeiros trimestres de 2022, verificou-se uma diminuição da população desempregada face ao período homólogo, sendo que no terceiro trimestre houve uma diminuição de 4%, ou seja, cerca de 47 mil indivíduos, em virtude do aumento da população empregada ter sido sempre superior ao aumento da população ativa.

A inflação desacelerou nos meses de novembro e dezembro, após ter atingido um máximo em outubro (10,1%, o valor mais elevado desde maio de 1992). Contrariamente, a inflação subjacente manteve a tendência ascendente. No conjunto do ano de 2022, a taxa de inflação foi de 7,8%, o valor mais elevado desde 1992 (altura em que a inflação atingiu os 9,6%), correspondendo a uma forte aceleração relativamente ao valor de 2021 (1,3%).

No período de janeiro a setembro de 2022 as exportações portuguesas mantiveram um crescimento expressivo num contexto económico e geopolítico adverso, aproximando-se da meta dos 50% do PIB. O resultado está principalmente associado ao comportamento das exportações de serviços, sustentadas pela forte recuperação do turismo.

De janeiro a dezembro de 2022 registou-se um saldo orçamental de 3,6M€, um excedente de 2,8% do PIB (-2,5% do PIB, no período homólogo de 2021). Esta melhoria resultou do efeito conjugado do aumento da receita (em 11,6%) e da diminuição da despesa (em 1,1%). Para esta evolução contribuíram o dinamismo do consumo privado e do mercado de trabalho e os efeitos do aumento da inflação, do lado da receita, bem como o menor impacto das medidas relacionadas com a pandemia (com destaque para os subsídios às empresas), do lado da despesa.



Em 2022, a dívida pública aumentou 3,3 mil milhões de euros, cifrando-se nos 272,6 mil milhões de euros. O peso da dívida pública em percentagem do PIB prosseguiu a trajetória descendente diminuindo de 125,5% em 2021 para 114,7% em 2022.

INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Indicadores Económicos	Taxas de variação em (%)										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (*)
Consumo Privado	-5,5	-1,2	2,3	2,3	2,6	2,1	2,6	2,4	-7,1	5,0	2,4
Consumo Público	-3,3	-2,0	-0,5	1,3	0,8	0,2	0,6	0,7	0,4	4,8	0,3
Investimento	-16,5	-5,1	2,3	5,8	2,5	11,5	6,2	5,4	-2,7	4,4	-0,1
Exportações bens e serviços	3,4	7,0	4,3	6,1	4,4	8,4	3,1	3,5	-18,6	19,8	16,2
Importação de bens e serviços	-6,3	4,7	7,8	8,5	5,0	8,1	5,0	4,7	-12,1	21,0	11,6
Produto Interno Bruto (PIB)	-4,0	-1,1	0,9	1,8	2,0	3,5	2,8	2,2	-8,4	4,9	6,7
Inflação	+2,8	+0,3	-0,3	+0,4	+0,6	+1,4	+1,0	+0,3	0,0	+1,3	+7,8

(*) últimas estimativas disponíveis

Fonte: dados recolhidos junto do FMI, World Bank, Banco de Portugal, INE e Comissão Europeia

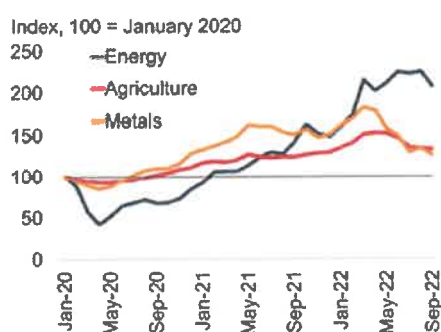
2.3. Envolvente sectorial

A desaceleração acentuada do crescimento global e as preocupações sobre uma recessão global iminente estão a refletir-se no preço das commodities, desde os picos de procura pós-pandemia e da guerra na Ucrânia. No entanto, em muitas economias, os preços em termos de moeda doméstica permanecem elevados, comparativamente ao dólar americano, resultado da desvalorização cambial. Isto tem aprofundado as crises alimentar e energética já em curso em vários países. Enquanto a desaceleração do crescimento global se intensifica, os preços das commodities devem cair nos próximos dois anos, no entanto permanecerão acima da média dos últimos cinco anos. Prevê-se que os preços da energia caiam 11% em 2023 e 12% em 2024, enquanto os preços dos metais caem 15%, em 2023 antes de se estabilizar em 2024. Esta previsão, no entanto, está sujeita a inúmeros riscos tanto no curto e médio prazo. Os mercados de energia enfrentam uma série de preocupações com o abastecimento, tais como preocupações com a disponibilidade de energia, como se tem verificado durante o inverno, principalmente na Europa. Os preços de energia acima do esperado influenciaram os preços não energéticos, sobretudo alimentares, prolongando os desafios associados à insegurança alimentar. Uma desaceleração mais acentuada no crescimento global apresenta um risco negativo importante, especialmente para os preços do petróleo bruto e dos metais. Com especial importância para a queda do preço do cobre que

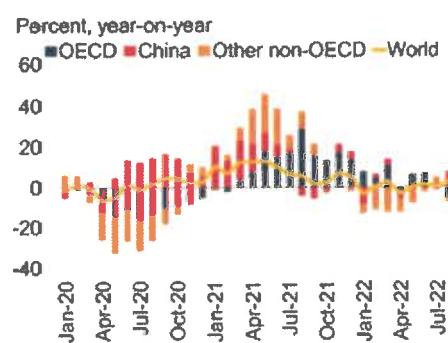
A
20

caiu continuamente desde o seu pico em março de 2022, assim como a redução do preço do alumínio provocado pelo aumento na procura do mesmo. Os preços das matérias-primas metálicas provavelmente permanecerão voláteis à medida que a transição energética se dá, com a procura cada vez mais acentuada em energias renováveis ao invés da fornecida por combustíveis fósseis, o que beneficiará alguns produtores de metais. A médio prazo os países exportadores de metais podem aproveitar as oportunidades resultantes do crescimento, ao mesmo tempo que limita o impacto da volatilidade dos preços, garantindo estruturas fiscais e monetárias bem projetadas.

A. Commodity prices



C. Metal demand growth



Sources: Bloomberg; Consensus Economics; U.S.S Department of Agriculture; World Bank; World Bureau of Metal Statistics. Last observation is September 2022.

Preços das Commodities e da evolução da procura de metais

METAIS E MINERAIS

Os índices de preços de metais e minerais do Banco Mundial caíram 20% no terceiro trimestre de 2022 (q/q) e foram 31% mais baixos em setembro de 2022, em relação ao pico de Março de 2022. Este declínio é reflexo da deterioração da atividade económica global e das preocupações com uma possível recessão global, devido à Guerra Rússia-Ucrânia e após um alavancar pós-pandémico.

Espera-se que os preços dos metais caiam 15% em 2023, após um declínio marginal em 2022. O alumínio e o zinco são especialmente vulneráveis a flutuações dos preços da energia, uma vez que são os metais que necessitam de uma maior intensidade energética para serem processados. A longo prazo, a transição energética pode beneficiar a demanda de diversos

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.

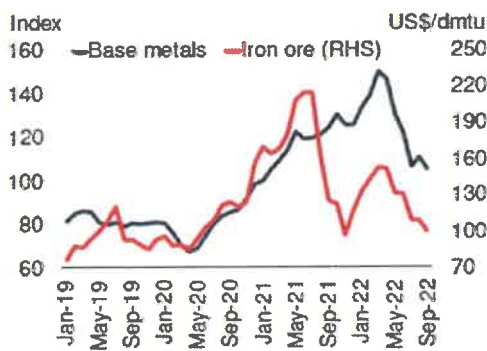


A
B

metais, especialmente alumínio, cobre e níquel, devido às suas inúmeras aplicações em veículos elétricos, baterias e carregamento e infraestruturas em rede.

Os preços do minério de ferro caíram 23% no terceiro trimestre de 2022 e foram 35% inferiores em setembro em relação ao seu pico de março. O declínio reflete reduzida produção de aço, devido à desaceleração da indústria global e em particular da atividade de construção. Em 2023 o preço do minério de ferro deverá cair 17%, seguindo o declínio de 26% em 2022, resultado de projeções a longo prazo da oferta e da procura que apontam a persistentes pressões descendentes sobre o preço do minério de ferro. Do lado da oferta, novos projetos de empresas de mineração Australianas e Brasileiras, devem adicionar capacidade ao mercado global, assim como a crescente reciclagem de aço. Do lado da procura a construção de turbinas eólicas, no âmbito da transição energética, poderá parcialmente equilibrar a balança do preço do minério de ferro.

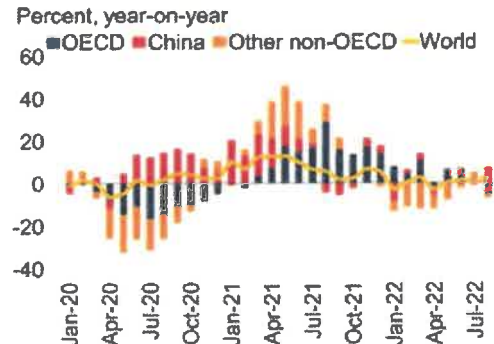
A. Base metals index and iron ore prices



Sources: Haver Analytics; National Bureau of Statistics China; World Bank; World Bureau of Metal Statistics. Last observation is September 2022

Índice de evolução anual da cotação dos Metals and Minerals

C. Metals demand growth



METAIS PRECIOSOS

O índice de metais preciosos do Banco Mundial caiu 9% no terceiro trimestre de 2022 (q/q), refletindo um fraco investimento e procura de metais, resultado do aumento das taxas de juro reais e do crescimento do dólar americano. Enquanto o preço da prata diminuiu drasticamente (em 15%) devido à queda da procura na indústria, os preços do ouro e da platina caíram 8 por cento. Após uma queda esperada de 4% para o índice de metais

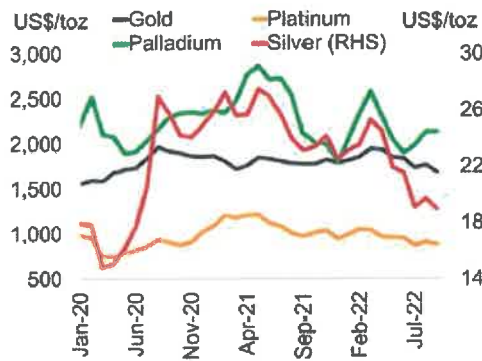
Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Handwritten initials and a signature in blue ink.

preciosos em 2022, projeta-se para 2023, igualmente, uma queda de 4%. Estas previsões estão sujeitas a variações de taxas de juro historicamente altas e a preocupações relacionadas com possibilidade de recessão global, que pesaria sobre a atividade industrial.

A. Precious metals prices



B. Gold prices and interest rates



Sources: Bloomberg; Federal Reserve Bank of St.Louis; Haver Analytics; Intercontinental Exchange; International Monetary Fund; Johnson Matthey PLC; Silver Institute; World Bank; World Gold Council; World Platinum Investment Council: Last observation is September 2022

Índice de evolução dos metais preciosos

INVESTIMENTO EM PROSPEÇÃO E PESQUISA

Os dados recentemente publicados pela *S&P Global Market Intelligence* relativos a orçamentos de Prospeção e Pesquisa (P&P) em 2022, para metais não ferrosos, mostram um incremento entre 5% e 15% para o ano de 2022, evidenciando a tendência crescente que se verifica desde o último semestre de 2020.

Apesar dos desafios contínuos impostos pela pandemia, 2021 revelou-se lucrativo para a indústria mineira com as cotações, para a maioria das matérias-primas, a subir desde o último semestre de 2020 e com previsão para se manterem acima dos níveis pré-pandemia. O risco associado a nova ameaça à saúde pública mundial diminui consideravelmente, possibilitando, à maioria dos países, uma contínua recuperação económica. De acordo com a *S&P Global Economics*, o PIB global aumentou 5,7% em 2021, tendo decrescido para 3,3% em 2022 e prevendo-se crescer para 2,3%, em 2023, após a queda de 3,3% em 2020.

Contudo a invasão russa da Ucrânia, em fevereiro de 2022, provocou incerteza e expectativa sobre o mercado das matérias-primas e sobre a economia mundial com efeitos que podem

perdurar por mais algum tempo. Os efeitos da pandemia na China, maior importador de metais, continuam a causar confinamentos temporários e esporádicos que retardam a atividade industrial em diversos setores, com consequências negativas para os países produtores e exportadores de diversas matérias-primas.

A inflação global, aliada a elevados custos energéticos, tiveram maior impacto económico para empresas que se dedicam à exploração de matérias-primas comparando com as empresas que praticam prospeção mineral.

Muitos metais atingiram ou aproximaram-se de máximos históricos, tais como ouro e cobre, impulsionados por riscos de fornecimento e desafios na cadeia de abastecimento para obtenção de algumas matérias-primas, nomeadamente as associadas à transição energética, como cobalto, aos mercados globais. As metas de descarbonização dos governos e das corporações sustentarão a procura por metais de baterias (ex: lítio, níquel, cobalto e cobre) por um futuro previsível.

O setor júnior aumentou os seus orçamentos em 62% ano após ano, para um total de US\$ 4,1 bi. As principais empresas do setor, no entanto, continuam a dominar, sendo responsáveis por metade do orçamento global de prospeção, com um total de US\$ 5,6 bi.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

Apresentam-se, de seguida, as cotações nos últimos anos dos principais minérios com relevância para o setor em Portugal:

- Metais de transição: cobre, zinco, ferro e chumbo;
- Metal representativo: estanho
- Metais preciosos: ouro e prata.

Metais de transição

Cobre

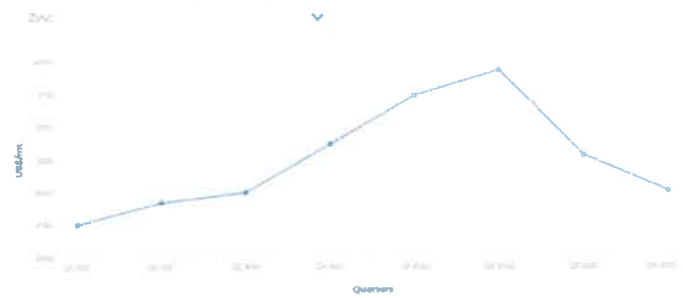
Handwritten signature



Copper LME (prices in US\$/mt, aop)

	Q3 2021	Q4 2021	Q1 2022	Q2 2022	Q3 2022	Q4 2022
Copper LME	4,388	4,700	4,993	4,536	4,167	4,070

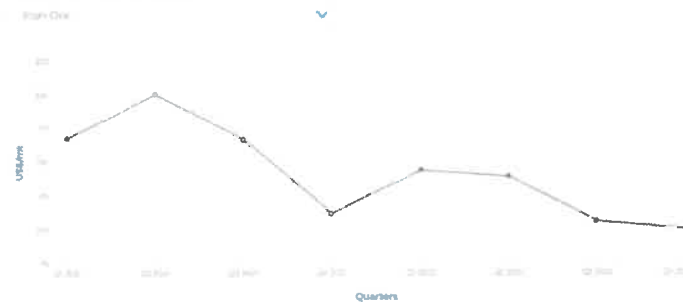
Zinco



High Grade Zinc LME (prices in US\$/mt, aop)

	Q3 2021	Q4 2021	Q1 2022	Q2 2022	Q3 2022	Q4 2022
High Grade Zinc LME	1,981	2,012	2,136	2,025	1,821	1,701

Minério de Ferro



Iron Ore CFR China (prices in US\$/mt, aop)

	Q3 2021	Q4 2021	Q1 2022	Q2 2022	Q3 2022	Q4 2022
Iron Ore CFR China	106,7	117	113,1	108,5	105,5	101,8

Chumbo



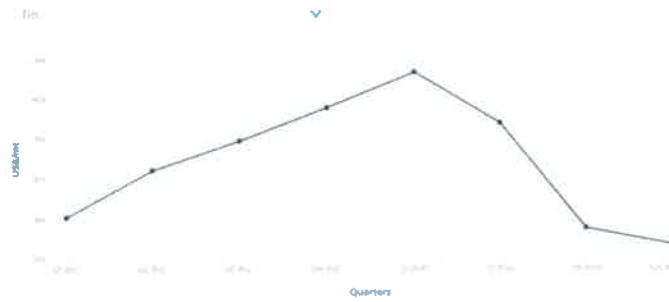
Handwritten initials and scribbles in blue ink.



Lead LME (prices in US\$/mt, aop)

	Q3 2021	Q4 2021	Q1 2022	Q2 2022	Q3 2022	Q4 2022
Lead LME	2,150	2,500	2,500	2,400	2,050	2,170

Metal representativo: Estanho



Tin LME (prices in US\$/mt, aop)

	Q3 2021	Q4 2021	Q1 2022	Q2 2022	Q3 2022	Q4 2022
Tin LME	30,000	36,000	43,214	36,000	21,700	21,637

Metais preciosos: Ouro



Gold LBMA (prices in US\$/toz, aop)

	Q3 2021	Q4 2021	Q1 2022	Q2 2022	Q3 2022	Q4 2022
Gold LBMA	1,790	1,796	1,877	1,876	1,120	1,162

Metais preciosos: Prata

2
id



Dados retirados de Focus Economics (<https://www.focus-economics.com/commodities/>) em 23 fevereiro 2023

3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE

A EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., é uma empresa do setor empresarial do estado, de capitais exclusivamente públicos que atua como operador setorial de referência, assumindo, como concessionária em regime exclusivo, um papel de relevo na elaboração e condução de projetos de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas, e desde 2019, a título subsidiário, em explorações de massas minerais, exercendo ainda, por si ou em associação, atividades de prospeção, pesquisa e valorização de recursos minerais.

O Conselho de Administração da EDM iniciou funções, para o mandato 2019-2021, em 10 de maio de 2019 com o Presidente e uma Vogal, que transitaram do anterior mandato, tendo sido completado com a nomeação do outro Vogal em 27 de janeiro de 2020. Em 11 de julho de 2021 o Presidente cessou funções por passagem à reforma por limite de idade, tendo sido substituído em 19 de novembro de 2021 por deliberação social unânime por escrito. Não tendo sido eleito um novo Conselho de Administração após o final do mandato 2019-2021, os atuais membros mantiveram-se em continuidade de funções durante o ano de 2022.

Assim, o presente relatório é apresentado pelo Conselho de Administração da EDM em continuidade de funções, num momento em que EDM completou 56 anos de **atividade no setor mineiro** (com a conseqüente internalização de competências associadas). Ao longo deste período é natural que tenha estado (e esteve) envolvida em projetos em todas as fases referidas no quadro “POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA EDM”, com destaque para a fase de exploração da mina de Neves Corvo da SOMINCOR (mina de classe mundial), na qual participou desde a fase de prospeção e pesquisa, que conduziu à descoberta da mina em 1977 até à fase de exploração que se iniciou em 1989, ou seja, 12 anos depois, o que constitui o “horizonte” normal de arranque da produção no setor mineiro que convém ter sempre presente. Apesar de nos anos anteriores ficarem marcados pela relação de cooperação estratégica e parceria com esta empresa exploradora, do qual se destaca o ano de 2021, em que foi possível chegar a acordo numa negociação que vinha a acontecer desde 2015, concretizando a alienação de 15% do projeto Área B, permitindo o investimento necessário para exploração e o prolongamento da vida útil da mina de Neves Corvo, cumprindo assim

Handwritten initials in blue ink, possibly "Z" and "J".

a função e o propósito da EDM como empresa do setor empresarial do estado, o ano de 2022 não foi diferente quanto à cooperação existente entre as partes.

Nos últimos 22 anos a EDM desenvolveu **trabalhos de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas** realizados como concessionária do Estado, em exclusivo, nos termos do Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho. A ação da EDM neste domínio, regulada pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, e pelo contrato de concessão, tem por base a identificação inicial no território continental de 199 antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas. O contrato de concessão, entretanto pedido em 2022 para renovação, foi celebrado em 5 de setembro de 2001 por um período de 10 anos, em que viria, em 22 de dezembro de 2011, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2011, a ser renovado por um período de 4 anos, e pela RCM n.º 81/2015, novamente renovado por 7 anos até 15 de dezembro de 2022, e cuja minuta da renovação foi aprovada pela RCM n.º 26/2017.

Tendo em consideração o enquadramento antes referido as orientações apresentadas na “Proposta do Contrato de Gestão para o mandato 2019-2021”, traduzem o seguinte “POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO” da EDM:

a) No que respeita ao domínio dos **Recursos Mineiros**:

assegurar a presença em todas as fases da “**FILEIRA do ciclo de desenvolvimento dos recursos mineiros**”, privilegiando no período 2019-2025, a prospeção e pesquisa (inicial) e a reabilitação ambiental (final);

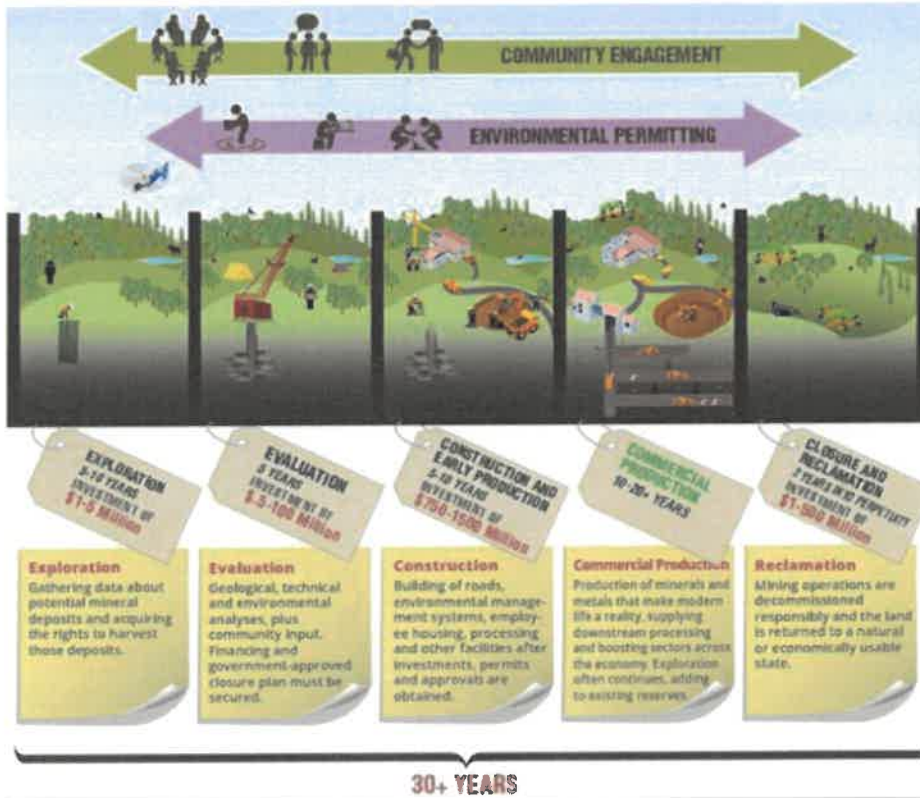
na perspetiva de se envolver no “**HORIZONTE 2025**” em fases de avaliação de viabilidade e no “**HORIZONTE 2030**” em fases de produção.

A
B

POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA EDM GENERALIZED MODEL OF MINERAL RESOURCE DEVELOPMENT

STAGE	OBJECTIVES	MINERAL RESOURCE DEVELOPMENT					MINERAL RESERVE APPRAISAL					MINERAL DEVELOPMENT		MINERAL PRODUCTION					
		Exploration	Evaluation	Construction and Early Production	Commercial Production	Reclamation	Discovery	Reserve Estimation	Reserve Appraisal	Reserve Development	Reserve Production	Reserve Development	Reserve Production						
2019-2025																			
2019-2025																			

Fonte: Sources: Modified by D.A. Cranstone, A. Lemieux and M. Vallée, February 25, 1994, from M. Vallée, 1992, *Guide to the Evaluation of Gold Deposits*, CIM Special Volume 45, p. 4, and *SOQUEM Annual Report, 1976-77*, pp. 4 and 5. Revised by M. Vallée and G. Bouchard, January 2001.



Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



↑
Zi

b) No que respeita ao domínio da **Remediação Ambiental**:

assegurar a realização dos projetos de reabilitação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, maximizando, tanto quanto possível, o aproveitamento dos fundos estruturais do PORTUGAL 2020 e PORTUGAL 2030

na perspetiva de no “**HORIZONTE 2022/27**” ter concluído a eliminação dos fatores de risco que constituam ameaça para a saúde e segurança públicas e a reabilitação da envolvente paisagística das principais 199 áreas identificadas.



ETAM Barragem Nova da Urgeiriça

c) No que respeita à **Modernização e Sustentabilidade** da empresa:

Diversificar áreas de negócio aproveitando as competências da empresa nos domínios da prospeção e pesquisa de recursos mineiros e da reabilitação ambiental das antigas áreas mineiras na perspetiva de a médio e longo prazo garantir a sustentabilidade económica e financeira da empresa, ao mesmo tempo que se estabelecem metas de redução de consumo e emissões, nomeadamente de energia e outros parâmetros:



North Macedonia Solar Park, 2022 (Antiga mina de carvão)

Das atividades operacionais desenvolvidas, descritas em termos detalhados no capítulo 4 deste RELATÓRIO E CONTAS, destaca-se em termos sintéticos o seguinte:

- No âmbito dos **RECURSOS MINEIROS**:
 - Após a conclusão do projeto de prospeção e pesquisa em ARGOZELO, deu-se início ao estudo de outras áreas que são do conhecimento da empresa e que estão disponíveis;
 - Simultaneamente, procedeu-se ao acompanhamento dos projetos de prospeção e pesquisa em parceria:
 - dando-se por terminado, em definitivo com entrega do relatório final, o projeto de prospeção e pesquisa em parceria com a ESANMET, na área do Rosário, localizado na Faixa Piritosa Ibérica;
 - com a REDCORP no que respeita à área de LAGOA SALGADA prosseguiram os trabalhos de estudo de viabilidade e de impacto ambiental, com a realização de várias reuniões de acompanhamento;
 - Concretizou-se a alienação da concessão C14 - Gavião nº 6 à Almina - Mina do Alentejo, S.A. por € 8 112 571,50, que poderá ascender a € 11 612 571,50, caso a Almina entre em produção, previsivelmente até 2028;

Handwritten initials and a signature in blue ink.

- e procedeu-se à avaliação preliminar das oportunidades de novos pedidos de prospeção e pesquisa a apresentar futuramente, designadamente relacionadas com a área de JALES E GRALHEIRA (ouro) e com a FAIXA PIRITOSA IBÉRICA (cobre e zinco).

- No âmbito da **RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS ANTIGAS ÁREAS MINEIRAS**, e na sequência do pedido de renovação, por mais sete anos, do contrato de concessão, em exclusivo, para a recuperação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2015, de 10 de setembro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2017, de 12 de janeiro, que reafirma o empenho do Governo Português no prosseguimento do objeto da concessão, tal como definida no decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, prosseguiu-se em 2022 concretização das obras e intervenções previstas na concessão, que terminou a 15 de dezembro de 2022, destacando-se as seguintes realizações:
 - Das dez candidaturas que foram submetidas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR, oito estão concluídas, quatro das quais em 2022, designadamente:
 - Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães;
 - Recuperação Ambiental da Antiga Área da Urgeiriça – Fase Final;
 - Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul;
 - Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1;
 - Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 2;
 - Recuperação Ambiental da Área Mineira de Quinta do Bispo - Fase 1;
 - Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios,
 - Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos (Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale d'Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo)
 - Em curso encontram-se as seguintes candidaturas:

- Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar,
- Recuperação Ambiental nas áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro, A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros.

A comparticipação financeira de Fundo de Coesão inicialmente aprovada, destinada a cofinanciar 85% das despesas elegíveis, tem vindo a ser objeto de ajustamento, face à obtenção de decisão favorável da Comissão Diretiva do PO SEUR, aos pedidos de reprogramação temporal, física e financeira das candidaturas concluídas e em curso, totalizando, no final de 2022, o montante aprovado de Fundo de Coesão de € 35 537 223,63.

Na antiga área mineira de Jales, após a intervenção para a resolução da subsidência mais crítica, repondo as condições de utilização em segurança do logradouro e troço da estrada municipal, durante o ano de 2022 foi dada continuidade às leituras dos instrumentos de monitorização instalados durante o Eixo I de intervenção, que permitiram acompanhar e avaliar a evolução dos movimentos do terreno após a execução da empreitada. Para o efeito, foram investidos € 115 677,21.

Na área mineira da Cunha Baixa iniciaram-se em 2022 os trabalhos com vista à resolução dos danos provocados pela anomalia dum dos taludes. Os trabalhos desenvolvidos consistiram na desarborização e limpezas de terras existentes no interior da reserva de água bem como das chaminés identificadas, remoção de telas e de geotêxtil, selagem das chaminés, preparação do terreno para implantação de reservatório de águas e muro de gabiões e abertura de valas periféricas para o esvaziamento sequencial das lagoas.

- Ao nível das AÇÕES DE SEGURANÇA desenvolveram-se diversas intervenções para eliminação ou minimização de riscos para a segurança e saúde públicas, quer em antigas áreas mineiras quer em infraestruturas e ex-anexos mineiros dessas antigas explorações;
- Manteve-se o acompanhamento das ações do ROTEIRO DE MINAS desenvolvido em cooperação com a Direção Geral de Energia e Geologia e Parceiros.

A
Zé

- No âmbito do PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA aprovado pela RCM nº 50/2019, de 5 de março, alterada pela RCM nº 201/2021, de 31 de dezembro:
 - Concluíram-se todas as intervenções deste programa, tem a última sido cumprida apenas em janeiro de 2023. Uma pedreira ficou excluída por decisão judicial, ao ter sido concedido ao proprietário dois prazos suplementares para proceder à implementação das medidas previstas;
 - Em 2022 iniciou-se o processo dos pedidos de reembolso aos exploradores ou proprietários pelos trabalhos, estudos e projetos efetuados pela EDM conforme previsto no Plano.

- Relativamente às ações de MODERNIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE da empresa visando a aplicação das modernas técnicas de gestão, sublinham-se os seguintes aspetos principais:
 - realização de um diagnóstico de todo o sistema de informação e implementação das várias medidas de segurança e salvaguarda dos dados da empresa;
 - o prosseguimento da atualização do “site” da empresa;
 - o reforço das ações de arquivo documental com transição maioritariamente digital;
 - o aprofundamento do estudo de novas áreas de negócio que aproveitem as valências e competências da empresa e que irão contribuir para a sua sustentabilidade, em particular os projetos solares fotovoltaicos em antigas áreas mineiras remediadas, os projetos de agro-silvo-ambientais que valorizem e otimizem o património rústico do grupo EDM e as relacionadas com a certificação do uso dos solos e a avaliação do radão nos edifícios;
 - implementação do ECO.AP 2030, iniciando-se o estabelecimento de objetivos, com vista à redução de consumos e despesas de energia, água, combustíveis e consumíveis (papel, produtos, impressões);
 - elaboração de um estudo comparativo para a averiguar da viabilidade do funcionamento da sede da empresa num só espaço, propriedade do Grupo EDM, de forma a reduzir os encargos operacionais da empresa;

- Implementação de um novo organograma da empresa, mais ajustado à realidade atual e com perspectiva de crescimento, que implicou uma reorganização interna, bem como a elaboração e a aprovação de um Plano de Gestão e Desenvolvimento de Carreiras, com futura implementação de um sistema de avaliação de desempenho e correspondente evolução de carreiras.
- No que se refere ao **cumprimento das orientações legais** apresenta-se no capítulo 7 uma descrição desenvolvida de acordo com os parâmetros pré-definidos pelo acionista. Destaca-se que:

- apesar de ainda não ter sido realizada a eleição dos órgãos sociais, conforme deliberado na última Assembleia Geral, de 30 de março de 2022, até à presente o conselho de administração permaneceu na continuidade do exercício de funções;
- foi dada continuidade aos “Contratos de Gestão” remetidos para o mandato 2019-2021, que os membros do Conselho de Administração assinaram e que incluem metas e indicadores de desempenho, ainda que não totalmente estabilizados, pelo que o Conselho de Administração, à semelhança dos anos anteriores, monitorizou os objetivos/metras incluídos na proposta de “Contratos de Gestão” e que foram alcançados como se comprova no quadro apresentado na alínea b) seguinte;
- a EDM assegurou o cumprimento das orientações setoriais da tutela, como se confirma pelas ações desenvolvidas descritas no capítulo 4;
- e que a EDM deu cumprimento aos deveres de informação previstos nas orientações aplicáveis através de reportes sistemáticos à Direção Geral do Tesouro e Finanças, como igualmente se descreve no capítulo 7.

Ainda no que respeita à **atividade operacional**, comparando com o PAO_2022 aprovado em Assembleia Geral, de 30 de março de 2022, após despacho do senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 1011/2021, de 5 de novembro e do despacho de 16 de fevereiro de 2022 do Secretário de Estado Adjunto e da Energia, tendo por base o relatório de análise da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) n.º 267/2021, de 2 de novembro, destaca-se o seguinte:

Handwritten signature in blue ink.

- que os *Fornecimentos e Serviços Externos* se situaram acima da previsão orçamental com destaque para o aumento dos valores da energia, derivado da subida acentuada dos preços da eletricidade e combustíveis;
- que os *Gastos com Pessoal* foram inferiores ao previsto, tendo-se registado entradas e saídas de trabalhadores ao longo do ano, mas ficando abaixo dos gastos com pessoal previstos.
- e que os *Resultados Líquidos* positivos ascenderam a €5.017.520,31 significativamente superiores ao previsto no *PAO_2022* em consequência da alienação dos direitos no projeto do Gavião.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da sociedade era de € 30.000.000,00, detido na totalidade pelo Estado Português, sendo sua única participada (a 100%), a sociedade EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

4.1. No domínio dos recursos mineiros

Com o aumento generalizado do preço das matérias-primas ocorrido no início do século XXI, deu-se uma reativação da atividade de prospeção e pesquisa (“EXPLORATION”) que tende a acompanhar os ciclos de evolução dos preços. Neste enquadramento foram prosseguidas em 2022 as ações de avaliação do potencial nacional para prospeção e pesquisa concentradas na lista de matérias-primas críticas (essenciais) para a União Europeia, e se traduz na disponibilidade de um portfólio de oportunidades que importa continuar a aprofundar numa lógica de promoção e atração do investimento internacional.

A atividade da EDM no domínio dos recursos geológicos durante 2022 ficou marcada pelo término do contrato de prospeção e pesquisa de Argozelo II, após fim do período inicial de 2 anos, por não apresentar argumentos técnicos de relevo, para um desenvolvimento futuro de exploração mineira lucrativa. Dados os constrangimentos provocados pelos impactos da pandemia Covid-19, a EDM foi autorizada pela DGEG, a estender o prazo de entrega do relatório final para 8 de março de 2022.

Tanto o armazém de Argozelo II (em Argozelo), como o de Escádia Grande (em Góis), onde a EDM armazenou o espólio geológico de vários anos de atividade de prospeção, foram desativados após o término das duas áreas de prospeção e pesquisa. As caixas de testemunhos de sondagem foram retiradas dos armazéns e transportadas para a litoteca do LNEG em São Mamede de Infesta, cumprindo a obrigatoriedade de entrega de sondagens para armazenamento.

Após a extinção do consórcio com a ESAN para a área do Rosário e a não autorização da DGEG de extensão do prazo do contrato por 3 anos e transmissão dos direitos de prospeção e pesquisa para a EDM, durante o ano de 2022, considerando o consórcio que existiu para a área do Rosário, a EDM disponibilizou-se a traduzir o relatório final da área do Rosário, que a ESAN redigiu na língua inglesa.

20

Após a assinatura do contrato de concessão para exploração mineira da área da Lagoa Salgada entre a Redcorp e o estado português em 2021, estão a decorrer em 2022, trabalhos para os estudos de viabilidade e de impacto ambiental, assim como campanhas de sondagens, geologia estrutural e ensaios metalúrgicos para os diferentes tipos de minério (sulfuretos maciços e stockwork). A EDM com a sua participação de 15% no projeto, acompanha os trabalhos promovidos pela REDCORP/Ascendant Resources, numa lógica de acompanhamento técnico dos trabalhos a efetuar, que não envolve investimentos.

Em 2022 deu-se a alienação da concessão C14 – Gavião nº 6, mediante o exercício de direito de preferência da Almina, S.A. e que consistiu num pagamento inicial, na data da assinatura do contrato, de 8.112.571,50 euros, sendo que poderá ascender a 11.612.571,50 euros, caso entre em produção do referido depósito, previsivelmente até 2028.

4.1.1. Prospeção e Pesquisa

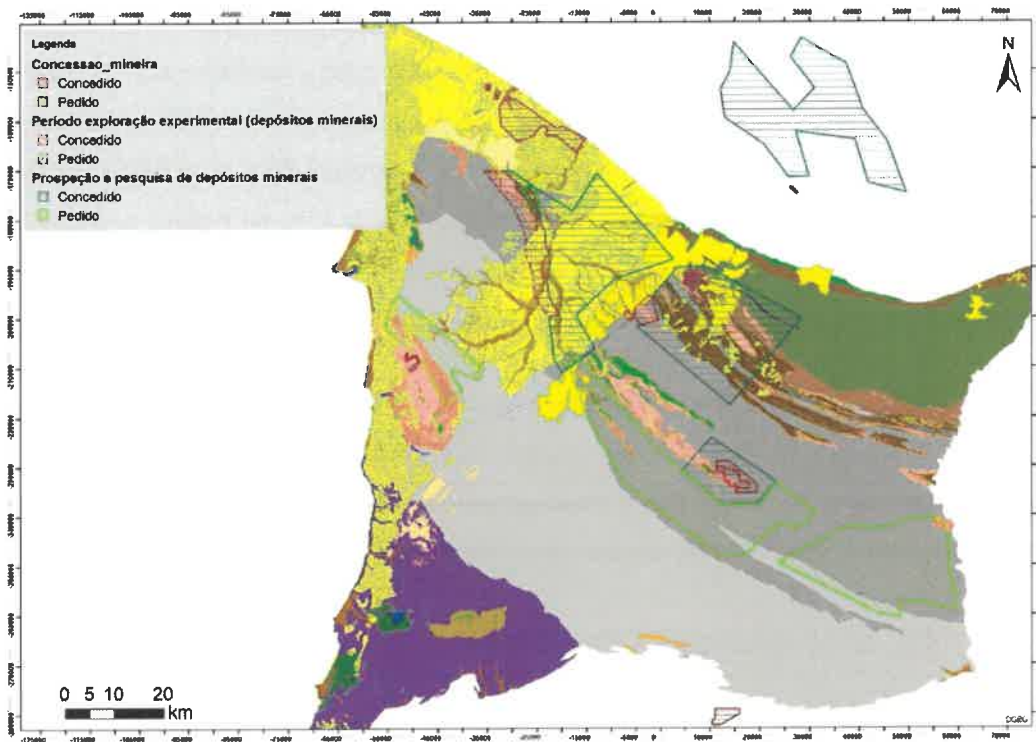
Avaliação contínua do potencial nacional para prospeção e pesquisa

Portugal, contrariamente à perceção comum, é um país com uma longa tradição mineira e com uma variedade bastante abrangente de recursos geológicos e mais especificamente recursos minerais. Esta longa tradição, que remonta à ocupação romana, foi desenvolvida em diversas fases, sendo que a última, porventura mais marcante, ocorreu a partir do início da II Guerra Mundial e terminou com a queda generalizada das cotações das matérias-primas ao longo da década de 80 do século XX.

Com o aumento generalizado do preço das matérias-primas ocorrido no início do século XXI, deu-se uma reativação da atividade em muitas zonas entretanto “esquecidas” pela maioria dos investidores mundiais. Naturalmente que a evolução da atividade de prospeção e pesquisa (“EXPLORATION”) tende a acompanhar os ciclos de evolução dos preços.

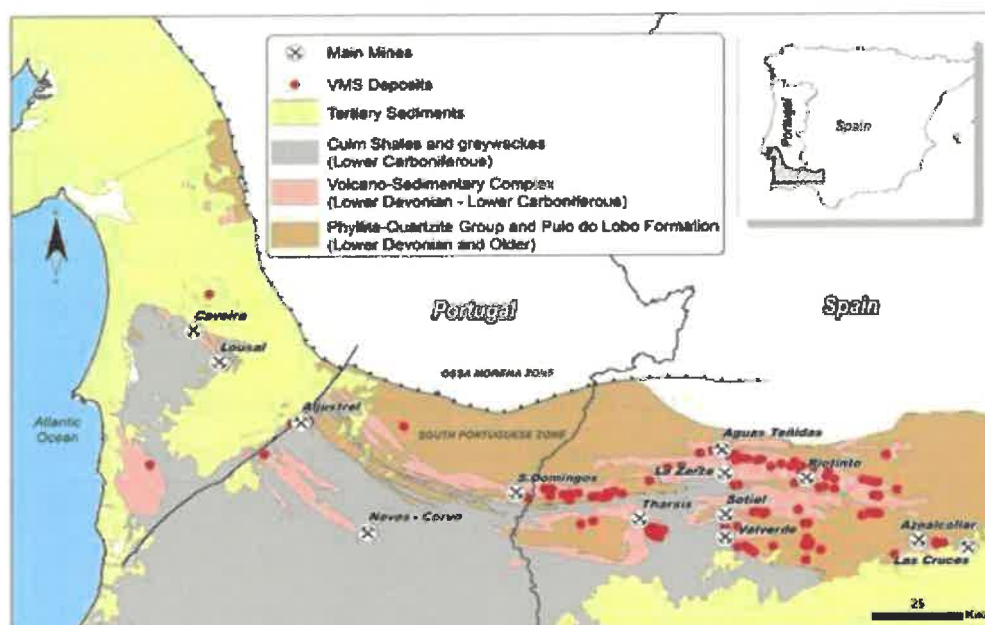
Uma dessas zonas de aumento da procura foi precisamente a Faixa Piritosa Ibérica (FPI), que subitamente foi um chamariz para um elevado número de empresas e consequente pedidos de áreas de prospeção e pesquisa, que complementam o preenchimento de uma das faixas metalogenéticas mais importantes do mundo.

Handwritten initials in blue ink, possibly "iB" and "A".



Mapa geológico na escala 1/500 000 da Zona Sul Portuguesa que inclui a Faixa Piritosa Ibérica. Representação dos polígonos referentes a Concessões mineiras e períodos de exploração experimental (a vermelho) e referentes a Prospecção e Pesquisa de depósitos minerais (a verde).

Este aumento de procura registou-se também na parte espanhola da Faixa Piritosa Ibérica em que se verifica grande dinamismo, quer na prospecção e pesquisa, quer na exploração de sulfuretos maciços, como por exemplo a que levou à descoberta em 2013 do jazigo de La Magdalena (> 50 Mt com 2.04% de Cu, 2.19% de Zn, 34 g/t de Ag em recursos), a cerca de 8 km para este da Mina de Aguas Teñidas, detida pela MATSA, subsidiária do grupo Sandfire e o projeto de Rio Tinto, operado pela Atalaya Mining desde 2016 na zona da antiga mina (> 193Mt com 0.45% de Cu) que representam os desenvolvimentos mineiros mais recentes. Assinale-se ainda o desenvolvimento de outros grandes projetos em fase mais precoce, nomeadamente Sotiel, Los Frailes e Masa Valverde, assim como o projeto de Tharsis iniciado em 2020 pela empresa de capitais andaluzes, Tharsis Mining e detentora das minas de Tharsis e de La Zarza todos situados na Faixa Piritosa Ibérica.

A
B

Localização da atividade mineira na Faixa Piritosa Ibérica

Neste enquadramento foram prosseguidas em 2022 as ações de avaliação do potencial nacional para prospeção e pesquisa concentradas na lista de matérias primas críticas para a União Europeia, e se traduz na disponibilidade de um portfólio de oportunidades que importa continuar a aprofundar numa lógica de promoção e atração do investimento internacional.

Argozelo

Entre 2019 e 2021 a EDM desenvolveu vários trabalhos na área de prospeção e pesquisa Argozelo II, situada nos concelhos de Bragança, Vimioso e Miranda do Douro, para os metais estanho, tungsténio, ouro, prata, antimónio, cobre, zinco, chumbo e outros metais associados.

Durante o período entre 2020 e 2021 e devido à pandemia Covid-19, esses mesmos trabalhos foram limitados a:

- Contínua integração de dados e interpretação geológica com recurso a software específico (Gis/Geosoft);

Handwritten initials in blue ink, possibly 'A' and 'B'.

- Foi efetuado um reconhecimento geológico de ocorrências novas existentes na área Argozelo II, tendo em vista a identificação e seleção de novos alvos a serem investigados através de sondagens carotadas;
- A amostragem efetuada das sondagens históricas, no 1º ano de contrato, para análise geoquímica multielementar, teve em conta a escolha de pacotes analíticos adequados no número de elementos de interesse e seus limites de deteção para estas tipologias de depósitos, assim como a preparação física e a digestão química prévia das amostras em laboratório certificado;
- Em 2021, foi elaborada nova amostragem e preparada para análise laboratorial, tendo sido estendido o prazo de entrega do relatório final para 8 de março de 2022, dados os constrangimentos provocados pelos impactos da pandemia Covid-19, no final do ano de 2021.

Após a entrega do relatório final em março de 2022 a EDM decidiu terminar o contrato de arrendamento do armazém onde ainda se encontravam armazenadas caixas com testemunhos de sondagem referentes ao designado projeto e procedeu posteriormente à transferência desse material para a litoteca do LNEG em São Mamede de Infesta.

Em 2022, foram investidos 3 569,00 euros.

Escádia Grande

Após o término do contrato de prospeção e pesquisa MN/PP/009/14 denominado Escádia Grande a 23 de setembro de 2019, foram estabelecidos contactos, durante o ano de 2021, no sentido de se encontrar novos parceiros para reativar este projeto no futuro, no entanto não foram encontrados.

Durante o ano de 2022 as despesas associadas a este projeto, prendem-se essencialmente com o aluguer de armazém em Góis, que alberga as sondagens realizadas no período de 2017-2018 e com a transferência desse material para a litoteca do LNEG em São Mamede de Infesta.

Em 2022, foram investidos 2 450,00 euros.

Rosário

A EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. assinou a 23 de novembro de 2016, com o Estado Português, um contrato para obtenção dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco, prata, ouro e minerais associados, da área do Rosário. O contrato tinha um período inicial de três anos, sendo passível de duas prorrogações anuais. Em junho de 2019 a EDM assinou com a empresa ESANMET Portugal, Lda. uma parceria para a prospeção e pesquisa da área do Rosário. Esta área revela-se de elevado potencial para descoberta de novas mineralizações de sulfuretos maciços na Faixa Piritosa Ibérica. A empresa ESANMET Portugal, Lda. detinha 65% da parceria enquanto a EDM detinha 35%.

Os trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2021 (última prorrogação do contrato), foram realizados nos primeiros dois meses do ano, uma vez que o parceiro ESANMET Portugal comunicou à EDM que não estaria interessado em continuar com os investimentos previstos para a realização dos trabalhos de prospeção e pesquisa planeados para 2021. Assim acordou-se a extinção do consórcio com a ESAN para a área do Rosário, perspetivando-se uma extensão do prazo do contrato por 3 anos e uma transmissão dos direitos de prospeção e pesquisa para a EDM, o que acabou por não ser autorizado, terminando, após 5 anos de trabalhos, a 23 de novembro de 2021, o contrato de prospeção e pesquisa da área do Rosário, tendo a EDM deliberado desreconhecer os ativos investidos, por contrapartida de resultados do exercício.

Durante o ano de 2022, considerando o consórcio que existiu para a área do Rosário, a EDM disponibilizou-se a traduzir o relatório final da área do Rosário, que a ESAN redigiu na língua inglesa. Assim, em conclusão das divergentes interpretações geológicas entre parceiros, a EDM venceu e deixou claro no referido relatório da vontade de dar continuidade ao projeto e de voltar a desenvolver um projeto autónomo ou em consórcio, de forma a dar continuidade aos trabalhos de prospeção e valorização da respetiva área ajustando determinadas abordagens técnicas, esperando ainda que 2023 seja propício para o efeito.

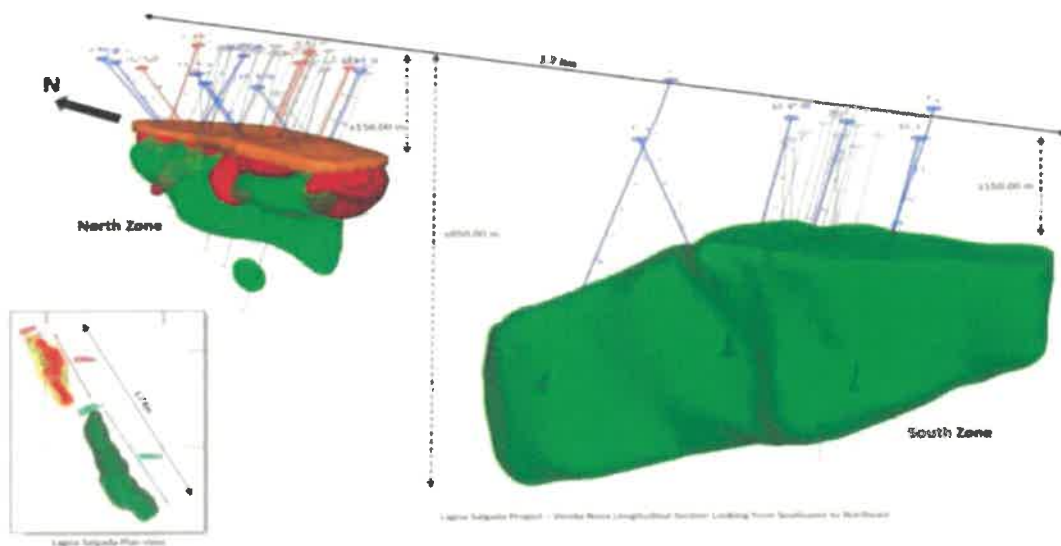
4.1.2. Avaliação e Exploração Mineira

Lagoa Salgada

A EDM estabeleceu uma parceria com a REDCORP/Ascendant Resources em setembro de 2013 no âmbito do projeto Lagoa Salgada, que se desenvolve numa área com cerca de 133 km² localizada nos concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo.

Este projeto visa valorizar o depósito de sulfuretos maciços que aí está reconhecido, bem como potenciar outros sectores da área que apresentam grande potencial para conter mineralizações. A EDM detém uma participação de 15% que não envolve investimentos, mas apenas acompanhamento técnico dos trabalhos a efetuar.

Em 2022 prosseguiu-se com o consórcio numa lógica de acompanhamento dos trabalhos promovidos pela REDCORP/Ascendant Resources, que realizou campanhas de sondagens carotadas, geologia estrutural e ensaios metalúrgicos para os diferentes tipos de minério (sulfuretos maciços e stockwork). Neste período, realizaram-se um conjunto de reuniões e de visitas, as quais permitiram estabelecer um plano de trabalhos de acompanhamento técnico, ambiental e social, apoiando para o garante do sucesso do projeto.



Handwritten initials and a signature in blue ink.

Recorda-se que, a 28 de outubro de 2021, foi assinado o contrato de concessão para exploração mineira da área da Lagoa Salgada entre a Redcorp e o estado português, em cerca de 13ha, para um período de 20 anos, e que prevê que em 3 anos se comece a produzir concentrados de cobre, chumbo e zinco e minerais associados, estando a decorrer os trabalhos para os estudos de viabilidade e de impacto ambiental.

Gavião

Durante o ano de 2021 iniciaram-se negociações para alienação do projeto do GAVIÃO com a Almina, seguindo as regras previstas no consórcio, tendo sido exercido o direito de preferência, face à proposta formalizada pela Ascendant para aquisição dos direitos do contrato de concessão da exploração do depósito do Gavião.

Com base nas várias formas de concretização do negócio, que melhor valorizem o depósito mineral, foi apresentado à tutela setorial e acionista o pedido de autorização para a transmissão, por alienação, dos referidos direitos de concessão para exploração. Os referidos pedidos foram autorizados pela secretaria de estado de energia e pela secretaria de estado do tesouro, após a análise da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) das propostas de alienação da concessão C14 - Gavião nº 6 - Direito de preferência da Almina - Mina do Alentejo, S.A. que define a Proposta 1 como a escolhida, resultando num pagamento inicial de 8.112.571,50 euros, sendo que poderá ascender a 11.612.571,50 euros, caso a Almina, S.A. (ou outro contraente) entre em produção do referido depósito, previsivelmente até 2028.

Semblana

Após a realização em 2019, pela Golder, de um estudo independente sobre o depósito da Semblana que complementasse o estudo efetuado pela Somincor anteriormente em 2014, decorreram durante o ano de 2020 avaliações conjuntas tendo em vista a cedência pela EDM da participação de 15% no projeto Semblana. Em 2021 foi alcançada uma estabilização das bases do negócio jurídico de aquisição dos direitos de 15% da EDM e definição de um cronograma dos vários eventos definidos para conclusão deste processo, que culminou na assinatura do contrato de cedência entre a EDM e a Somincor, a 15 de dezembro de 2021, cedência constituída por um valor fixo de €3,78M + IVA e um valor contingente em função

da diferença entre as Reservas Minerais Estimadas e o Inventário Mineral calculado, se superior a 10%, a partir de uma nova avaliação a realizar antes da decisão de exploração. O pagamento do preço fixo será efetuado pela Somincor em seis prestações anuais, iguais e sucessivas, de €630.000,00 + IVA, sendo que a primeira prestação foi paga na data da assinatura do contrato de compra e venda de direitos dos 15% da área B de Neves Corvo e as seguintes prestações serão pagas até ao final do primeiro trimestre dos anos imediatamente subsequentes, tendo sido cumprido essa mesma prestação em 2022 (2ª).

4.1.3. Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos

Em junho e outubro de 2022, a EDM participou em dois eventos internacionais de grande importância para a indústria mineira, o PDAC (Toronto, Canadá) e a MMH (Sevilha, Espanha). Ambos são reconhecidos internacionalmente como duas das maiores convenções mundiais de prospeção mineral e mineração que junta governos, empresas, prestadores de serviços e organizações ligadas a este setor de atividade. A presença da EDM nos dois eventos demonstra a proatividade da empresa e de Portugal além-fronteiras onde as oportunidades de contatos com operadores do setor mineiro são enormes, promovendo o setor, assim como as suas atividades, quer de prospeção e pesquisa, quer de remediação ambiental, tendo como perspetiva a captação de novos investimentos para Portugal e parcerias para a EDM.



Stand da EDM no evento mineiro Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC) 2022 em Toronto, Canadá.

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Handwritten signatures and initials in blue ink.



Evento Mining and Minerals Hall 2022 em Sevilha, Espanha.

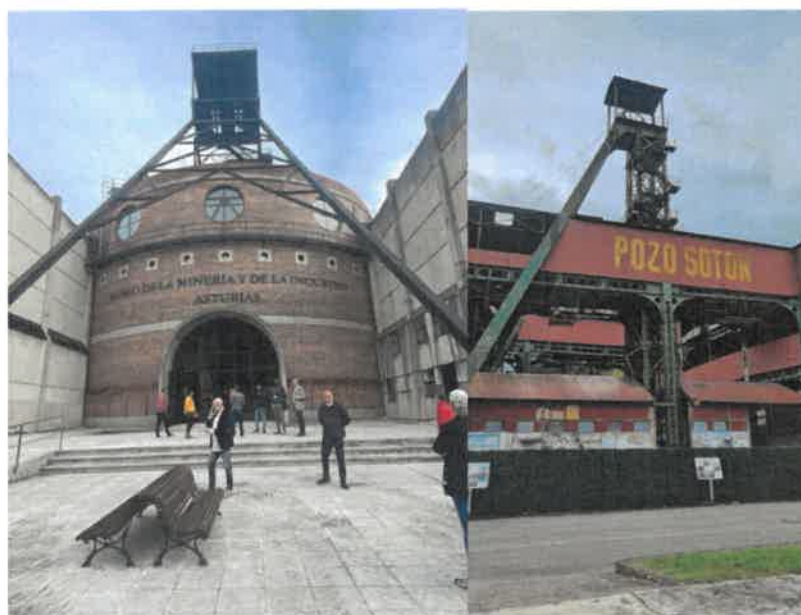
A EDM realizou ainda uma visita à mina de Tharsis (Huelva, Espanha), cujo concessionário é a empresa Tharsis Mining. Entre 2020 e 2022 a empresa espanhola realizou trabalhos de recolha e reinterpretação da informação histórica do distrito mineiro, incluindo a execução de campanhas de sondagens para prospeção das mineralizações a norte de depósito principal de modo a melhor definir a continuidade deste, os seus teores em metais e calcular os recursos existentes. A visita teve como propósito principal conhecer as instalações e laboratórios da empresa Tharsis Mining, assim como os trabalhos de prospeção e pesquisa que a empresa está a desenvolver nos prolongamentos da antiga exploração mineira do gigante depósito de Tharsis, promovendo a troca de conhecimentos e informação que poderá ser aplicada no futuro nas áreas de prospeção e pesquisa do lado português da Faixa Piritosa Ibérica.

Handwritten initials and scribbles in blue ink.



Visita à antiga exploração mineira do depósito de Tharsis, na Faixa Piritosa Ibérica, Espanha.

Também em 2022, a EDM participou na FETUMI – Feira de Turismo Mineiro e Industrial, em Pozo Sotón, nas Astúrias, através de uma ação de cooperação com a empresa espanhola Hunosa, aprofundando a troca de experiências e boas práticas na área do Turismo Industrial. Por sua vez, a Hunosa participou no Encontro de Parceiros do Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico, realizado pela EDM, na Urgeiriça.



Participação na FETUMI 2022 e visita à Hunosa, Astúrias, Espanha.

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Em 30 de dezembro de 2022, foi elaborado um novo protocolo entre a EDM e a DGEG, considerando a habitual cooperação entre as duas instituições, a qual tem vindo a ser formalizada através de protocolos e outras parcerias, nas quais são desenvolvidas ações essenciais, em comum acordo, dada a vontade demonstrada por ambas as partes. Assim, após a negociação foi submetido um memorando ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente e da Energia, o qual teve despacho favorável, a 14 de dezembro de 2023, de acordo com a informação nº. 30964/2022/SG/SCP/UMC, de 09-12-2022, da Secretaria Geral do Ambiente, tendo a EDM e a DGEG acolhido as recomendações dessa mesma informação. Como previsto no protocolo de colaboração institucional, a EDM apresentou uma proposta de atividades a executar em 2023.

Em 2022, foram investidos 21 520,00 euros.

Investigação e Desenvolvimento

Não se verificaram investimentos I&D no sector dos Recursos Mineiros, uma vez que não se encontravam em curso projetos de I&D no decorrer de 2022, tendo em conta a ausência de parcerias ao abrigo de programas cofinanciados.

Roteiro de Minas

No âmbito do Roteiro das Minas e Locais de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, e no quadro dos objetivos definidos – (1) contribuir para o desenvolvimento local apoiando iniciativas de salvaguarda e rentabilização do património mineiro; (2) promover o conhecimento científico sobre a atividade; e (3) melhorar a imagem da atividade mineira junto da sociedade em geral – foi dada continuidade, em 2022, às atividades das principais áreas de atuação com os 42 Parceiros e Direção Geral de Energia e Energia, nomeadamente,

- Plataforma informática: Desenvolveram-se trabalhos de produção e gestão de conteúdos dos Parceiros na plataforma em que o website está disponível. No final do ano iniciou-se o processo de migração de dados e alojamento do website para a plataforma internet da DGEG;
- Partilha entre Parceiros: Deu-se continuidade ao trabalho de dinamização da colaboração entre Parceiros, nomeadamente na produção de eventos, troca de informação, materiais promocionais e de conteúdos expositivos.

- Encontro Anual de Parceiros: Decorreu a 7 e 8 de julho de 2022 na mina da Urgeiriça, o 13º Encontro Anual de Parceiros do Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, o qual contou com a participação de cerca de uma centena de pessoas. A organização foi levada a cabo pela EDM, com o apoio da DGEG, e das várias entidades presentes destaca-se a participação da Câmara Municipal de Nelas, Hunosa, CCDR Centro, APA, Fundo Ambiental, Antena 1, Universidade de Coimbra, ISCTE e a imprescindível participação e contributo dos 42 parceiros do Roteiro. Foram debatidos e abordados, nos vários painéis do encontro, temas como O Complexo Mineiro da Urgeiriça hoje e o futuro da mina, e a Sustentabilidade de Territórios Mineiros, do ambiente à economia, com as comunidades locais;



13º Encontro Anual de Parceiros, Complexo Mineiro da Urgeiriça

- Guia “Serviços educativos e visitas escolares 2021-2022”: Em parceria com os Parceiros, foi produzida a versão e-book de um guia onde se apresentaram as inúmeras atividades desenhadas para o público escolar dos diversos níveis de ensino. A sua divulgação junto dos estabelecimentos de ensino contou com o apoio da Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.

Em 2022, foram investidos 56 659,00 euros.

4.2. No domínio ambiental

4.2.1. Concessão para a Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras

Em 2022, a atuação da EDM no domínio ambiental desenvolveu-se principalmente no âmbito do contrato de concessão que tem com o Estado Português e por via do qual exerce, em exclusivo, o serviço público de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas e degradadas.

As bases do contrato de concessão e a sua atividade foram estabelecidas pelo decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho.

Nos termos expressos por este diploma legal, o foco desta atividade consiste em intervir nas áreas mineiras abandonadas, localizadas na zona de influência de antigas explorações mineiras desativadas, cujas empresas concessionárias não possam ser responsabilizadas pelas consequências ambientais decorrentes daquela atividade, porque as respetivas concessões já reverteram para o Estado ou porque essas empresas se encontram dissolvidas por falência; bem como, intervir nas áreas objeto de exploração mineira iniciada antes da entrada em vigor do decreto-lei n.º 90/90, de 16 de março, e já desativadas até essa data, independentemente de atuais concessões de exploração para esse fim; e ainda, intervir em outras áreas de exploração mineira, designadamente as de minerais radioativos, relativamente às quais foi reconhecido o interesse público da intervenção do Estado, mediante despacho conjunto dos Ministros da Economia e do Ambiente e do Ordenamento do Território.

O contrato de concessão de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas celebrado entre o Estado Português e a EDM veio a materializar-se através da aprovação da respetiva minuta pela resolução do conselho de ministros (RCM) n.º 93/2001, de 19 de julho (DR, I Série-B, n.º 184, de 9 de agosto de 2001) e, conseqüentemente, pelo respetivo contrato, o qual foi assinado em 5 de setembro de 2001, e, depois, as suas renovações, a primeira através de RCM n.º 62/2011, de 15 de dezembro (DR, 1ª série, n.º 244, de 22 de dezembro de 2011) e o respetivo contrato de 21 de agosto de 2012, e, a segunda renovação, através da RCM n.º 81/2015, de 10 de setembro (DR, 1ª série, n.º 184, de 21 de setembro de

2015) e da RCM n.º 26/2017, de 12 de janeiro (DR, 1ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2017), cuja adenda ao contrato foi assinada em 6 de junho de 2018.

Em virtude da última renovação operada o Contrato de Concessão foi renovado até 15 de dezembro de 2022. Em 30 de outubro de 2022 foi apresentada ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Energia uma proposta de renovação do Contrato de Concessão da atividade de recuperação de áreas mineiras degradadas, a celebrar entre o Estado Português e a EDM, por um novo prazo adicional de 7 (sete) anos. A manifestação de interesse e disponibilidade, por parte da EDM, para a continuidade da concessão no âmbito do Portugal 2030, para o qual foi consultada, já tinha sido transmitida ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente e da Energia, em reunião tida com o Conselho de Administração da EDM, em 23 de agosto do corrente ano.

A atividade da concessão, em 2022, deu continuidade à realização de projetos e obras de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas e aos trabalhos de monitorização ambiental dessas áreas mineiras, integradas em candidaturas submetidas ao Portugal 2020, a coberto do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos (PO SEUR), integradas no Eixo Prioritário III – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência de Recursos.

Das dez candidaturas que foram submetidas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR, oito estão concluídas, designadamente:

- Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área da Urgeiriça – Fase Final,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 2,
- Recuperação Ambiental da Área Mineira de Quinta do Bispo - Fase 1,
- Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios,
- Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos (Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale d'Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo),

48
26

Em curso encontram-se as seguintes candidaturas:

- Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar,
- Recuperação Ambiental nas áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro, A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros.

A comparticipação financeira de Fundo de Coesão inicialmente aprovada, destinada a cofinanciar 85% das despesas elegíveis, tem vindo a ser objeto de ajustamento, face à obtenção de decisão favorável da Comissão Diretiva do PO SEUR, aos pedidos de reprogramação temporal, física e financeira das candidaturas concluídas e em curso, totalizando, no final de 2022, o montante aprovado de Fundo de Coesão de € 35.537.223,63, conforme descrito no quadro seguinte.

Designação	Concelho	Custo Total do Investimento	Contributo do Fundo de Coesão
1º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2015-26			
Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães	Gouveia, Fornos de Algodres e Mangualde	3 790 908,20 €	2 854 798,32 €
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S.Domingos - Fase 1	Mértola	3 924 469,41 €	3 027 066,40 €
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Urgeiriça - Fase Final	Nelas	13 327 387,39 €	9 729 207,45 €
Sub-Total (1º Aviso)		21 042 765,00 €	15 611 072,17 €
2º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2016-66			
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S. Domingos - Fase 2	Mértola	3 702 707,75 €	2 821 289,84 €
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul	Tábua	3 465 201,99 €	2 614 818,14 €
Sub-Total (2º Aviso)		7 167 909,74 €	5 436 107,98 €
3º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2017-28			
Recuperação Ambiental da Área Mineira de Quinta do Bispo - Fase 1	Mangualde	4 201 778,80 €	3 519 595,96 €
Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios	Mêda	5 092 953,44 €	3 362 625,79 €
Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Pícolo e Canto do Lagar	Gouveia e Nelas	3 654 006,19 €	2 400 689,26 €
Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos (Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale d'Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo)	Nelas, Mangualde, Sabugal, Tábua, Pinhel e Gouveia	1 726 551,61 €	1 212 568,87 €
Sub-Total (3º Aviso)		14 675 290,04 €	10 495 479,88 €
4º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2021-17			
Recuperação Ambiental nas áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro, A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros	Trancoso	5 384 356,59 €	3 994 563,60 €
Sub-Total (4º Aviso)		5 384 356,59 €	3 994 563,60 €
TOTAL		48 270 321,37 €	35 537 223,63 €

Projetos concluídos e em curso, no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR/Portugal 2020

De salientar que, após conclusão dos processos de contratação pública das empreitadas das obras e as aquisições de serviços associados às candidaturas em curso, os valores apresentados no quadro anterior poderão sofrer ajustamentos.

Em termos de balanço geral, relativamente aos apoios comunitários, recorde-se que, desde o início da concessão em 2001 até ao final de 2022, foram aprovadas 60 candidaturas da EDM aos fundos estruturais, para investimento na reabilitação ambiental das antigas áreas mineiras, 29 das quais foram executadas no QCA III (PRIME, POE e POA), 21 no QREN (POVT, MaisCentro e ON.2-O Novo Norte) e 10 no Portugal 2020 (PO SEUR).

Durante o período da concessão foram ainda concretizados com fundos próprios dois relevantes projetos para o desenvolvimento e cumprimento dos objetivos da concessão, designadamente o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”.

No quadro seguinte, resume-se a situação em final de 2022, integrando as candidaturas aprovadas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR.

Áreas Mineiras	Inventário	Pós-intervenção	Em intervenção	Pré-intervenção
Radioativos	62	45	8	9
Polimetálicos	137	63	1	73
TOTAL	199	108	9	82
		117		
		199		

Síntese das intervenções no final de 2022

No que se refere às candidaturas aprovadas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR, salienta-se o seguinte relativamente à sua execução:

- A recuperação ambiental das áreas mineiras dos radioativos da candidatura de “Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães” foi concluída em 2018, pelo valor total de 3,8 milhões de euros;
- A recuperação ambiental da área mineira dos polimetálicos da candidatura de “S. Domingos – Fase 1” foi concluída em 2020, pelo valor total de 3,9 milhões de euros;
- Até ao final de 2020, foi concluída a recuperação ambiental das áreas mineiras dos radioativos das candidaturas de “Urgeiriça - Fase Final”, pelo valor total de 13,6 milhões de euros e de “Mondego Sul”, pelo valor total de 3,5 milhões de euros;
- No final de 2021, encontravam-se concluídas as empreitadas das obras associadas às intervenções de recuperação ambiental nas áreas mineiras dos radioativos

Handwritten marks in blue ink, including a stylized signature and some scribbles.

relacionadas com as candidaturas de “Quinta do Bispo – Fase 1”, “Mortórios”, “Fase Complementar de Descontaminação de Solos” e “Ribeira do Bôco e Canto do Lagar”.

- No domínio dos polimetálicos, em 2021 concluiu-se a empreitada da obra relativa à candidatura “S. Domingos – Fase 2”.

Apresenta-se em seguida uma breve descrição do desenvolvimento dos projetos e obras de recuperação ambiental em 2022 que ainda se encontram em curso.

Antiga Área Mineira de Mortórios

Concluída a obra de remediação ambiental da área mineira de Mortórios, no concelho de Mêda, durante o ano 2022 foram efetuados os levantamentos de radiometria de superfície (radiação gama) e radiação externa na área mineira de Mortórios.

No que respeita à monitorização do meio hídrico, foi dada continuidade ao plano de amostragem e controlo de parâmetros químicos e radiológicos em curso, com periodicidade de amostragem semestral.



Detalhes da monitorização das águas subterrâneas em piezómetros situados na envolvente da célula de confinamento (Mortórios)

Em 2022, foram investidos 126 749,00 euros.

Antiga Área Mineira de Quinta do Bispo

Concluída a Empreitada da 1.ª Fase de recuperação ambiental da antiga área mineira de Quinta do Bispo, no concelho de Mangualde, durante o ano 2022 foram realizadas ações de monitorização pós-obra, tendo sido dada continuidade ao plano de amostragem e controlo de parâmetros químicos, físico-químicos e radiológicos (monitorização do meio hídrico). Foi ainda dada continuidade às campanhas de levantamento geofísico, através do método de resistência elétrica, tendo sido realizados levantamentos de radiometria de superfície (radiação gama) e radiação externa.



Monitorização do meio hídrico no 1º semestre de 2022 na Quinta do Bispo (céu aberto)

Em 2022 foram investidos 191 383,00 euros.

Antigas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar

Concluídas as obras de remediação ambiental das áreas mineiras de Ribeira do Bôco e Canto do Lagar, durante o ano de 2022 permaneceu em curso a obra de remediação ambiental na área mineira do Picoto, a qual tinha sido suspensa devido à necessidade de solicitar autorização ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Região Centro, para a autorização de abate de 124 sobreiros adultos e 24 sobreiros jovens, cuja necessidade se verificou imprescindível face à execução dos trabalhos na empreitada relativa a esta área mineira. Dirimidas as circunstâncias que originaram a suspensão da obra, a empreitada foi retomada em 03 de outubro de 2022.

Durante o ano de 2022 foram realizados os trabalhos de levantamentos radiométricos, desmatação da área, preparação e modelação da célula de confinamento e respetivo confinamento das escombrelas existentes na área mineira do Picoto.

Handwritten initials and a signature in blue ink.

No que respeita à monitorização do meio hídrico nestas três áreas mineiras, tem sido dada continuidade ao plano de amostragem e controlo de parâmetros químicos e radiológicos em curso.



Movimentação de terras, remoção e transporte de escombros para confinamento



Acompanhamento radiométrico das zonas de escavação e áreas de deposição

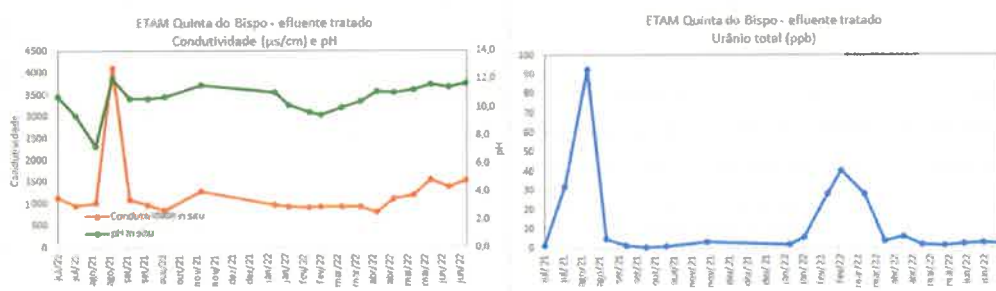
Em 2022 foram investidos 398 003,00 euros.

Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos

Concluídos os trabalhos de descontaminação de solos e sedimentos das áreas mineiras dos radioativos, localizadas nos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra e envolventes próximas, designadamente na: Urgeiriça (Canas de Senhorim - Nelas), Quinta do Bispo, Cunha Baixa e Freixiosa (Mangualde), Bica e Vale D'Arca (Sabugal), Castelejo (Gouveia) e Vale de Abrutiga (Tábua), no ano de 2022 foram instalados os equipamentos complementares de monitorização e controlo.

Foi dada continuidade aos serviços de descontaminação de águas de mina nas referidas áreas mineiras dos radioativos, utilizando os sistemas de tratamento passivo e ativo aí construídos,

de forma a assegurar a proteção das linhas de água, bem como o correto funcionamento dos equipamentos associados ao controlo dos processos e à monitorização em contínuo de parâmetros físico-químicas do efluente tratado e ar ambiente. No caso da ETAM da Quinta do Bispo o caudal médio no primeiro ano de funcionamento foi de 19 m³/hora. No gráfico seguinte pode observar-se a evolução dos parâmetros físico-químicos e concentração de urânio total e o volume total mensal de efluente tratado durante o primeiro ano de funcionamento da instalação.



Evolução dos parâmetros in situ e da concentração em urânio total no efluente tratado na ETAM da Quinta do Bispo, no 1º ano de funcionamento da instalação

Em 2022, foram investidos 468 100,00 euros.

Antigas Áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro (S. Domingos), A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros

Em 19 de outubro de 2022 foi assinado o auto de consignação da obra para a recuperação ambiental das áreas mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro (S. Domingos), A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros.

Os trabalhos de remediação ambiental nestas seis antigas áreas mineiras têm em conta os seguintes objetivos principais:

- evitar a contaminação de massas de água de boa qualidade;
- recolher e tratar adequadamente os efluentes e reabilitar as vertentes hidrológica e ambiental na envolvente mineira;
- evitar a contaminação de solos;
- elevar a capacidade de uso dos solos;

- confinar os depósitos de minério pobre e de outros resíduos;
- contribuir para o saneamento ambiental;
- garantir uma revegetação integrada no meio envolvente;
- minimizar os riscos e adotar de medidas de prevenção, designadamente vedar e sinalizar a área mineira;
- contribuir para a valorização ecológica e da biodiversidade da área de influência e contribuir para a sustentabilidade local.

Os trabalhos visam, fundamentalmente, acondicionar numa modelação única, na área mineira de A-do-Cavalo, os materiais de escombreira que se encontram dispersos pelas áreas mineiras. Pretende-se, igualmente, assegurar a monitorização ambiental nas fases de obra e pós-obra.

Ao nível do impacto radiológico, por si só já reduzido, os trabalhos propostos visam a sua forte redução, mediante o acondicionamento ordenado dos depósitos expostos e o seu confinamento.

Realizaram-se trabalhos de desmatção da área mineira, levantamentos batimétricos, levantamentos radiométricos, esvaziamento do céu aberto, preparação e modelação do terreno para execução da célula de confinamento, monitorização do meio hídrico.

Em 2022, foram investidos 1 171 694,00 euros.

9
26 //



Levantamento batimétrico



Operações de movimentação de terras e acompanhamento radiométrico

Handwritten initials and a signature in blue ink.



Vista geral da área de intervenção na frente "A-do-Cavalo"

Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 2

Após concluída a empreitada da Fase 2, ficou concluído no primeiro semestre de 2022 a monitorização da qualidade dos tecnossolos aplicados numa escala piloto, em duas áreas bem definidas, que no total ocupam com cerca de 1,5 hectares, com o objetivo de recuperação de solos afetados pela drenagem ácida de mina e recuperação do coberto vegetal. A recuperação dos solos foi uma das tarefas realizada no âmbito da empreitada através da aplicação de tecnossolos, formados pela adição de materiais ricos em matéria orgânica e outros aditivos que permitam melhorar a qualidade dos solos e a recuperação do coberto vegetal.

Em 2022, foram investidos 74 564,00 euros.

Handwritten signature and initials in blue ink.



*Detalhes do estado da cobertura vegetal na campanha de 12 meses após aplicação dos tecnossolos (fevereiro de 2022)
– Mina de São Domingos*

4.2.2. Segurança e Riscos Ambientais

As ações de segurança, projetos não cofinanciados e manutenção são realizadas através de verbas consignadas para o efeito e estão condicionadas ao montante de financiamento disponível.

Neste sentido, estes tipos de ações enquadram-se essencialmente em três grupos:

- atuações de segurança, que correspondem a atuações com vista a diminuir os riscos imediatos para a segurança e saúde pública;
- ações de intervenção em áreas mineiras que não reúnam condições para

enquadramento em candidaturas aos Fundos Estruturais;

- ações de monitorização e manutenção que consistem em todas as ações que são necessárias efetuar nas áreas mineiras intervencionadas e por intervencionar, designadamente de monitorização, manutenção e conservação, beneficiação e tratamento de águas contaminadas, que cada vez mais representam um peso maior no esforço financeiro da EDM, uma vez que são consideradas despesas não elegíveis nos projetos cofinanciados por fundos estruturais.

Segurança

As intervenções de segurança consistem em todas as ações com vista a assegurar a minimização dos riscos de segurança e saúde pública para pessoas e animais em antigas áreas mineiras abandonadas e podem integrar a seguinte tipologia de ações:

- atuações de minimização de riscos de segurança em antigas áreas mineiras, designadamente através de intervenções de selagem de poços, chaminés, galerias e proteção de taludes, infraestruturas e outras cavidades com riscos para pessoas, animais e bens,
- atuações para minimização dos riscos de saúde pública em infraestruturas de anexos mineiros de antigas áreas mineiras e
- controlo de acessos e segurança nas antigas áreas mineiras, em que serão implementados sistemas de controlo de intrusão, vedações, placas de sinalização entre outras intervenções necessárias.

No quadro do Protocolo celebrado entre a Comissão de Moradores e os proprietários dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça e respetivo documento complementar aprovado em 16 de fevereiro de 2018, designadamente o programa de descontaminação dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça, hoje Parque Habitacional dos ex-mineiros, deu-se continuidade ao programa de descontaminação daquele Parque Habitacional.

Em 2022, dado o baixo valor de verbas consignadas para o efeito e a não atribuição de financiamento para esta área, foram apenas investidos 57 786,00 euros.

Projetos Não Cofinanciados e Pós Remediação

Área Mineira da Cunha Baixa

A empreitada de Remediação Ambiental da Área Mineira de Cunha Baixa decorreu entre o mês de setembro de 2011 até ao mês de novembro de 2013, data em que se procedeu à sua receção provisória.

Em janeiro de 2016 verificaram-se anomalias significativas num dos taludes confinantes da reserva de água, que resultaram no deslizamento de terras, provocando danos mecânicos e funcionais na tela de impermeabilização e proteção que, por sua vez, estiveram na origem nos danos ocorridos na base daquela reserva de água e no esvaziamento de toda a água aí acumulada. Foi elaborado um Projeto de Execução para a Empreitada de Correção dos Defeitos de Obra na Área Mineira da Cunha Baixa, devido à essencialidade desta componente da empreitada para o fornecimento do Sistema de Distribuição de Água para Rega para uso agrícola, que teve em conta as análises e estudos efetuados. A consignação da obra ocorreu a 19 de setembro de 2022.

Durante o ano de 2022 os trabalhos desenvolvidos consistiram na desarborização e limpeza de terras existentes no interior da reserva de água bem como das chaminés identificadas, remoção de telas e de geotêxtil, selagem das chaminés, preparação do terreno para implantação de reservatório de águas e muro de gabiões e abertura de valas periféricas para o esvaziamento sequencial das lagoas.



Desarborização e limpeza das chaminés à esquerda; Abertura mecânica de vala na periferia dos órgãos instalados para esvaziamento sequencial das lagoas, à direita

Handwritten signature and initials in blue ink.



Regularização de taludes à esquerda; Remoção de telas e geotêxtil, à direita

Subsídências na antiga área mineira de Jales

Em 1 de março de 2021 foi celebrado o Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre a EDM e o Fundo Ambiental, para a Intervenção na área mais crítica da antiga exploração mineira de Jales, concelho de Vila Pouca de Aguiar, e que permitiu a caracterização e concretização da empreitada para consolidação dos solos na área dos abatimentos verificados em zona habitacional, de forma a que fosse garantida a segurança da população, da via de acesso e do edificado, nomeadamente, logradouro e troço da estrada municipal contigua ao logradouro.

A intervenção no âmbito das ocorrências de subsidências registadas na antiga área mineira de Jales, decorreu da solicitação de atuação da DGEG à EDM, resultante da identificação de abatimentos significativos registados em zona habitacional localizada em Campo de Jales, na antiga área mineira de Jales, situação reportada pela autarquia.

A complexidade e dimensão do fenómeno levou a que se considerasse o assunto como uma área de atuação da EDM pelo seu domínio, mas com necessidade de se identificar a natureza e o comportamento geológico e geotécnico das subsidências recorrentes naquela área, pela não existência de informação específica aquando do encerramento daquela mina.

Após um conjunto de estudos realizados e a análise da sua correlação com as galerias de exploração conhecidas que se estendem por cerca de 3 Km e atingem a profundidade de cerca de 600m, foi implementado o Plano de Instrumentação, Monitorização e Acompanhamento Técnico, executado o projeto técnico de execução e realizada a empreitada para a resolução da subsidência.

Terminada a obra em dezembro de 2021, foi retomada, em segurança, a utilização do logradouro e troço da EM1172-1, que se manteve em acompanhamento e monitorização até dezembro de 2022.

Foram consideradas no Plano de Ação as seguintes componentes:

- Eixo I – Plano de monitorização, de instrumentação e acompanhamento técnico;
- Eixo II – Intervenção imediata – soluções de engenharia nas zonas ativas;
- Eixo III – Intervenção estrutural a longo prazo (aguarda financiamento para concretização).



Troço da Estrada Municipal com o trânsito retomado após intervenção

Durante o ano de 2022 foi dada continuidade às leituras dos instrumentos de monitorização instalados durante o Eixo I de intervenção, que permitiram acompanhar e avaliar a evolução dos movimentos do terreno após a execução da empreitada.

Em 31 de janeiro de 2023 foi entregue o Relatório Final, relativo à execução do projeto "Intervenção nas áreas mais críticas da antiga exploração mineira de Jales", no âmbito do Protocolo outorgado entre o Fundo Ambiental e a EDM, SA, em 01 de março de 2021, e na redação conferida pelo Aditamento de 21 de julho de 2022.

Analisado o Relatório, considerou o Fundo Ambiental que o mesmo apresenta evidências da execução técnica e material adequadas.

Foram investidos em 2022, 115 677,21 euros.

4.2.3. Trabalhos de Monitorização

Na área dos radioativos, no período de 2022, deu-se continuidade aos trabalhos plurianuais de monitorização do meio hídrico e de realização de análises dos parâmetros químicos e radiológicos em amostras de águas, análises em detetores de dosímetros de sítio e realizaram-se as ações de descontaminação das águas de mina.

Estes trabalhos ganham cada vez mais relevância financeira e técnica no acompanhamento das áreas mineiras contempladas na Concessão, por parte da EDM. Tratam-se de ações desenvolvidas antes, durante e na fase de pós-remediação das antigas áreas mineiras, em contínuo e a longo curso. Os dados obtidos são remetidos anualmente para a APA, no âmbito do DL 108/2018 de 3 de dezembro.

4.2.4. Investigação, Promoção e Parcerias

Na remediação ambiental levada a cabo pela EDM, foi dada continuidade ao projeto ITN PANORAMA no qual a EDM participa como entidade parceira. O projeto *“European training Network on Rare earth elements environmental transfer: from rock to human”* financiado pelo programa-quadro Horizonte 2020 na candidatura H2020-MSCA-ITN-2019 (*Call Marie Skłodowska-Curie Actions ITN Project Innovative Training Networks*), é coordenado pela Universidade de Rennes 1 (França), inclui a participação de 14 universidades parceiras, nas quais se inclui, a nível nacional, o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (IST-C2TN) e 4 parceiros privados. O projeto financia o desenvolvimento das teses de doutoramento de 15 Bolseiros no âmbito do estudo dos comportamentos ambientais, transferência e ecotoxicidade das terras raras (*Rare Earth Elements*) no meio ambiente de forma a prever potenciais riscos da sua disseminação no meio ambiente. Em 2022 foram realizados os estágios coordenados pelo IST-C2TN, que

incluiram visitas de campo com a supervisão dos técnicos da EDM dos bolsеiros que desenvolvem as suas teses nas áreas mineiras do Lousal, São Domingos e Quinta do Bispo para a amostragem dos meios águas, solos e plantas.

No âmbito deste projeto ocorreu em Portugal o evento 1.º *Summer School - Acid Mine Drainage and REE contamination mitigation*, de 23 a 27 de maio de 2022, organizado pelo IST e que contou com a colaboração das entidades parceiras, EDM e ELECTRÃO. O evento contou com dois dias destinados à visita guiada pela EDM às antigas áreas mineiras de São Domingos (Mértola) e Lousal (Grândola) e aos locais de interesse no âmbito das intervenções de recuperação ambiental realizadas pela EDM, onde são também desenvolvidas atividades de monitorização e caracterização pelos bolsеiros.



Summer School no âmbito do Projeto PANORAMA e visita guiada pela EDM às antigas áreas mineiras de São Domingos e do Lousal (Maio, 2022)

A EDM continuou a colaboração no âmbito do Projeto RAWMINA “*Integrated innovative pilot system for Critical Raw Materials recovery from mines wastes in a circular economy context*”, submetido ao Programa de investigação e inovação Horizonte H2020 da UE, coordenado pelo LEITAT *Technological Center*, com duração de 42 meses (2021-2024). O objetivo principal do projeto consiste em desenvolver e demonstrar um sistema piloto inovador para a produção limpa e sustentável de matérias-primas críticas (*raw materials*) a partir de resíduos mineiros na União Europeia. A EDM proporcionará o necessário acesso aos depósitos de resíduos mineiros em antigas minas que integram o seu plano de recuperação ambiental no âmbito da conceção atribuída.

A EDM mantém a colaboração no âmbito do Projeto de I&D FRIENDS “*Frota de drones*

A
28

para inspeção radiológica, comunicação e salvamento" coordenado pelo Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear (IPFN) do IST, designadamente na disponibilização de acesso a antigas áreas mineiras de radioativos para ensaios e testes de monitorização radiológica.

No âmbito da cooperação com o “Estudo epidemiológico aos ex-trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio e seus familiares”, coordenado pelo Instituto Ricardo Jorge INSA), em conjunto com outras entidades das áreas da saúde, do ambiente e da energia e geologia, decorreu no dia 24 de maio uma visita técnica do Grupo de Trabalho do referido estudo, conduzida pelos técnicos da EDM, à antiga área mineira da Urgeiriça para recolha de informação sobre as atividades desenvolvidas pelos ex-trabalhadores da ENU.



Visita técnica à antiga mina da Urgeiriça pelo Grupo de Trabalho do Estudo Epidemiológico, INSA, Maio, 2022

Decorreu na Urgeiriça, nos dias 24 e 25 de outubro, a *Kickoff Meeting* do Projeto LeaRn4LIFE “*Learning Radon: professional qualification and social awareness as a strategy for reducing radon exposure*” que incluiu apresentações de todos os parceiros do projeto, designadamente a APA, o LNEC, Unicam, Universidade de Coimbra e EDM, assim como dos *stackholders* e a visita guiada pela EDM às instalações do complexo mineiro da Urgeiriça. Este projeto é financiado no âmbito do Programa LIFE e centra-se na necessidade da redução da exposição ao radão. O contributo da EDM para o projeto respeita à disponibilização de instalações na Urgeiriça para a realização das ações de formação previstas e de uma instalação de demonstração e área de aplicação prática e de teste de metodologias.

A EDM colaborou na realização do Workshop sobre “Mitigação do Radão em Edifícios”, que se realizou nos dias 26 e 27 de outubro na Sede da Ordem dos Engenheiros, organizado

↑
Zé //

pelo Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia do Ambiente, sob a coordenação geral da Agência Portuguesa do Ambiente. Foram realizadas duas apresentações intituladas: “O gás radão nas antigas áreas mineiras” e “Soluções práticas implementadas pela EDM de mitigação do gás radão em edifícios”.

No ano de 2022 registaram-se participações, em representação da EDM, em eventos internacionais organizados pela *International Atomic Energy Agency* (IAEA), salientando-se o “*Joint Workshop of the International Working Forum on Regulatory Supervision of Legacy Sites (RSLS) and the Coordination Group for Uranium Legacy Sites (CGULS) on Challenges to Remediation and Regulatory Supervision of Legacy Sites in Africa*”, organizado pelo *National Nuclear Regulator* (NNR), de 21 a 25 de novembro, em Centurion, Pretoria, na África do Sul. O evento contou com apresentações de representantes de vários países africanos e de especialistas provenientes da Alemanha, USA, Ucrânia e Argentina. Em representação de Portugal, a EDM fez uma apresentação com o tema “*The environmental remediation of uranium legacy sites in Portugal*”. Decorreu num dos dias do evento a visita técnica a extensas áreas de deposição de resíduos mineiros, designadamente o *Tudor Shaft Dump Site* e *Lancaster Dam* (Krugersdorp) e de escombrelas resultantes da antiga atividade de exploração de ouro e de urânio na cidade de Kagiso, na área de Joanesburgo.



Visita técnica à África do Sul no âmbito de evento da IAEA, Tudor Shaft Dump, Krugersdorp, Novembro, 2022

No âmbito do Ciclo de Webinars “O Futuro sob os Nossos Pés” promovido pela Associação Portuguesa de Geólogos (APG), realizou-se uma palestra sobre “A recuperação ambiental de antigas áreas mineiras” que decorreu no dia 14 de dezembro.

A EDM colaborou ainda com instituições Universitárias e Instituições Públicas, a diversos

28

títulos, nomeadamente com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, o Departamento de Geociências e Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro; a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, o Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa; o Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra, o Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear do Instituto Superior Técnico; o Instituto de Ciências da Terra da Universidade de Évora, o Laboratório Nacional de Energia e Geologia, entre outras.

4.3. Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)

4.3.1. Enquadramento e Execução

A derrocada parcial da Estrada Municipal 255, em Borba, no dia 19 de novembro de 2018, expôs a necessidade de apurar a situação real das pedreiras existentes em todo o território continental, a fim de permitir a avaliação da necessidade de intervenção, tendo sempre como objetivo essencial a proteção de pessoas e bens e do ambiente.

Esta necessidade resultou na aprovação da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica, a executar no período compreendido entre os anos de 2019 e 2021, alterada pela RCM n.º 201/2021, de 31 de dezembro, prorrogando por mais um ano, 2022.

Considerando o levantamento efetuado, existem, em Portugal, cerca de 2500 pedreiras, das quais 57% são licenciadas pela Administração Pública central e 43% são licenciadas pela Administração Pública local. Das 1426 pedreiras na esfera de competências da Administração Pública central, 402 (28%) encontravam-se em situação de incumprimento das obrigações administrativas que sobre elas impendem e 305 (21%) encontravam-se em regularização extraordinária ou em adaptação à legislação vigente (em licenciamento). Existem igualmente antigas explorações que cessaram a sua atividade há mais de 40 anos, em data anterior a qualquer obrigação de licenciamento, e um número desconhecido de potenciais explorações ilegais.

Neste contexto, em 2019, o Governo aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC), para um período de 3 (três) anos, mais 1 (um), onde se identificaram as pedreiras que comportam um ou mais fatores de criticidade para pessoas e bens e para o ambiente, resultantes da sua atividade e do seu impacto na envolvente, independentemente do estado atual de licenciamento ou de atividade e se definem as medidas prioritárias, urgentes e extraordinárias, com vista a evitar ou, pelo menos, reduzir a situação potencial de criticidade detetada.

O âmbito do Plano de Intervenção restringiu-se às pedreiras das classes 1 e 2 que comportam situações críticas para pessoas e bens e para o ambiente, independentemente da sua atual situação de licenciamento ou de exploração.

Através da referida RCM, da qual consta o PIPSC, pretendeu-se, desde logo e em primeira linha, intimar os exploradores dessas pedreiras ou os proprietários dos terrenos onde as mesmas se localizam, para o cumprimento das responsabilidades e obrigações que a lei lhes atribui. Sem prejuízo do referido e com vista a garantir, em qualquer circunstância, a proteção de pessoas e bens e do ambiente, afigurou-se urgente e de imperioso interesse público nacional determinar, por um lado e desde logo, a sinalização na envolvente das pedreiras em situação crítica e, por outro lado e a título subsidiário, estabelecer os procedimentos de atuação das entidades com atribuições neste domínio, dentro da esfera pública, para as intervenções de vedação, sinalização e realização de estudos prévios e ou projetos de execução, em caso de incumprimento dos exploradores e ou proprietários.

Por estas razões, urgentes e inadiáveis e de manifesto e imperioso interesse público nacional, a execução das medidas previstas no Plano de Intervenção, reconhecidas pela Resolução, tornaram-se necessárias, bem como habilitar e dotar as referidas entidades, através do Fundo Ambiental, dos recursos indispensáveis e prever a adoção dos procedimentos contratuais admitidos na lei para situações de manifesta urgência.

Assim, a Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica, determinou que a EDM- Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), executasse, no que se refere às 191 pedreiras identificadas pela DGEG como em situação crítica, referenciadas no mapa abaixo, o seguinte conjunto de medidas:

- Sinalização dos perigos identificados na envolvente de 150 das pedreiras em situação crítica identificadas pela DGEG, apresentando, quando se justifique, propostas de interdição dos caminhos, com vista a reduzir a situação potencial de criticidade detetada, a minimizar o risco e a diminuir a probabilidade de ocorrência futura de acidentes;
- Colocação de sinalética de perigos no interior das pedreiras em situação crítica e

Handwritten initials and signature in blue ink.

proceder à respetiva vedação nos casos em que os exploradores ou proprietários as não executem;

- Realização de estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das escombrelas, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não realizem;
- Desencadear os procedimentos legais necessários, em articulação com a DGEG, com vista a obter dos exploradores das pedreiras ou proprietários dos terrenos onde as mesmas se localizem, o reembolso dos valores despendidos na execução das medidas aprovadas pelo Plano de Intervenção.

Para o efeito, no dia 20 de março de 2019, foi celebrado um “*Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental, a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.*”, que regula os termos e condições de natureza técnica e financeira para a colaboração entre estas entidades, no contexto referido, totalizando o apoio de 6,310 milhões de euros.

A 28 de novembro de 2019 procedeu-se ao primeiro aditamento ao Protocolo que autorizou a transferência de verbas entre as rubricas correspondentes à aquisição de serviços para sinalização na envolvente das pedreiras e a aquisição de serviços para vedação das pedreiras em situação crítica.

A 16 de dezembro de 2019 foi celebrado o segundo aditamento ao Protocolo de Colaboração que autorizou a transferência antecipada de €2.090.880,00 correspondentes à rubrica para aquisição de serviços para vedar as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção, correspondentes aos anos 2020 e 2021.

Chegados a 31 de dezembro de 2021, término previsto da RCM n.º 50/2019, de 5 de março, verificava-se uma taxa de concretização do referido Plano de Intervenção na ordem dos 94 % (177 pedreiras das 191 identificadas), pelo que o Governo considerou importante prosseguir com a sua execução com vista ao cumprimento integral dos respetivos objetivos,

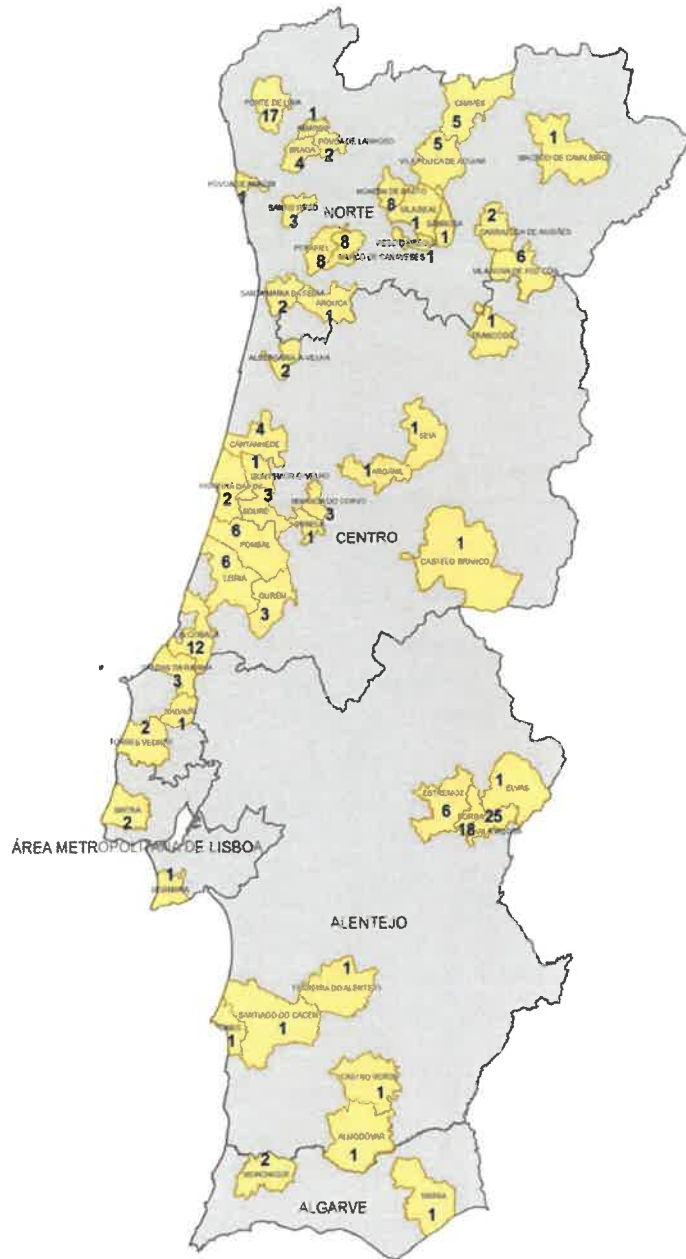
por forma a salvaguardar a segurança das pessoas, dos animais, dos bens e do ambiente. Para o efeito, considerou imperioso alterar a RCM n.º 50/2019, de 5 de março, prevendo a sua extensão até 31 de dezembro de 2022 e a revisão no instrumento legal de acesso aos terrenos particulares, consubstanciada na RCM n.º 201/2021, de 31 de dezembro.

Esta alteração à RCM veio permitir que a EDM continue a sua intervenção durante o ano de 2022, com vista à conclusão da implementação das medidas impostas pela DGEG, nas pedreiras em situação crítica que se encontram em incumprimento, através da presença dos técnicos da DGEG, como autoridade fiscalizadora.

Na sequência da alteração da RCM n.º 50/2019, de 5 de março, através da RCM n.º 201/2021, de 31 de dezembro, foi realizado um novo aditamento ao Protocolo de Colaboração, sem alteração de valores globais, permitindo uma extensão de prazo e um ajustamento entre rúbricas.

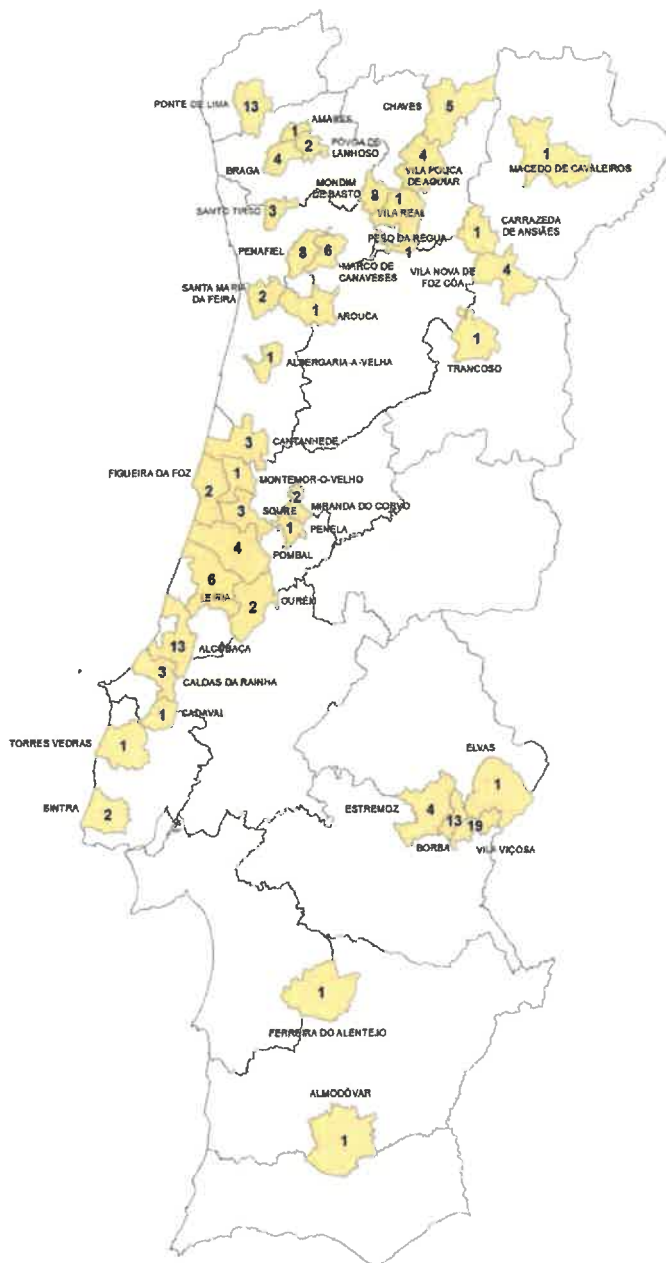
Entre 2019 e 2022, a EDM cumpriu e procedeu: à colocação da sinalização envolvente das pedreiras em situação crítica, em 150 pedreiras, tendo sido colocados no terreno todos os sinais constantes dos Planos de Sinalização aprovados, no total de 1253 + 119 sinais e 2931 ml de marcações horizontais; à colocação de vedação e sinalética e à elaboração de estudos prévios em 11 pedreiras; para além da realização de memórias descritivas, levantamento topográficos e outros trabalhos de campo e reuniões que implicaram a boa resolução e implementação das medidas impostas.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Distribuição por Concelho com o universo das 191 pedreiras em situação crítica

Handwritten signature or initials in blue ink.



Distribuição espacial das 150 pedreiras com sinalização na envolvente.

A RCM determinou que a EDM procedesse à realização de intervenções para colocação de sinalética e vedações de segurança, bem como a realização de estudos prévios e/ou projetos de execução, em caso de incumprimento dos exploradores e/ou proprietários, mediante

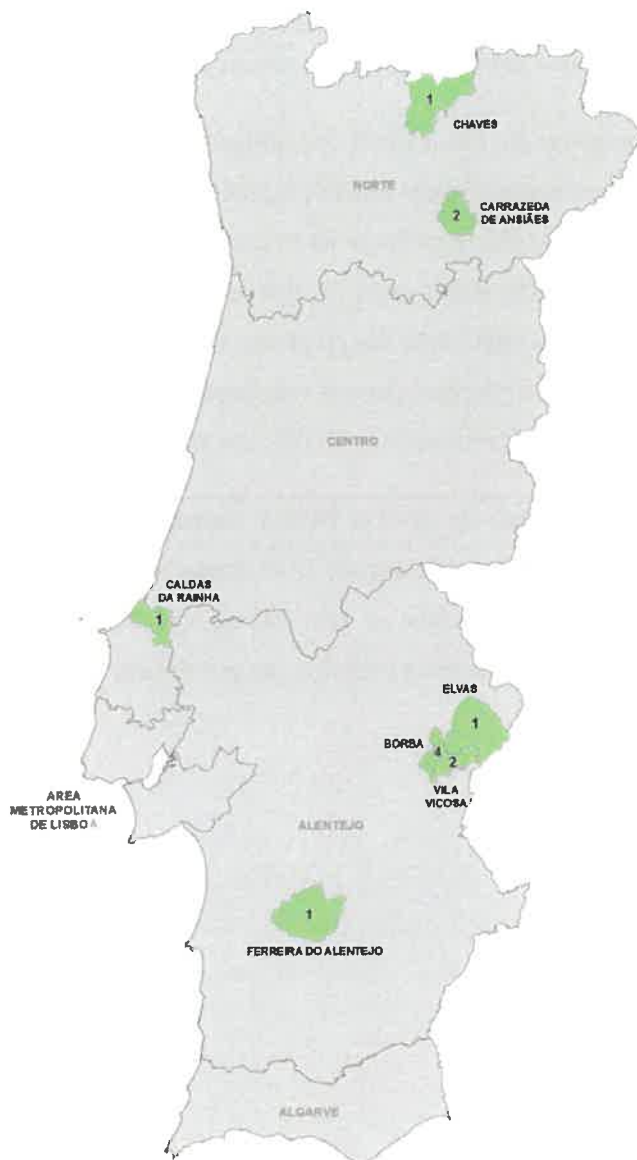
↑
ZöK

informação da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), sendo posteriormente desencadeado o processo judicial tendente ao ressarcimento das verbas utilizadas.

O universo das pedreiras em que a EDM está obrigada à colocação de sinalética de perigos no interior das pedreiras em situação crítica e a proceder à respetiva vedação, bem como da realização de estudos prévios e projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das escombreyras, está dependente da comunicação da DGEG das situações a intervir, que, por sua vez, depende da resposta dos exploradores e/ou proprietários dos terrenos à intimação da DGEG que se iniciou em fevereiro de 2019.

Entre setembro e dezembro de 2019 a DGEG comunicou à EDM um conjunto de 34 pedreiras em incumprimento, sendo que até 31 de dezembro de 2022 foram todas as medidas das pedreiras em situação crítica e em incumprimento, dadas como cumprimento superveniente, com exceção de uma pedreira que por decisão judicial saiu da competência da EDM.

Handwritten initials and signature in blue ink.



Distribuição por Concelho das 12 pedreiras identificadas pela DGEG como estando em incumprimento, a 31 de dezembro de 2021

Durante o ano 2022, consideradas esgotadas as diligências necessárias para chegar a acordo com os diversos proprietários e considerando que estavam estabilizadas as 12 pedreiras em incumprimento identificadas pela DGEG, as ações específicas resumiram-se a visitas de acompanhamento ao local e a reuniões com as entidades regionais e locais.

Considerando a inexistência de requisições administrativas e uma vez ultrapassado o

Q
Zé //

constrangimento que permitia o acesso legal aos terrenos privados dos proprietários das pedreiras, foi possível a EDM desenvolver um trabalho mais ativo no terreno com a implementação das medidas de vedação e sinalética em 7 pedreiras, bem como da elaboração dos Estudos Prévios em 8 pedreiras.

Para garantir a eficiência e eficácia das medidas previstas no Plano de Intervenção, houve a necessidade de contratar dois técnicos para assegurar o acompanhamento das intervenções nos locais em que foram executados os trabalhos de vedação e sinalização, mas também o adequado controlo e acompanhamento técnico do desenvolvimento dos estudos prévios realizados.

No decorrer do ano de 2022 foi comunicada pela DGEG, a 31 de agosto de 2022, uma pedreira para a qual foi necessário realizar todos os estudos necessários para a implementação das medidas de vedação, sintética e estudos e/ou projetos de execução. Nesse sentido foram realizados o levantamento topográfico da pedreira bem como respetivo relatório de diagnóstico. No final de 2022 já se encontrava implementada a vedação e sinalética da referida pedreira, tendo-se iniciado a elaboração dos estudos, com término a 23 de janeiro de 2023 e aprovação da DGEG, dia 26 do mesmo mês.

Constata-se, portanto, que o ano de 2022 foi bastante produtivo, no que respeita à implementação das medidas impostas pelo PIPSC, sendo possível executar todas as medidas previstas, em todas as pedreiras em situação crítica, cuja competência recaia sobre a EDM, num total de 11 pedreiras. Exceção feita a uma pedreira, cujo o incumprimento, não se encontrou dependente da EDM, mas sim por decisão judicial, uma vez que foi facultado ao proprietário, pelo Ministério Público, dois prazos suplementares, um de 8 meses e outro seguinte de 6 meses para a implementação das medidas.

Ainda no ano de 2022 a EDM iniciou os pedidos de reembolso aos exploradores das pedreiras ou proprietários dos terrenos onde estas se inserem e nos quais a EDM executou os trabalhos de vedação e sinalética, bem com de estudos e/ou projetos, conforme previstos no PIPSC.

Já este ano, a 31 de janeiro de 2023, e na sequência do protocolo assinado com o Fundo Ambiental, a EDM elaborou e enviou o respetivo Relatório Final, ao abrigo do mesmo,

Handwritten initials/signature in blue ink.

dando nota do cumprimento total das suas atribuições e competências definidas nas respetivas RCM.

Por fim, no decorrer de 2022, a EDM, em conjunto com a DGEG, propôs a prorrogação do PIPSC por mais 3 anos, adicionando a possibilidade de realizar as intervenções previstas e recomendadas nas soluções técnicas apontadas nos estudos prévios, avançando para a elaboração dos projetos de execução, assim como mantendo as competências anteriores, dado o dinamismo e a volatilidade das pedreiras em situação crítica.

4.3.2. Dotação Orçamental Consignada pelo Fundo Ambiental

No quadro seguinte, apresenta-se a dotação máxima a transferir pelo Fundo Ambiental nos termos da RCM n.º 50/2019, repartida pela tipologia de despesas que a EDM veio a assumir como necessárias, bem como a execução financeira entre 2019 e 2022, após o terceiro aditamento do Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira, resultante da publicação da RCM n.º 2021/2021, de 31 de dezembro.

Tipologia de aquisições de bens e serviços a cargo da EDM	Montantes máx. a transferir pelo FA (3.º Aditamento Protocolo)	Transferências efetuadas pelo FA para a EDM (apenas em 2019)	Executado				
			2019	2020	2021	2022	Total
1. Aquisição de serviços na modalidade de tarefa ou avença, assegurando o acompanhamento in loco das intervenções a realizar	851 879,91 €	346 500,00 €	185 627,15 €	233 464,53 €	2 829,01 €	-41 179,94 €	380 740,75 €
2. Aquisição de serviços de aluguer de equipamento informático, de sistemas de aeronaves não tripuladas e aquisição de equipamento de proteção individual	40 332,40 €	35 150,00 €	2 862,97 €	5 724,45 €	6 173,75 €	22 295,28 €	37 056,45 €
3. Aquisição de serviços, em regime de <i>renting</i> , de três viaturas todo-o-terreno	137 417,15 €	35 000,00 €	6 971,68 €	2 365,02 €	48 080,45 €	30 909,67 €	88 326,82 €
4. Aquisição de serviços para sinalizar as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção	389 812,54 €	239 782,00 €	233 067,49 €	44 229,78 €	0,00 €	0,00 €	277 297,27 €
5. Aquisição de serviços para vedar as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção, nos termos do n.º 8 da RCM n.º 50/2019, de 7/fev.	3 045 938,00 €	3 045 938,00 €	0,00 €	5 633,40 €	0,00 €	71 692,70 €	77 326,10 €
6. Aquisição de serviços para realizar estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição de zonas de defesa e à estabilização de escombrelas para as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção, nos termos do n.º 8 da RCM n.º 50/2019, de 7/fev.	1 845 000,00 €	615 000,00 €	0,00 €	51 402,34 €	21 752,50 €	222 104,23 €	285 259,07 €
Total	6 310 380,00 €	4 317 370,00 €	428 529,29 €	342 819,52 €	78 835,71 €	305 821,94 €	1 156 006,46 €
Despesas de deslocação - EDM (nos termos do n.º 3, cláusula oitava, do Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o FA, DGEG e EDM)	90 000,00 €	30 000,00 €	3 977,31 €	3 089,60 €	10 720,20 €	17 733,28 €	35 520,39 €
Total (c/despesas deslocação EDM)	6 400 380,00 €	4 347 370,00 €	432 506,60 €	345 909,12 €	89 555,91 €	323 555,22 €	1 191 526,85 €

Quadro plurianual de execução financeira 2019-2022

A intervenção da EDM, persistente e constante, revelou-se extremamente relevante no cumprimento dos objetivos estabelecidos no PIPSC, sendo que grande parte da sua ação,

Cuidamos do passado, desafiámos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Handwritten blue ink marks, including an arrow pointing up and some scribbles.

direta e indireta, permitiu que os exploradores das pedreiras e/ou proprietários dos terrenos onde as mesmas se inserem, tenham vindo a realizar as medidas para os quais foram notificados, o que levou a uma execução financeira abaixo do que o inicialmente previsto.

Até ao final de 2021 foram reembolsados (repostos no saldo disponível) os valores, correspondentes às intervenções executadas em duas pedreiras, totalizando o montante €16.132,44 mais IVA a 23%.

No decorrer dos pedidos de reembolso realizados em 2022, no seguimento das medidas implementadas pela EDM nesse ano, está prevista a sua concretização durante o ano de 2023.

Ao referido acresce o facto de, não obstante, a EDM se encontrar a encetar todos os esforços no sentido de vir a salvaguardar futuros processos judiciais para obtenção do reembolso dos valores despendidos e a dispense, ao abrigo do disposto no n.º 8 da RCM.

5. SUSTENTABILIDADE E DIGITALIZAÇÃO

Seguindo o aprovado Plano de Atividades e Orçamento de 2022, bem como o Plano Estratégico da empresa, implementaram-se um conjunto de ações no domínio económico, social e ambiental.

Reforça-se o facto da empresa ter elaborado e aprovado o Plano ECO.AP 2030, o qual estabeleceu um conjunto de metas ambientais, além de seguir as boas práticas do *Global Report Initiative (GRI)*, conforme recomendado em 2022. Ainda assim, note-se a aprovação da nova diretiva da Comissão Europeia, em 2022, com entrada em vigor em 2023, designada por CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive), vindo a standardizar e estabilizar os relatórios e os indicadores não financeiros para as empresas, com prazos de implementação e que a EDM pretenderá levar a cabo a partir de 2025, dada a sua dimensão. Assim, a eficiência económica, financeira, social e ambiental tem constituído uma meta da atividade da EDM com vista a garantir a sua sustentabilidade.

Para alcançar este objetivo têm vindo a ser prosseguidas políticas de rigor e contenção na aplicação dos fundos da empresa e de diversificação do seu “core”, cujo enquadramento estratégico se referiu no ponto relativo a estratégias adotadas.

Prevê-se que a EDM reforce o seu posicionamento quer no domínio técnico - ambiental quer no dos recursos mineiros, assumindo-se como um centro de competências capaz de aplicar as melhores práticas de remediação ambiental nas áreas mineiras e de mobilizar os agentes internos para uma atuação mais ativa no conhecimento, aproveitamento e valorização dos recursos minerais nacionais.

Especificamente no âmbito da sustentabilidade a EDM tem procurado desenvolver várias iniciativas tais como:

- Igualdade de oportunidades e estabelecimento de políticas de remuneração por categorias profissionais;
- Redução de pegada ambiental pela empresa, nomeadamente ao nível de introdução de medidas de eficiência energética, reciclagem e uso eficiente de recursos;
- Colocação nas peças dos concursos de critérios de seleção de cariz ambiental;
- Privilegiar os fatores de emissão de CO2 e consumo na substituição das viaturas;

A
B

- Introduzir critérios de racionalidade e de decisão com reduzido impacto ambiental;
- Selecionar fornecedores certificados;
- Promover a participação dos trabalhadores em ações de valorização profissional nas vertentes ambiental e mineira tais como, como congressos, workshops, simpósios e jornadas temáticas;
- Fomentar a investigação e a inovação.

Relativamente às ações de Sustentabilidade e Digitalização da empresa visando a aplicação das modernas técnicas de gestão, sublinham-se os seguintes aspetos principais:

- realização de um diagnóstico de todo o sistema de informação e implementação das várias medidas de segurança e salvaguarda dos dados da empresa;
- o prosseguimento da atualização do “site” da empresa;
- o reforço das ações de arquivo documental com transição maioritariamente digital;
- o aprofundamento do estudo de novas áreas de negócio que aproveitem as valências e competências da empresa e que irão contribuir para a sua sustentabilidade, em particular os projetos solares fotovoltaicos em antigas áreas mineiras remediadas, os projetos de agro-silvo-ambientais que valorizem e otimizem o património rústico do grupo EDM e as relacionadas com a certificação do uso dos solos e a avaliação do radão nos edifícios;
- implementação do ECO.AP 2030, iniciando-se o estabelecimento de objetivos, com vista à redução de consumos e despesas de energia, água, combustíveis e consumíveis (papel, produtos, impressões);
- elaboração de um estudo comparativo para a averiguar da viabilidade do funcionamento da sede da empresa num só espaço, propriedade do Grupo EDM, de forma a reduzir os encargos operacionais da empresa;
- Implementação de um novo organograma da empresa, que implicou uma reorganização interna, bem como a elaboração e a aprovação de um Plano de Gestão e Desenvolvimento de Carreiras.

- garantir a adoção das modernas práticas de gestão que proporcionem tomadas de decisão atempadas e fundamentadas, maximizando o quadro de competências da empresa;
- garantir a otimização dos ativos da empresa.
- o reforço das ações de arquivo documental com suporte eletrônico;
- o aprofundamento do estudo de novas áreas de negócio que aproveitem as valências e competências da empresa e que irão contribuir para a sua sustentabilidade, em particular as relacionadas com a certificação do uso dos solos e a avaliação do radão nos edifícios;
- que proporcionem novas origens de rendimentos como projetos agro-silvo-ambientais e instalação de projetos solares fotovoltaicos em antigas áreas mineiras já recuperadas;

Atentas as linhas de desenvolvimento definidas, foram desenvolvidas as ações descritas nos pontos seguintes.

5.1. Sustentabilidade Territorial

É um dos objetivos da Concessão e da empresa, colocar ao serviço das comunidades locais as áreas mineiras recuperadas ambientalmente.

Assim, prosseguiram-se as ações de colaboração com os municípios das áreas abrangidas, mediante Acordos de Parceria, os quais visam a valorização cultural, turística, geológica e mineira das áreas recuperadas, como é o caso da Urgeiriça, onde em 2022 desenvolveram-se um conjunto de reuniões, a fim de preparar e estabelecer a prioridade dos municípios, no âmbito da CIM para a instalação de um futuro centro interpretativo, científico e museológico das antigas minas de urânio, naquela região.

Por outro lado, foi redefinida a estratégia da empresa relativamente às áreas remediadas, cuja titularidade seja da EDM/EDMI, no sentido de serem criadas áreas de produção de energia através de fonte renovável solar contribuindo assim para a transição energética, beneficiando as comunidades locais e mitigando as alterações climáticas.

A
Zé //

Tendo em conta as intervenções da EDM concluídas estão já estabelecidos Acordos de Parceria com os municípios de Mértola, Nelas, Mangualde e Gouveia e com a ADENE - Agência para a Energia e AdP – Águas de Portugal para a produção de energia através de fonte renovável solar.

Por outro lado e no âmbito, do crescimento dos mercados de carbono, a EDM, em 2022, iniciou um trabalho interno de preparação das suas áreas, no âmbito da sua participada EDMI, a fim de utilizar o solo inapto dos prédios rústicos para o sequestro de carbono, contribuindo para as medidas de compensação das emissões.

5.2. Estrutura e Organização

Relativamente a este domínio a aposta centrou-se na simplificação e desmaterialização, destacando-se as seguintes ações:

- Prosseguiu o desenvolvimento de um sistema de informação geográfica, ajustado às necessidades e dados de prospeção disponíveis (sondagens, geofísica, análises químicas, etc.), no sentido de permitir rápidas análises dos projetos;
- Prosseguiu o desenvolvimento da página de internet capaz de responder aos novos desafios de comunicação, devidamente adaptada para plataformas móveis e com uma navegação mais amigável do utilizador, ao mesmo tempo que é capaz de disponibilizar mais informação e mais detalhada;
- Implementou-se o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), aprovado em 2018, estando disponível no sítio da EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A, que no contexto das suas atribuições, procede ao tratamento de dados pessoais, pretendendo assegurar com rigor, eficácia e segurança a proteção de todos os dados que recolhe e trata, comprometendo-se com o cumprimento das exigências do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, designado por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD);

- Implementou-se o Plano para a Igualdade de Género, bianual 2022/2023, estando o mesmo disponível no sítio da EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.
- Elaborou-se, aprovou-se e iniciou-se a implementação de um novo organograma da empresa, mais ajustado à realidade atual e com perspetiva de crescimento, que implicou uma reorganização interna.

5.3. Capital Humano

Mantiveram-se as ações de valorização de competências através de formação contínua, servindo de base ao crescimento da empresa e iniciou-se o procedimento para a realização de um diagnóstico ao quadro e política de recursos humanos.

Desde logo e como exemplo, os técnicos da Unidade Ambiental participaram na ação de formação “*Introdução à Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - 3ª Edição, online*”, promovida pela IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública, realizada de forma virtual nos dias 21 e 22 de abril de 2022. Um dos técnicos da Unidade Ambiental frequentou o curso de formação em proteção radiológica para obtenção do Nível de Qualificação II - Técnico Qualificado, organizado pelo Laboratório de Proteção e Segurança Radiológica e pelo Departamento de Engenharia e Ciências Nucleares do Instituto Superior Técnico, obtendo o certificado de qualificação profissional em proteção radiológica.

Além disso, com a implementação de um novo organograma da empresa, procedeu-se à elaboração e a aprovação de um Plano de Gestão e Desenvolvimento de Carreiras, com futura implementação de um sistema de avaliação de desempenho e correspondente evolução de carreiras, baseado no mérito, além da preparação e aprovação de um conjunto de normas internas que redefinem todo o funcionamento da empresa.

5.4. Novas Áreas de Negócio

Na vertente de identificação de novas áreas de negócio que permitam o aproveitamento das valências técnicas e humanas existentes na empresa, prosseguiram os trabalhos referentes aos seguintes domínios:

Certificação de Uso de Solos

A experiência e conhecimento técnico da EDM neste tema coloca-a num patamar de liderança para prestar serviços nas suas mais variadas vertentes aos proprietários dos terrenos, bem como às agências governamentais, serviços em que poderá ir muito mais além do âmbito dos antigos solos mineiros, podendo abranger a quase totalidade dos solos existentes.

É uma área em que se mantém a aposta que se admite possa ser reforçada nos próximos anos. Por outro lado, no âmbito da gestão patrimonial do Grupo EDM, através da participada EDMI, apostou-se a integração dos solos com uso condicionado, para integração de mercados de carbono, valorizando a sua capacidade de sequestro e contribuindo assim para a sua possível valorização, a curto, médio e longo prazo.

Avaliação de Radão nos Edifícios

O radão no interior das habitações é um problema comum nas regiões graníticas e outras regiões de elevada radioatividade natural. Em Portugal foi identificado e estudado desde os anos 70 do século passado.

A EDM tem uma larga experiência ao nível das soluções de construção com vista à mitigação dos efeitos do gás radão fruto dos trabalhos realizados na zona centro e ao abrigo dos planos de recuperação de muitas antigas áreas mineiras.

A transposição da diretiva 2013/59/EURATOM de 5 de dezembro de 2013 para a legislação nacional através do Decreto-Lei n.º108/2018, de 3 de dezembro, irá levar a que muitas das construções existentes em Portugal, nomeadamente nas zonas norte e centro (áreas com a presença de granitos), tenham a necessidade de serem avaliados do ponto de vista da concentração do radão, ao mesmo tempo, que se prevê que posteriormente, muitas destas mesmas construções, terão de ser alvo de intervenções construtivas com vista à minoração da concentração do gás radão, até aos limites máximos impostos pela legislação a aplicar (300 Bq/m³).

A EDM encontra-se numa posição privilegiada para intervir comercialmente neste futuro ramo de atividade, pelo que prosseguiu a definição do modelo de intervenção a desenvolver, em função do quadro legal a aplicar, aprofundando sinergias com a Universidade de Coimbra e APA. É um objetivo poder contribuir para centralizar na região do país mais afetada pela exposição às radiações de origem natural um núcleo de excelência no que respeita à

investigação científica, bem como no apoio laboratorial a prestadores de serviços que venham a ser constituídos por via da aplicação da legislação sobre a matéria. Foram encetados contactos com as entidades referidas para a criação do Centro de excelência do radão a instalar eventualmente na Urgeiriça, nas instalações da EDM.

Projeto Solar Fotovoltaico

A recuperação das áreas mineiras degradadas é uma atividade fundamental pois visa a valorização ambiental, cultural, patrimonial, social e económica, tendo em vista, além do mais, permitir a utilização futura dessas áreas recuperadas pela comunidade, em função da sua aptidão específica em cada caso concreto. E, na verdade, justifica-se plenamente que, após a recuperação dos passivos ambientais, esses locais, outrora fonte de valor económico, sejam aproveitados de forma útil para a Sociedade.

Embora com uso limitado, fruto do tipo e técnicas de remediação aplicados, as áreas propriedade da EDM têm na sua grande maioria um potencial valorativo que permite e cativa a ponderação para a concretização de projetos de produção de energia renovável a partir de painéis fotovoltaicos.

Por outro lado, impõe-se garantir a sustentabilidade das áreas recuperadas com o objetivo de garantir a viabilidade futura da gestão, operação e manutenção das respetivas antigas áreas mineiras.

Neste contexto, em dezembro de 2021, foi assinado um protocolo de colaboração, entre a EDM, as Águas de Portugal e a ADENE – Agência para a Energia com vista ao aproveitamento de antigas áreas mineiras ambientalmente remediadas para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

Através deste protocolo, numa primeira fase, será analisada a viabilidade técnica e económica para a utilização de cerca de 61 hectares de áreas mineiras já ambientalmente remediadas nos concelhos de Mangualde, Nelas, Pinhel, Gouveia e Mêda. Esta área corresponde a um potencial de instalação máxima de energia que pode ir aos 60MW e de produção máxima que pode atingir os 99MWh/ano, num investimento estimado de 42 milhões de euros.

A implementação deste projeto apresenta um conjunto de vantagens, nomeadamente a possibilidade de constituição de comunidades de energia renovável e o aproveitamento das antigas áreas mineiras. Estas, apresentam constrangimentos de uso de longo prazo (por

A
20/11

exemplo agroflorestal) devido ao processo de remediação ambiental, monitorização e manutenção das células de confinamento.

O protocolo assinado facilitará a concretização dos objetivos dos programas de descarbonização das três empresas, contribuindo diretamente para as metas nacionais previstas no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, no Plano de Energia e Clima 2030 e no ECO.AP 2030.

Projetos Agro-Silvo-Ambientais

No âmbito da participada EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, S.A., foram desenvolvidas ações no sentido de realizar um diagnóstico e uma atualização exaustiva do património existente, no sentido de desenvolver projetos de valorização ambiental e otimização de rendimentos nos prédios rústicos existentes, face às despesas para manutenção e de limpeza florestal gastos anualmente. Em 2022, além de todo o levantamento iniciaram-se já alguns passos no sentido de garantir contratos de arrendamento e a aplicação de investimentos para a plantação de espécies autóctones ou de fruto, como o amendoal e o souto.

5.5. ECO.AP2030

Foi publicada, a 24 de novembro de 2020, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, que vem aprovar o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030, o ECO.AP 2030, o qual vem substituir o anterior Programa de Eficiência Energética na Administração Pública. Com este Programa o Estado coloca-se na linha da frente, como modelo na adoção de medidas de melhoria de eficiência energética e de outros recursos, fixando um conjunto de objetivos e metas que contribuam para a descarbonização e transição energética das atividades desenvolvidas pelo Estado.

O ECO.AP 2030 é mais ambicioso e apresenta medidas para a redução dos consumos de energia, água e materiais, e respetivas emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), verificados nas instalações afetas a edifícios, equipamentos, frotas e infraestruturas, incluindo infraestruturas de mobilidade elétrica, e à capacidade de produção de energia e soluções de armazenamento de energia, sob gestão ou utilização pelas entidades da Administração Pública direta e indireta, incluindo serviços centrais e periféricos.

Até 2030, o Estado tem que cumprir um conjunto de metas:

- Reduzir em 40% os consumos de energia primária;
- Contribuir para que 10% do consumo de energia seja assegurado por soluções de autoconsumo com origem em fontes de energia renovável;
- Reduzir em 20% o consumo de água;
- Reduzir materiais em 20%;
- Alcançar 5% de taxa de renovação energética e hídrica dos edifícios abrangidos pelo ECO.AP (ou seja, das Entidades da Administração Pública direta e indireta, incluindo serviços centrais e periféricos).

Para o cumprimento destas metas, as quais serão monitorizadas com o suporte do Barómetro ECO.AP, é criada uma estrutura consolidada de Coordenadores de Energia e Recursos (CER), estes como representantes dos ministérios e de Gestores de Energia e Recursos (GER), como figuras predominantes para o Estado dar o exemplo na melhoria de eficiência dos recursos mas também testar soluções inovadoras que possam ter um efeito multiplicador na sociedade, podendo ser igualmente beneficiária das poupanças decorrentes da adoção de melhores práticas de gestão.

A EDM cumpriu já com a sua designação do seu GER, quadro da empresa, e, em 2022, elaborou o seu Plano de Eficiência ECO.AP2030, onde foram calculados e registados indicadores referente a energia nas instalações, energia nas frotas, água e materiais (impressões/cópias; papel; plásticos uso único), sendo algumas desagregadas como na Energia Elétrica – iluminação interior; aquecimento, ventilação e ar condicionado; equipamentos de informática e audiovisuais ou na água – torneiras; autoclismos e similares, com ano de referência 2019 e estabelecidas as metas e objetivos, as designadas Medidas de Eficiência de Recursos (MER) a implementar para o triénio 2022-2024. Neste âmbito têm sido implementadas formas de monitorização e acompanhamento dos respetivos indicadores de sustentabilidade.



6. STOCK DE URÂNIO

Finalmente uma referência às ações relacionadas com o importante ativo que é o Stock de Urânio que, por decisão do Estado, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 de julho, foi transferido do LNEG para a EDM, e que a EDM, agora na sua qualidade de proprietária, continua a assegurar o armazenamento em condições de segurança.

Este stock de concentrado de U3O8, que, à data, totaliza 198,5 toneladas (a mesma quantidade que foi transferida do LNEG), vem sendo objeto de visitas anuais de controlo, quer do EURATOM, quer da AIEA. A última inspeção foi realizada pela EURATOM em 14 de outubro de 2022, que decorreu com normalidade e dela não resultou a necessidade de implementação de quaisquer medidas diferentes das que a EDM vem seguindo.

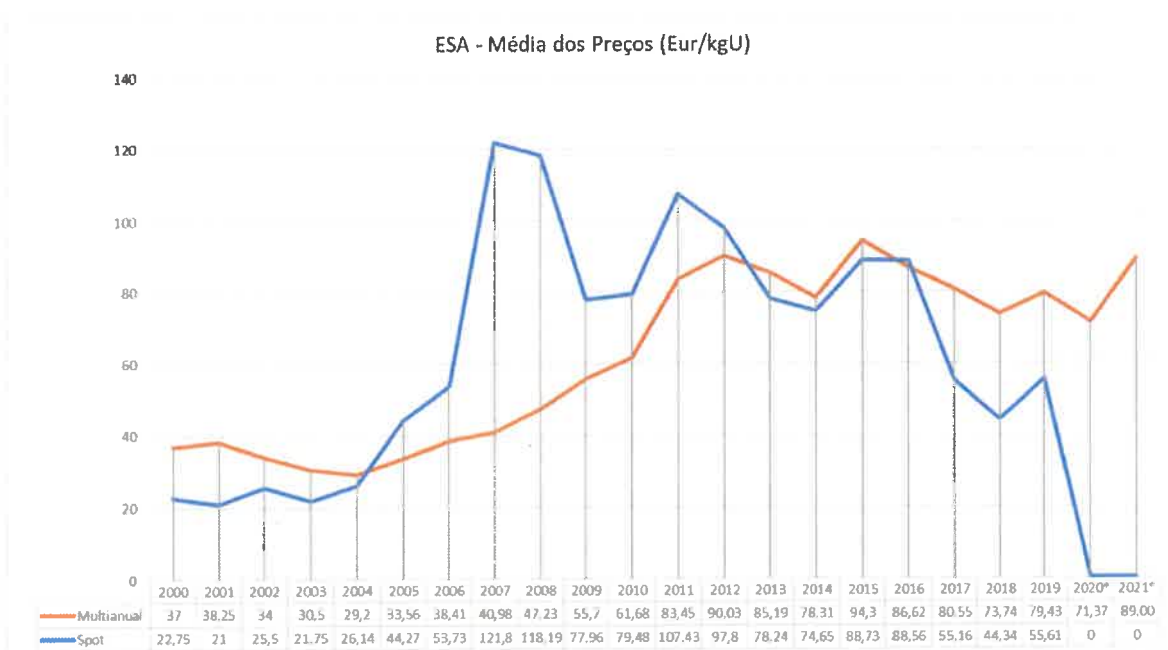
Durante o ano de 2022 manteve-se um acompanhamento rigoroso e sistemático das condições de segurança e de armazenagem do local onde está o stock de concentrado de U3O8, condições que haviam sido reforçadas em 2015 e em 2021, ao nível da vigilância e segurança, com a presença de pessoal da empresa de segurança, que assegura presença física e por videovigilância, 24 horas durante 365 dias.

O stock de urânio foi avaliado no ano da transferência, em 2012, através de um relatório de avaliação de um ROC independente sem interesse na sociedade, nos termos do artº 28º do Código das Sociedades Comerciais, conjugado com os artigos 7º e 23º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, relatório esse que foi aprovado pelo acionista através da Deliberação Social Unânime (DSU) por escrito de 25 de março de 2013 (ata n.º 44 da AG) e registado contabilisticamente no ativo na conta de “Inventários”, por contrapartida de igual montante em “Outros Instrumentos de Capital Próprio” a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da sociedade.

Considerando a especificidade do produto, sujeito a regras e controlos formais de comercialização, e que não é objeto de “cotações” internacionais como outras “commodities” que possam servir de referencial, o relatório do ROC, datado de 27 de dezembro de 2012, avaliou o ativo de urânio através da “aplicação às quantidades existentes de um preço de mercado extraído das publicações especializadas neste tipo de produtos, nomeadamente com referência ao observatório de preços do EURATOM (http://ec.europa.eu/euratom/observatory_price.html), considerando os preços *spot*, critério

que foi aprovado pela já referida DSU por escrito, e que conduziu à contabilização pelo valor de € 13 731 185,00.

A aplicação do critério de avaliação (média dos últimos sete anos disponíveis no observatório da Euratom em que o último ano é 2020) conduz a um valor (67,84 €/kgU) inferior ao preço da avaliação de 86,12 €/kgU. No entanto, as informações de 2022 da mesma Euratom, relativamente ao preço multianual de 2021 (89 Eur/kgU), indicam uma valorização dos preços a longo prazo (contratos multianuais) muito próximo dos valores da avaliação.



Fonte: European Commission/Euratom Supply Agency (ESA)/Nuclear Observatory

(*) Em 2020 e 2021, o preço Spot da ESA U3O8 não foi calculado porque não houve transações suficientes (menos de 3) para calcular o índice.

Esta tendência de valorização é acompanhada no mercado *Spot*, com um aumento dos preços nas transações registadas já no segundo semestre de 2021 para 86,07 Eur/kgU, conforme resultados do Relatório do 3.º Trimestre de 2022 da ESA, justificando-se a opção do Conselho de Administração de manter o valor de contabilização do stock de urânio, uma vez que a esse preço de mercado o valor de avaliação atualizado seria superior ao preço do inventário. Atualmente, o valor calculado cifra-se nos € 11 125 569,00, média dos 7 anos (2014-2020).

As informações mais recentes sobre a evolução do mercado de urânio confirmam a contínua

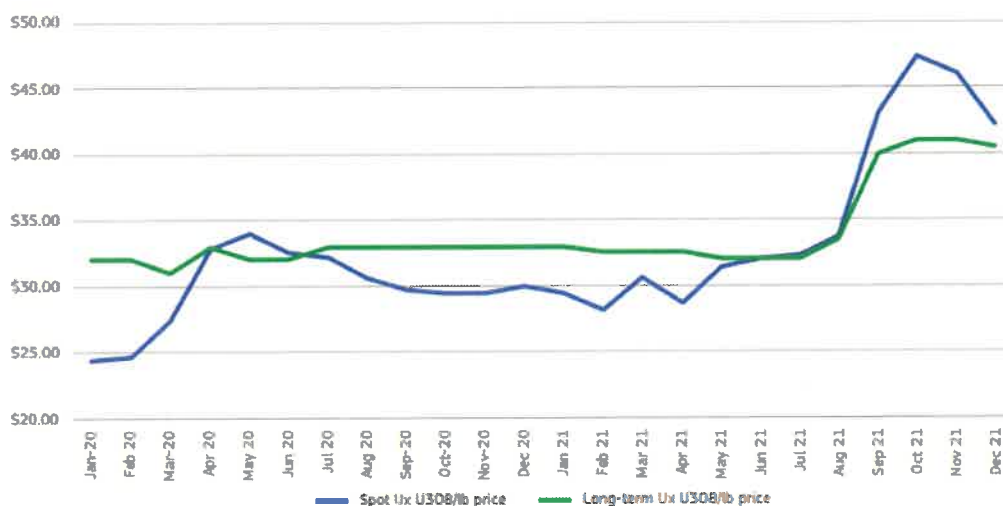
Handwritten signature

valorização e retoma progressiva dos preços, decorrente do desequilíbrio entre oferta e procura resultante dos encerramentos ou suspensões de atividade extrativa, entretanto verificados, e das decisões dos EUA e de alguns Países da UE em reforçar a reserva estratégica de urânio, refletidas na evolução dos preços até 2021.

Em 2022, o funcionamento do mercado europeu comum de combustível nuclear foi afetado por desenvolvimentos geopolíticos, designadamente a agressão militar da Rússia à Ucrânia que destabilizou o fornecimento global de todas as fontes energéticas, incluindo nuclear, aumentando a dependência externa energética da União Europeia.

Neste contexto, as fontes secundárias de abastecimento de concentrado de urânio, ou combustível nuclear, que inclui os stocks detidos pelos países, ou entidades comerciais, como por exemplo o stock detido pela EDM, poderão assumir um papel essencial para suprir eventuais lacunas na oferta.

Na mesma linha de valorização referenciada pela ESA-Euratom supply Agency citam-se representantes da World Nuclear Association e a própria CAMECO, uma das empresas líder do setor, cuja evolução de preços *Spot* se apresentam no quadro seguinte e que colocam o valor do inventário em € 19 684 511, considerando o preço spot de dezembro de 2022¹.



Quarterly Uranium market report 3rd quarter 2022-Euratom Supply Agency Year 2021 Report

¹ Taxa de cambio de 31 dezembro de 2022. 1 EUR = 1,06 USD

48
28 //

Spot Price

	2019	2020	2021	2022	2023
Jan	28.90	24.63	29.63	43.08	50.63
Feb	28.00	24.80	27.98	48.75	-
Mar	25.33	27.35	30.95	58.20	-
Apr	25.20	33.25	28.90	53.00	-
May	24.05	33.93	31.40	47.75	-
Jun	24.60	32.80	32.25	49.75	-
Jul	25.38	32.45	32.40	47.75	-
Aug	25.30	30.85	34.25	51.25	-
Sep	25.68	29.93	42.60	48.38	-
Oct	24.25	29.70	45.20	52.28	-
Nov	26.05	29.68	45.75	49.88	-
Dec	24.93	30.20	42.05	47.68	-

Evolução dos preços Spot desde 2019 em USD/lb U3O8

(Fonte: <https://www.cameco.com/invest/markets/uranium-price>)

Handwritten initials in blue ink, possibly "ZG" and "A".

7. SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

No quadro seguinte, apresenta-se uma síntese dos investimentos realizados em 2022, incluindo a comparação com a programação constante do plano para 2022, aprovado pelo acionista em Assembleia Geral, de 30 de março de 2022.

Plano de Investimento	PAO 2022 (1)	Executado 2022				Desvio (PAO vs Executado) (2) - (1)	
		Total (2)	Fontes de Financiamento				
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	Fundos comunitários	Verbas Consignadas		Fundo Ambiental
A - Prospecção e Pesquisa	310 000	27 539	27 539			-282 461	
A1 - Avaliação Contínua do Potencial Nacional	30 000					-30 000	
Avaliação do Potencial de Prospecção de Minerais Críticos	15 000					-15 000	
Elaboração Portefólio Oportunidades	15 000					-15 000	
A2 - Desenvolvimento de Projetos de Prospecção e Pesquisa	155 000	27 539	27 539			-127 461	
Escádia Grande	50 000	2 450	2 450			-47 550	
Argozelo	5 000	3 569	3 569			-1 431	
Outras áreas	100 000	21 520	21 520			-78 480	
A3 - Participação em Projetos de Prospecção e Pesquisa	125 000					-125 000	
Rosário	50 000					-50 000	
Barrigão	75 000					-75 000	
B - Avaliação e Exploração Mineira	225 000	3 220	3 220			-221 780	
B1 - Participação em Projetos com Potencial Mineiro	225 000	3 220	3 220			-221 780	
Gavião		3 220	3 220			3 220	
Gralheira	225 000					-225 000	
C - Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos	86 000	94 901			94 901	8 901	
C1 - Investigação nas Áreas da P&P e do Trat. de Minérios	20 000					-20 000	
Projeto Investigação	20 000					-20 000	
C2 - Dinamização e Cooperação	15 000	5 540			5 540	-9 460	
Cooperação e Internacionalização	15 000	5 540			5 540	-9 460	
C3 - Promoção do Património Geológico-Mineiro	51 000	89 361			89 361	38 361	
Roteiro de Minas	26 000	56 659			56 659	30 659	
Ações de Promoção, Imagem e Inovação	25 000	32 702			32 702	7 702	
D - Concessão	11 225 000	2 409 441		1 923 028	486 413	-8 815 559	
Mondego Sul		-916		-731	-185	-916	
São Domingos Fase 2		74 564		59 511	15 053	74 564	
Fase Complementar - Descontaminação radioativos	500 000	468 100		373 601	94 499	-31 900	
Mortórios	150 000	126 749		101 161	25 588	-23 251	
Quinta do Bispo - fase 1	25 000	191 383		152 747	38 636	166 383	
Picoto, Ribeira do Boco e Canto do Lagar	250 000	398 003		317 655	80 348	148 003	
Ferreiras, Reboleiro, Barroco, Caval, Seixas, Lenteiro	4 800 000	1 171 694		935 155	236 539	-3 628 306	
Fase Complementar- Aljustrel e Lousal	1 000 000	18 060		14 414	3 646	-981 940	
Fase Complementar- Covas e Jales	1 500 000	-38 532		-30 753	-7 779	-1 538 532	
Candidaturas a determinar	3 000 000	336		268	68	-2 999 664	
E - Segurança, projetos não cofinanciados e manutenção	3 292 700	273 590			157 915	115 675	-3 019 110
E1 - Segurança	270 000	57 786			57 786		-212 214
Atuações em poços, galerias, chaminés e abatimentos	10 000	10 519			10 519	519	
Parque Habitacional da Urgeiriça	260 000	47 267			47 267	-212 733	
E2 - Projetos não cofinanciados e Pós remediação	3 022 700	216 804			100 129	115 675	-2 806 896
Ocorrências em antigas áreas mineiras em Situação Crítica	1 487 700	20 527			20 527	-1 467 173	
Subsídências na antiga área mineira de Jales	1 525 000	115 675				115 675	-1 409 325
Pós-Remediação e Monitorizações	10 000	79 602			79 602	69 602	
F - Investigação, Promoção e Parcerias	30 000					-30 000	
F1 - Investigação em Eficiência no Uso dos Recursos	20 000					-20 000	
Projeto a definir	20 000					-20 000	
F2 - Promoções e parcerias	10 000					-10 000	
Valorização dos Ativos Recuperados	10 000					-10 000	
H - Estrutura	230 000					-230 000	
Investimentos correntes	80 000					-80 000	
Projeto energia solar fotovoltaica	150 000					-150 000	
I - Novas áreas	100 000	413			413	-89 587	
Projeto de Certificação e Uso de Solos Contaminados e av. Radão edifícios	100 000	413			413	-99 587	
Subtotal	15 498 700	2 069 462	30 759	1 923 028		115 675	-13 429 238
G - PIPSC	2 000 000	318 785				318 785	-1 681 215
TOTAL	17 498 700	3 127 889	30 759	1 923 028	739 642	434 460	-14 370 811

2
26 //

8. PARTICIPADA EDMI – EMPRESA DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS

A EDMI, totalmente detida pela EDM, tem como objetivo valorizar o património imobiliário que lhe está afeto e que corresponde, no essencial, aos prédios rústicos e urbanos que por força do encerramento das empresas mineiras, transitaram para a esfera patrimonial da EDM.

No exercício de 2022, a sociedade manteve a atividade de administração de imóveis próprios não tendo sido possível realizar qualquer venda.

Relativamente às contas do exercício de 2022 destacam-se os valores relativos a Ativo Total (€ 6 875 811,85), Resultados Líquidos positivos (€ 27 904,70) e Capital Próprio (€ 1 674 344,77). O valor do Passivo (€ 5 201 467,08) engloba o valor da dívida ao acionista EDM (€ 4 997 260,45), resultante da venda de imóveis e de suprimentos.

Handwritten initials in blue ink, possibly "RL" and "B".

9. RECURSOS HUMANOS

Os números médios de trabalhadores da EDM durante 2022 foi de 17, repartidos entre 8 mulheres e 9 homens, todos no quadro de efetivos.

Em 2018 foi solicitada autorização para a contratação de 5 técnicos superiores, 3 para repor as saídas operadas em 2016 e 2 novas contratações para proporcionar condições mínimas para dar execução ao aumento dos investimentos da empresa em recuperação ambiental das minas abandonadas, proposta que só parcialmente foi aceite, com a autorização para contratar apenas 1 técnico. O Conselho de Administração apresentou em 3 de outubro de 2019 nova proposta para o recrutamento de 4 técnicos superiores à Tutela Setorial que emitiu parecer favorável remetido ao gabinete do Secretário de Estado do Tesouro por carta de 14 de outubro de 2019, tendo sido autorizada a contratação de 2 técnicos com a aprovação do “PAO_2020” na Assembleia Geral de 31 de março de 2020. Assim foram autorizadas 3 contratações tendo sido contratados dois técnicos superiores no final de 2020.

Em 2021, saíram 2 trabalhadores por motivo de reforma, um dos quais em 31 de dezembro pelo que em 1 de janeiro de 2022 o nº de trabalhadores era, e ainda é, de 16.

A deliberação da Assembleia Geral de 30 de março de 2022 considerou a contratação de 2 trabalhadores limitando o quadro de recursos humanos, incluindo órgãos sociais, a 24 efetivos. Dado que ocorreram quatro saídas, uma por reforma e três por rescisão de contrato, e a contratação de cinco trabalhadores, respeitou-se a orientação do acionista dada terminando-se o ano com 17 trabalhadores do quadro. De referir que um trabalhador terminou a licença sem retribuição que lhe tinha sido concedida a 31 de dezembro de 2022.

No exercício e dadas as condicionantes para o setor empresarial do Estado, foi efetuada uma atualização salarial de 0,9% à semelhança da administração pública e não foi efetuada qualquer valorização remuneratória. Foram pagos os respetivos subsídios de férias e de Natal.

4
28

10. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Conforme já exposto no Capítulo 2, após os condicionamentos impostos pela situação de pandemia declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde em consequência do vírus SARS-CoV-2 e que influenciaram e condicionaram a toda a atividade económica mundial, viveram-se anos em que a economia mundial foi muito condicionada. O alívio da situação económica esperado em 2022 não chegou a ocorrer, por um lado pela subida da inflação, e por outro, pela invasão da Ucrânia que originou uma diminuição da oferta da energia à Europa e um acentuado aumento do seu custo. Esta situação apesar de não ter tido impactos significativos na atividade da EDM no que diz respeito a proveitos e custos, condicionou de alguma forma a realização de algumas atividades, nomeadamente os trabalhos de campo dos projetos de prospeção bem como o ritmo de execução dos projetos de recuperação ambiental, no que se refere às empreitadas e prestação de serviços.

Os aspetos mais relevantes do exercício de 2022 foram os seguintes:

- Aplicação dos resultados líquidos de 2021, no montante de € 1 056 534,89, em resultados transitados conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral do dia 30 de março de 2022;
- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental, no montante de € 2 409 441,27;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança, projetos não cofinanciados e manutenção, no montante de € 158 328,10, destacando-se as intervenções com os trabalhos de descontaminação dos ex-anexos mineiros na Urgeiriça no montante de € 47 267,20 e as operações de tratamento de águas de mina e monitorização em áreas já intervencionadas no montante de € 79 601,65.
- Realização de investimentos na promoção e desenvolvimento dos recursos geológicos, no montante de € 94 900,59, com destaque para as ações desenvolvidas no âmbito do Roteiro de Minas no montante de € 56 658,59.
- Realização de gastos relativamente a subsídências na antiga área mineira de Jales, no montante de € 115 675,21 com financiamento do Fundo Ambiental;
- Realização de investimentos no âmbito da prospeção e pesquisa de € 27 538,72 e de avaliação e exploração mineira de € 3 220,18;

- Realização de gastos relativos à intervenção nas pedreiras (PIPSC) no montante de € 318 784,88;
- Recebimento do montante de € 1 550 161,72 do POSEUR, correspondente à participação comunitária nos investimentos elegíveis dos projetos da concessão de recuperação ambiental;
- Pagamento à Caixa Geral de Aposentações do montante de € 140 546,03 relativo a pensões de ex-trabalhadores das extintas JEN e ENU.

Os documentos de prestação de contas do exercício, Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações do Capital Próprio e Anexo, evidenciam:

- Resultado líquido positivo de € 5 017 520,31;
- Trabalhos para a própria entidade no valor de € 876 807,51 relativo à componente interna dos projetos da área de recuperação ambiental, segurança e prospeção;
- Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de € 626 494,14, em que se destacam as subcontas de trabalhos especializados (€ 167 480,58); vigilância e segurança (€ 94 020,81); de energia e fluidos (€ 90 427,22) de rendas e alugueres (€ 51 060,65), comunicação (€ 44 313,95) e de conservação e reparação (€ 28 015,60);
- Gastos com pessoal, no montante de € 944 114,81, repartido entre as remunerações e encargos dos membros dos órgãos sociais no montante de € 306 134,80 e as remunerações e encargos do pessoal no montante de € 637 980,01. Durante o ano verificaram-se 4 saídas: a saída de 3 trabalhadores por rescisão, em 24 de março, em 10 de julho e em 4 de setembro e a saída de 1 trabalhador por motivo de reforma em 31 de setembro;
- Ganhos em subsidiárias de € 27 904,70 relativamente à empresa participada EDMÍ;
- Outros rendimentos no montante de € 8 421 738,51 que compreendem rendimentos suplementares de € 7 202,03, outros rendimentos e ganhos de € 1 174 324,58 no qual está incluído o montante de € 1 080 000,00 relativos à contabilização da remuneração do capital afeto à concessão que em 2011 passou a ser contabilizada nesta subconta por se considerar mais adequada à realidade da sua natureza de instrumento de financiamento da concessão da recuperação



- ambiental, tendo presente o enquadramento da remuneração bem como o SNC que entrou em vigor em janeiro de 2010, rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros no montante de € 7 208 221,53 relativo à cedência dos direitos no projeto do Gavião e outros de € 31 990,37;
- Outros Gastos no montante de € 1 003 992,64 dos quais € 3 439,02 relativos a impostos, gastos e perdas em investimentos não financeiros de € 986 440,83 relativos a abates por desconhecimento dos ativos dos projetos de prospeção próprios e em parceria e outros no montante de € 14 112,79 onde se incluem correções de períodos anteriores, donativos, quotizações e outros não especificados;
 - Gastos de amortizações, no montante de € 38 548,98;
 - Juros e rendimentos similares obtidos de € 5 991,68 relativos à especialização dos juros de uma aplicação financeira no IGCP feita em dezembro de 2021 com vencimento em janeiro de 2022 (€ 88,88) e uma segunda aplicação financeira também no IGCP em dezembro de 2022 (€ 5 902,80), relativos a rendimentos duma aplicação financeira feita no IGCP no final de dezembro de 2022 e vencida no dia 3 de janeiro de 2023;
 - Imposto sobre o rendimento do período no montante de € 1 357 486,95 relativo a IRC no montante de € 1 209 962,05, derrama estadual de € 139 794,57, tributação autónoma de € 8 940,40 e a ajustamento do passivo por impostos diferidos de - € 1 210,07;
 - Ativo não corrente, no valor de € 11 787 133,10 no qual se incluem um crédito sobre a EDM (€ 4 961 260,45), investimentos nos projetos de recuperação ambiental e de pesquisa e prospeção (€ 1 773 896,23) e clientes, no montante de € 2 324 700,00;
 - Ativo corrente no montante de € 52 909 230,61, no qual se incluem disponibilidades € 35 938 412,93, inventários € 13 731 185,00, clientes € 778 319,94 e outros créditos a receber € 2 435 770,35;
 - Passivo não corrente de € 1 421 026,45 no qual se incluem provisões no montante de € 1 286 901,61, dos quais € 862 617,04 relativas a encargos com pensões de ex-trabalhadores da extinta ENU e € 424 284,57 relativas a encargos resultantes de danos em áreas recuperadas;

Handwritten initials in blue ink, possibly "A" and "ZG".

- Passivo corrente de € 5 904 218,97, dos quais € 3 861 706,79 contabilizados em dívidas a pagar que se referem em grande parte a adiantamentos recebidos para financiamento de investimentos a realizar para a intervenção nas pedreiras em situação crítica;
- O Ativo Líquido em 31 de dezembro de 2022 é de € 64 696 363,71 e o Capital Próprio de € 57 371 118,29.

11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

(estrutura do capítulo de acordo com as orientações comunicadas pela DGTF)

11.1. “1-Objetivos de Gestão, (artigo 38º do RJSPE), e Plano de Atividades e Orçamento”

A missão da empresa centra-se em duas vertentes principais:

- uma de **recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas**, com vista à sua reabilitação e valorização económica, atuação desenvolvida em representação do dono da obra, o Estado Português, regulada por concessão;
- e outra em que exerce, por si ou em associação, atividades de **prospecção, pesquisa e valorização de recursos minerais**, contribuindo para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar e melhorar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista.

Adicionalmente e com carácter temporário correspondente ao período do mandato 2019-2021, com previsível prolongamento para o mandato 2022-2024, com origem na derrocada parcial da Estrada Municipal 255 em Borba, que evidenciou a necessidade de **apurar a situação real das pedreiras existentes no território nacional**, que por sua vez demonstrou a existência de situações críticas nas zonas envolventes à respetiva localização para pessoas, bens e ambiente, tendo sido identificado um conjunto de 191 pedreiras a exigir intervenção de carácter prioritário, relativamente às quais a RCM n° 50/2019 atribuiu diversas tarefas à EDM.

O Conselho de Administração, na continuidade do exercício de funções, assumiu as metas propostas relativamente aos objetivos que constam da “Proposta de Contratos de Gestão” apresentadas para o mandato 2019-2021 e que também constam do “Plano Estratégico” do mesmo período. Em julho de 2020, a DGTF havia remetido o texto de contratos de gestão aprovados pelas tutelas, que contém objetivos e resultados quantificados diferentes do proposto e do Plano Estratégico apresentado. Os membros do CA assinaram os contratos remetidos pela DGTF, bem como a proposta de estabilização dos objetivos e indicadores de desempenho. Em outubro de 2020 foram enviados os textos dos contratos de gestão

Handwritten initials and signature in blue ink.

assinados pelos membros do Conselho de Administração conforme texto remetido pela DGTF e foi também solicitada a revisão dos objetivos para 2020 e 2021. Também no final de 2021 foi enviado o texto do contrato de gestão assinado pelo novo Presidente do Conselho de Administração. Aguardou-se a assinatura dos contratos de gestão tendo o Conselho mantido a sua atuação desde a eleição estreitamente articulada com a tutela no que respeita às orientações estratégicas e gerais da EDM.

Sublinhe-se, contudo, que o Conselho de Administração concretizou em 2022 os objetivos e estratégias propostas, cujo cumprimento se comprova pela descrição detalhada das atividades desenvolvidas e pela medição dos indicadores de desempenho incluídos na proposta de “contratos de Gestão”, indicadores que se decidiu manter uma vez que ainda não foram formalmente estabelecidos outros em sua substituição e estes constavam do Plano Estratégico 2019-2021, e cujos cálculos se apresentam no quadro seguinte:

↓

INDICADORES DE DESEMPENHO

Objectivos de Desempenho	Área de actuação/natureza	notas	Designação do indicador	meta 2019	real 2019	meta 2020	real 2020	meta 2021	real 2021	meta 2022	real 2022	Ponderação
Qualitativos	CONTRATO DE CONCESSÃO	1	Superfície total da área mineira interveniçãda (ha) acumulada face aos valores globais identificados em 2003 (estudo de hierarquizaçãdo)	54%	58%	57%	59%	59%	59%	59%	59%	10%
		2	Populaçãdo potencialmente beneficiada pela diminuiçãdo da vulnerabilidade ao risco para a saúde e para o ambiente (acumulada)	780 000	776 928	800 000	802 334	830 000	831 400	830 000	831 400	5%
	VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS GEOLÓGICOS	3	Contratos de prospeiçãdo e concessãdo celebrados ou prorrogados, autonomamente ou em consórcio (valores acumulados)	1	1	2	2	2	3	2	3	5%
		4	Quantidade de quilómetros de geofísica (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	15	20,7	20	24,2	25	24,2	25	48,2	10%
		6	Quantidade de amostras de rochas e solos (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	300	736	500	1 249	800	1836	800	7759	5%
		6	Quantidade de metros de sondagens geológicas carotadas ou destruídas (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	5 000	9 296	7 000	15 880	8 000	17 560	8 000	29 938	10%
Financeiros	EFICIÊNCIA	7	Custos operacionais/rendimentos	75,00%	66,30%	85,00%	63,90%	85,00%	26,70%	85,00%	17,10%	10%
	RENTABILIDADE	8	Rentabilidade do capital empregue (ROCE-Return on capital employed) comparada com os rendimentos das aplicaçãdoes financeiras no IGCP	>30	145	>30	4 254	>30	1 282	>30	42	5%
		9	Margem de EBITDA	25,00%	24,20%	15%	26,3%	15,0%	17,1%	15,0%	19,4%	5%
	EQUILIBRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO	10	Autonomia financeira	>50%	84,54%	>50%	87,02%	>50%	88,3%	>50%	88,7%	10%
	EFICÁCIA	11	Grau de concretizaçãdo dos investimentos em contratos de prospeiçãdo e pesquisa em consórcio face aos valores contratados	90%	187%	90%	185%	90%	43,5%	90%	157,1%	5%
		12	Grau de concretizaçãdo dos investimentos em contratos autónomos de prospeiçãdo e pesquisa face aos valores contratados	80%	83%	80%	86%	80%	138%	80%	-	5%
	13	Grau de concretizaçãdo dos investimentos das candidaturas aprovadas ao POSEUR	85%	76%	85%	73%	85%	74%	85%	106%	5%	
PAG FORNECEDORES	14	FMP (Prazo médio de pagamentos)	24	19	24	16	24	24	24	18	10%	

NOTAS

- 1 quociente entre a área (em ha) acumulada das áreas mineiras reabilitadas e com intervençãdoes em curso e o valor global identificado no estudo de hierarquizaçãdo relativo aos 60 locais prioritários
- 2 somatório acumulado da populaçãdo residente em cada município potencialmente beneficiada por intervençãdoes de recuperaçãdo ambiental (censos de 2011)

base de referênciãdo dos dados reportados a final de 2015			
descriçãdo	locais	hectares	populaçãdo
áreas mineiras prioritárias (definidas no estudo de hierarquizaçãdo de 2003)	80	1 927	1 070 000
áreas mineiras interveniçãdas	36	904	688 000

- 3 número de propostas de contratos de prospeiçãdo, concessãdo de exploraçãdo experimental ou de exploraçãdo apresentadas à DGEG ou em negociaçãdo e prorrogaçãdo
- 4 extensãdo (em km) de perfil de geofísica realizados
- 5 número de amostras analisadas geoquimicamente
- 6 extensãdo (em metros) de sondagens geológicas realizadas
- 7 quociente entre os custos operacionais(FSE+Despesas c/PMVMC)/rendimentos (vendas+Prestaçãdo serviços+trabalhos p/ própria empresa+outros rend e ganhos)
- 8 quociente entre a rentabilidade do capital empregue (ROCE, EBIT/capital social) e a remuneraçãdo das aplicaçãdoes financeiras no IGCP (taxa de remuneraçãdo média anual)
- 9 quociente entre o EBITDA/rendimentos (vendas+Prestaçãdo serviços+trabalhos p/ própria empresa+outros rend e ganhos)
- 10 quociente entre o capital próprio e o ativo líquido da empresa
- 11 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em contratos de prospeiçãdo e pesquisa em consórcio (de acordo com o cronograma)
- 12 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em contratos de prospeiçãdo e pesquisa autónomos (de acordo com o cronograma)
- 13 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em candidaturas (de acordo com reprogramaçãdoes e cronograma) ajustado caso não exista abertura de candidaturas
- 14 de acordo com a RCM nº34/2008, em dias úteis;

A
B

De salientar o cumprimento dos principais objetivos financeiros que dão a solidez e a sustentabilidade necessárias, nomeadamente ao nível da eficiência, da autonomia e da rentabilidade.

Refira-se também que a EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

A atualização salarial anual dos trabalhadores foi de 0,9% em 2022, não tendo sido aplicado quaisquer valorizações remuneratórias.

Em 2022 foram pagos os subsídios de férias e de Natal e foi efetuada a atualização do valor unitário do subsídio de refeição em €2,50 e ao aumento de €20,00 no valor mensal do subsídio de transporte, com efeitos a partir de 1 de setembro, atendendo ao aumento do custo de vida, da inflação e em particular dos custos da energia (combustíveis e eletricidade) e da alimentação.

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2022 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação aplicável.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal.

11.1.1. Execução do Plano de atividades e Orçamento para 2022

O quadro seguinte compara os valores realizados em 2022 com o PAO 2022 aprovado.

Unidade de valor: €

Rubricas	2022 Execução	PAO 2022
Rendimentos	9.326.450,72	5.357.207,00
Vendas		
Vendas de Mercadorias		
Prestação de Serviços		
Ganhos em subsidiárias	27.904,70	12.207,00
Variação nos Inventários da Produção		
Trabalhos própria entidade	876.807,51	940.000,00
Reversões (dívidas a receber)		
Ganhos por aumentos de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	8.421.738,51	4.405.000,00
Gastos	2.942.759,75	4.316.054,00
Custo Mercadorias vendas. e Matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	626.494,14	502.550,00
Serviços especializados	302.259,41	275.650,00
Materiais	3.863,47	15.400,00
Energia e Fluidos	90.427,22	47.500,00
Deslocações, Estadas e Transportes	8.454,63	8.000,00
Outros Serviços	221.489,41	156.000,00
Gastos com pessoal	944.114,81	1.217.704,00
Órgãos sociais -Remunerações e encargos	306.134,80	302.675,00
Pessoal – Remunerações e encargos	637.980,01	915.028,00
Perdas por imparidade		
Perdas por redução de justo valor		
Provisões do período	344.284,57	
Perdas em empresas participadas		
Outros gastos e perdas	1.003.992,64	2.595.800,00
Impostos	3.439,02	5.800,00
Outros	1.000.553,62	2.590.000,00
Resultados antes dep, gastos fin. e impostos	6.407.564,56	1.041.153,00
Depreciações e amortizações	38.548,98	40.000,00
Resultado operacional	6.369.015,58	1.001.153,00
Juros e rendimentos similares	5.991,68	
Resultados antes de Impostos	6.375.007,26	1.001.153,00
Imposto sobre o rendimento do período	1.357.486,95	220.254,00
Resultado líquido do período	5.017.520,31	780.900,00



A discriminação dos principais aspetos decorrentes da análise do quadro, evidencia o seguinte, em comparação com o PAO 2022:

- Nos “**Rendimentos**” o desvio positivo resulta, da concretização da cedência dos direitos de participação do projeto Gavião;
- Os “**Gastos**” situaram-se abaixo do previsto no PAO 2022, justificado em grande parte pelo abate relativo a projetos de prospeção próprios e em parceria que não têm sequência no futuro;
- O “**Resultado Líquido**” obtido foi significativamente superior ao previsto no PAO 2022, pelo facto de se ter concretizado a cedência dos direitos de exploração mineira do projeto Gavião, resultante do contrato que a EDM celebrou com a Almina em 18 de maio de 2022

O quadro seguinte evidencia a execução do plano de atividades e orçamento para 2022, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, valores orçamentados, executados e respetivos desvios.

Unidade de valor: €

Indicadores	PAO 2022	Executado 2022	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	780 900,00	5 017 520,31	4 236 620,31	Outros Rendimentos muito superiores ao estimado por se ter concretizado a operação de cedência dos direitos de exploração mineira do projeto Gavião
EBITDA	1 041 153,00	6 407 564,56	5 366 411,56	
Resultado Operacional¹⁾ (EBIT)	1 001 153,00	6 369 015,58	5 367 862,58	
Volume de Negócios²⁾	5 357 207,00	9 298 546,00	3 941 339,00	Vendas e Prestação de serviços + Trabalhos Própria Entidade + Outros Rendimentos
Endividamento	0,00	0,00	0,00	Sem endividamento
Dívida Financeira Líquida³⁾/EBITDA	%	%	%	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do VN.

3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

11.1.2. Princípios Financeiros de Referência

A descrição dos aspetos referentes aos itens agregados na designação “princípios *financeiros de referência*” encontra-se apresentada no ponto 11.13 “*13-Medidas de redução de gastos operacionais*” do capítulo 11 deste relatório, pelo que esta informação adicional vai repetir em parte a aí referida. Relativamente aos princípios em referência identificados pela DGTF regista-se:

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Unidade de valor: €

	2022 Execução	PAO 2022
(0) EBITDA	6.407.564,56	1.041.153,00
(1) CMVMC		
(2) FSE	626.494,14	502.550,00
(3) Gastos com o pessoal	944.114,81	1.217.704,00
(4) Indemnizações pagas por rescisão		
(5) Impacto das valorizações remuneratórias		
(6) Gastos operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	1.570.608,95	1.720.254,00
(7) Volume de negócios	9.298.546,02	5.357.207,00
(8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7)	0,1689091	0,3211102
Gastos com Pareceres e Consultorias	17.383,11	11.100,00
Gastos com Deslocações/Alojamento	8.454,63	8.000,00
Gastos com Ajudas de custo	625,40	1.000,00
Gastos com as viaturas	39.216,05	38.780,00
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	21	24
N.º Órgãos sociais (OS)	4	4
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	17	19
N.º Trabalhadores/N.º CD	17	19
N.º de viaturas	7	7

Da análise do quadro “Medidas de Redução de Gastos Operacionais (PRC)” temos a referir o seguinte:

- **EBITDA** - regista-se um valor € 6.407.564,56 que é bastante superior ao orçamentado, em consequência do rendimento obtido por se ter concretizado a operação de cedência dos direitos de exploração mineira do projeto Gavião e também superior ao registado em 2021 (€ 1.108.763,27);
- Relativamente aos **gastos operacionais** estes situaram-se abaixo do previsto no PAO 2022, sublinhando-se:
 - que os *Fornecimentos e Serviços Externos* se situaram acima da previsão orçamental atendendo ao aumento dos valores da energia, derivado da subida acentuada dos preços da eletricidade e combustíveis, da necessidade de reforço dos serviços de vigilância e segurança e do registo dos serviços no âmbito do contrato de construção do projeto No_Waste Life, com contrapartida na rubrica de outros proveitos;

- e que *Gastos com Pessoal* foram inferiores em cerca de 22,5% relativamente ao previsto no PAO 2022, registando-se a saída voluntária por rescisão de contrato de trabalho de três trabalhadores e a saída de um trabalhador por motivos de reforma. Em 2022 foram admitidos cinco novos trabalhadores, foi feita atualização salarial sem valorização salarial.
- Constata-se uma redução para 16,9% do **peso dos gastos operacionais no volume de negócios** face a 2021 (26,7%) e também abaixo da previsão do orçamento do PAO_2022 (32,1%) em consequência da obtenção do rendimento resultante da cedência dos direitos de participação da EDM no projeto do Gavião, rendimento que não estava considerado.
- Relativamente aos outros itens e tendo em consideração a especificidade da atividade da EDM, bem explicitada neste Relatório e Contas, constata-se:
 - que os gastos com o conjunto de rubricas de “*deslocações e estadas, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel*” apresentam um ligeiro acréscimo de 1,1% face ao estimado no PAO_2022 e um aumento de 6,9% face ao executado em 2021, como reflexo do aumento dos preços em geral com maior impacto nos combustíveis, registado em 2022.

Unidade do valor: €

Rubricas	2022 Real	2022 PAO	2021 Real	Variação 2022/2022 PAO		Variação 2022/2021	
	Executado	Estimativa	Executado	Valor	%	Valor	%
Deslocações e Estadas	8 454,63	8 000,00	8 271,47	454,63	5,7%	183,16	2,2%
Ajudas de Custo	625,40	1 000,00	0,00	-374,60	-37,5%	625,40	
Gastos c/Frota Automóvel	39 216,05	38 780,00	36 889,80	436,05	1,1%	2 326,25	6,3%
SOMA	48 296,08	47 780,00	45 161,27	516,08	1,1%	3 134,81	6,9%

Evolução das rubricas específicas dos FSE

- que os gastos com os *gastos com o conjunto de rubricas de “Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria”* apresentam um aumento de 56,4% face ao estimado para 2022 (PAO 2022) e também superior em 40,6% face ao executado em 2021, aumento amplamente justificado pela necessidade de apoio jurídico no âmbito das negociações para a cedência dos direitos de exploração mineira do projeto do Gavião, que se veio a refletir positivamente nos resultados do exercício dada a concretização desta transação.

Unidade do valor: €

Rubricas	2022 Real	2022 PAO	2021 Real	Variação 2022/2022 PAO		Variação 2022/2021	
	Executado	Estimativa	Executado	Valor	%	Valor	%
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	17 383,11	11 110,00	12 360,54	6 273,11	56,5%	5 022,57	40,6%

Evolução dos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria

- que o **número de veículos (7)** é igual ao registado em 2021. A EDM tem procurado substituir as viaturas com elevada quilometragem por outras mais eficientes do ponto de vista ambiental. A necessidade de substituição é reforçada pelo facto de as atividades da empresa se encontrarem dispersas geograficamente o que obriga a dispor de meios para a deslocação aos locais onde os projetos se desenvolvem.

11.1.3. Quadro de Pessoal

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2022 foi de 17, tendo iniciado o ano com 16 trabalhadores.

Rubricas	2022		2021		2020		Variação 2022/2021
	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim	
Efetivos	16	17	18	16	16	18	1

Movimentos de pessoal

Na sequência da aprovação do PAO 2020 na Assembleia Geral de 21 de março de 2020 que contemplava a autorização da contratação de 2 trabalhadores, uma delas que não se chegou a efetuar, e da saída de 4 trabalhadores, 3 por rescisão de contrato e 1 por reforma, a empresa contratou 5 novos trabalhadores em 2022. De referir que na Assembleia Geral de 30 de março de 2022 autorizavam-se contratações, limitando-se o quadro de pessoal, incluindo órgãos sociais, a 24 efetivos. No final de 2022 o quadro de pessoal, incluindo órgãos sociais e fiscal único, registava 21 efetivos, contanto com um trabalhador que terminou a licença sem retribuição que lhe tinha sido concedida a 31 de dezembro de 2022. Os encargos em 2022 referentes às novas contratações ascenderam a €12.652,27.

21
28

11.1.4. Investimento

O quadro seguinte evidencia a execução do plano de atividades e orçamento para 2022, designadamente para os casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederam o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos.

Plano de Investimento	PAO 2022 (1)	Executado 2022					Desvio (PAO vs Executado) (2) - (1)
		Total (2)	Fontes de Financiamento				
			Autofinanciamento (Receltas próprias)	Fundos comunitários	Verbas Consignadas	Fundo Ambiental	
A - Prospeção e Pesquisa	310 000	27 539	27 539				-282 461
A1 - Avaliação Contínua do Potencial Nacional	30 000						-30 000
Avaliação do Potencial de Prospeção de Minerais Críticos	15 000						-15 000
Elaboração Portefólio Oportunidades	15 000						-15 000
A2 - Desenvolvimento de Projetos de Prospeção e Pesquisa	155 000	27 539	27 539				-127 461
Escádia Grande	50 000	2 450	2 450				-47 550
Argozelo	5 000	3 569	3 569				-1 431
Outras áreas	100 000	21 520	21 520				-78 480
A3 - Participação em Projetos de Prospeção e Pesquisa	125 000						-125 000
Rosário	50 000						-50 000
Barrigão	75 000						-75 000
B - Avaliação e Exploração Mineira	225 000	3 220	3 220				-221 780
B1 - Participação em Projetos com Potencial Mineiro	225 000	3 220	3 220				-221 780
Gavão		3 220	3 220				3 220
Graiheira	225 000						-225 000
C - Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos	86 000	94 901			94 901		8 901
C1 - Investigação nas Áreas da P&P e do Trat. de Minérios	20 000						-20 000
Projeto Investigação	20 000						-20 000
C2 - Dinamização e Cooperação	15 000	5 540			5 540		-9 460
Cooperação e Internacionalização	15 000	5 540			5 540		-9 460
C3 - Promoção do Património Geológico-Mineiro	51 000	89 361			89 361		38 361
Roteiro de Minas	26 000	56 659			56 659		30 659
Ações de Promoção, Imagem e Inovação	25 000	32 702			32 702		7 702
D - Concessão	11 225 000	2 409 441			1 923 028	486 413	-8 815 559
Mondego Sul		-916			-731	-185	-916
São Domingos Fase 2		74 564			59 511	15 053	74 564
Fase Complementar - Descontaminação radioativos	500 000	468 100			373 601	94 499	-31 900
Mortórios	150 000	126 749			101 161	25 588	-23 251
Quinta do Bispo - fase 1	25 000	191 383			152 747	38 636	166 383
Picoto, Ribeira do Boco e Canto do Lagar	250 000	398 003			317 655	80 348	148 003
Ferreiras, Reboleiro, Barroco, Cavalto, Seixas, Lenteiro	4 800 000	1 171 694			935 155	236 539	-3 628 306
Fase Complementar- Ajustrel e Lousal	1 000 000	18 060			14 414	3 646	-981 940
Fase Complementar- Covas e Jales	1 500 000	-38 532			-30 753	-7 779	-1 538 532
Candidaturas a determinar	3 000 000	336			268	68	-2 999 664
E - Segurança, projetos não cofinanciados e manutenção	3 292 700	273 590			157 915	115 675	-3 019 110
E1 - Segurança	270 000	57 786			57 786		-212 214
Atuações em poços, galerias, chaminés e abatimentos	10 000	10 519			10 519		519
Parque Habitacional da Urgeiriça	260 000	47 267			47 267		-212 733
E2 - Projetos não cofinanciados e Pós remediação	3 022 700	215 804			100 129	115 675	-2 806 896
Ocorrências em antigas áreas mineiras em Situação Crítica	1 487 700	20 527			20 527		-1 467 173
Subsídências na antiga area mineira de Jales	1 525 000	115 675				115 675	-1 409 325
Pós-Remediação e Monitorizações	10 000	79 602				79 602	69 602
F - Investigação, Promoção e Parcerias	30 000						-30 000
F1 - Investigação em Eficiência no Uso dos Recursos	20 000						-20 000
Projeto a definir	20 000						-20 000
F2 - Promoções e parcerias	10 000						-10 000
Valorização dos Ativos Recuperados	10 000						-10 000
H- Estrutura	230 000						-230 000
Investimentos correntes	80 000						-80 000
Projeto energia solar fotovoltaica	150 000						-150 000
I - Novas áreas	100 000	413			413		-99 587
Projeto de Certificação e Uso de Solos Contaminados e av. Redão edifícios	100 000	413			413		-99 587
Subtotal	15 498 700	2 069 462	30 759	1 923 028		115 675	-13 429 238
G-PIRSC	2 000 000	318 785				318 785	-1 681 215
TOTAL	17 498 700	3 127 889	30 759	1 923 028	739 642	434 460	-14 370 811

Conforme se apresenta detalhadamente no capítulo 4 relativo à atividade desenvolvida e em síntese no quadro constante do ponto 4 do relatório, os investimentos realizados em 2022 ficaram em termos geris aquém do que foi previsto no orçamento.

↑
28 //

No que respeita à Concessão, o PO SEUR não abriu novo aviso de candidaturas para a apresentação das fases complementares para a recuperação ambiental das áreas mineiras de Aljustrel e Lousal e de Jales e Covas, assim como de novas candidaturas a determinar. Por outro lado, houve necessidade de efetuar reprogramações temporais das candidaturas de Picoto, Ribeira do Bôco e Canto Lagar e de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco, A-do-Cavalo, Seixas e Lenteiros, empurrando a realização do investimento aprovado para o ano de 2023. Recorde-se que os projetos de remediação ambiental só podem avançar desde que lhe sejam afetos os meios financeiros necessários pelo PO SEUR no que se refere a disponibilidade de fundos comunitários, no pressuposto da manutenção do compromisso do seu acionista e concedente no que diz respeito ao financiamento da contrapartida nacional.

Em termos de ações de Segurança, Projetos não cofinanciados e Manutenção foram desenvolvidas ações pós-remediação e monitorização de áreas já intervencionadas por conta das verbas consignadas para a Concessão e pelo Fundo Ambiental, assim como ações de segurança, as quais ficaram abaixo da estimativa orçamental.

Nos projetos de Prospeção e Pesquisa que estão previstos desenvolver em parceria, a EDM está dependente de terceiros e da dinâmica que estes queiram implementar na execução dos mesmos.

Uma referência, também, aos investimentos das PIPSC cuja previsão havia sido baseada em pressupostos definidos pela DGEG de um muito maior número de pedreiras em incumprimento, o que não se veio a verificar.

11.1.5. Nível de Endividamento

No que respeita ao nível de endividamento, a EDM não tem passivo bancário e também no orçamento não estava previsto qualquer endividamento.

Handwritten initials and a checkmark in blue ink.

11.2. “2-Gestão do Risco Financeiro”

Atualmente a EDM dispõe duma estrutura de capitais sólida, com um grau de autonomia financeira de 88,7%. Não existe passivo bancário pelo que se considera prejudicada a informação sobre a gestão do risco financeiro.

Anos	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

11.3. “3-Limite de Crescimento do Endividamento”

Variação do endividamento (execução)	2021	2020
	Valores(€)	
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	0	
Capital Social/Capital Estatutário		
Novos Investimentos em 2021 (com expressão material)		
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0-	-

11.4. “4-Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)”

A EDM tem cumprido com as orientações existentes no sentido de encurtar o prazo de pagamento aos fornecedores. Não existem situações de mora ou de contencioso. O esforço de redução do prazo de pagamento é uma preocupação permanente da empresa, sendo certo que este esforço está também condicionado quer pela natureza dos trabalhos faturados e consequente conferência quer pela data de apresentação das faturas pelos fornecedores. Em 2022 e 2021 o prazo médio de pagamentos teve a evolução que se apresenta no quadro abaixo.

Não existem pagamentos em atraso.

Handwritten initials and marks in blue ink, including a signature and the number '20'.

PMP	2022	2021	Variação 22/21	
			Valor	%
Prazo (dias)	18	24	6	25,0

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	-	-	-	-	-
Aq. de Capital	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

11.5. “5-Diligências Tomadas e Resultados Obtidos no Âmbito do Cumprimento das Recomendações do Acionista na Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2020”

Na assembleia geral de aprovação das contas de 2021 realizada no dia 31 de março de 2022 foram feitas as seguintes recomendações: i) recomendando-se ao Órgão de Administração que diligencie no sentido de assegurar o cumprimento integral do disposto no artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, relativamente ao limite dos gastos operacionais; ii) o representante do acionista Estado recomendou, ainda, que aquando da elaboração do próximo relatório de gestão o capítulo dedicado à sustentabilidade seja densificado e organizado de acordo com as boas práticas da *Global Reporting Initiative* (GRI).

No que respeita à recomendação de cumprimento integral do disposto no artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, relativamente ao limite dos gastos operacionais, o mesmo consta neste relatório, capítulo 11.1.2.

Relativamente à recomendação de se incluir no relatório de gestão um capítulo específico e detalhado sobre as ações desenvolvidas em matéria de sustentabilidade, densificado e organizado de acordo com as boas práticas da *Global Reporting Initiative* (GRI), o mesmo consta neste relatório, capítulo 5. “Sustentabilidade e Digitalização”.

11.6. “6-Remunerações/Honorários (Apêndice 1)”

11.6.1. Órgãos Sociais

O modelo de GOVERNO SOCIÉTARIO está detalhadamente desenvolvido no Relatório do Governo Societário apresentado ao acionista em conjunto com este RELATÓRIO E CONTAS DE 2022. Sublinhe-se, em síntese, que o governo da sociedade está a cargo do Conselho de Administração.

Os órgãos sociais para o triénio 2019-2021 foram eleitos na sessão da Assembleia Geral realizada em 10 de maio de 2019, tendo na ocasião o Conselho de Administração sido composto apenas com o Presidente e uma Vogal. Em 2020 o Conselho foi completado com a eleição dum vogal, por Deliberação Social Unânime por Escrito de 27 de janeiro de 2020. Em 9 de julho de 2021 verificou-se a saída do Presidente por atingimento do limite de idade, tendo-se verificado a sua substituição em 19 de novembro de 2021 com a eleição de novo Presidente através de deliberação social unânime por escrito.

Aguarda-se a eleição dos órgãos sociais para o triénio 2022-2024, tendo-se mantido em funções em 2022 os órgãos sociais eleitos no triénio 2019-2021.

Nos mapas que se seguem apresentam-se informações sobre remunerações dos membros dos órgãos sociais que se mantiveram em funções em 2022, bem como de outros dados relevantes, nos termos das instruções da DGTF.

Mesa da Assembleia Geral

Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral estão atribuídas senhas de presença, nos seguintes valores:

Presidente - €500,00 e Secretária - €350,00, de acordo com a deliberação da sessão da assembleia geral de 10 de maio de 2019.

Relativamente à assembleia geral de 30 de março de 2022 foram pagos os seguintes valores:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2019-2021	Presidente	Maria Teresa Flor Morais	500,00	500,00
2019-2021	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	350,00
				850,00

Conselho de Administração

Na sessão da Assembleia Geral realizada em 10 de maio de 2019 foram eleitos, para o triénio 2019-2021, os membros do Conselho de Administração, o Presidente e um Vogal, que transitaram do mandato anterior. Já em 2020 por deliberação social unânime por escrito de 27 de janeiro de 2020 foi eleito o segundo Vogal do Conselho de Administração. Em julho de 2021 o Presidente cessou funções por aposentação por limite de idade, tendo sido substituído em 19 de novembro de 2021 por deliberação social unânime por escrito dessa data.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	
2019-2021	Presidente	Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	DUE	19/11/2021	Não	IMPIC	D		1 ; a)
2019-2021	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estêvão	AG	10/05/2019	Não	ISS	D		2 ; b)
2019-2021	Vogal	Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	AG	27/01/2020	n.a.	n.a.			1 ; c)

a) nomeado em 19 de novembro de 2021

b) mandatos 2016-2018 e 2019-2021

c) mandato 2019-2021

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Os membros do Conselho de Administração da EDM exerceram, à exceção do Presidente eleito em 19 de novembro de 2021, em acumulação, as funções de membros do Conselho de Administração da EDMI sem qualquer remuneração.

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma
[nome]	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]	AG/DUE/D
Zélia do Rosário do Vale Estevão	EDMI	Vogal	Público	DUE 21/06/2019
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	EDMI	Vogal	Público	DUE 04/05/2020

Na sessão da Assembleia Geral realizada no dia 10 de maio de 2019 o Acionista fixou as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, conforme se segue:

“Presidente: Valor mensal líquido: 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano;

Vogal: Valor mensal líquido: 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- *Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;*
- *O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;*
- *Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.*

Não é permitida:

- *A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto*

a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e

- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.”

Assim, evidencia-se nos quadros seguintes as remunerações processadas em 2022 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação em vigor.

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Gonçalo Fernando da Rocha de	S	C	4 578,20	1 831,28
Zélia do Rosário do	S	C	3 662,56	1 465,02
Jorge Manuel Fernandes Martinho	S	C	3 662,56	1 465,02

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	86 070,21	0,00	86 070,21	4 303,51	81 766,70
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	68 856,08	0,00	68 856,08	3 442,82	65 413,26
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	68 856,08	0,00	68 856,08	3 442,82	65 413,26
			223 782,37	11 189,15	212 593,22

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2022 aos membros do CA.

Fiscal Único/ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2019-2021	FU/ROC/Efetivo	Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC rep. Por Pedro Nuno Ramos Roque, ROC 828	SROC - 125 ROC - 828	SROC - 20161443 ROC - 20160456	AG	10/05/2019	23/05/2019	3	3
2019-2021	ROC Suplente	Domingos Manuel Fernandes Cascais	1265	20160876	AG	10/05/2019	-	-	-

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC	12 361,20	0,00	12 361,20	-	-	-	-

11.6.2. Auditor Externo

A auditoria externa é efetuada pela sociedade BDO & Associados, SROC.

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados ROC	29	1122	2001	Não fixado	18 (EDM)	18

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados ROC	16 440,00	0,00	16 440,00	-	-	-	-

(2) Indicar legislação de suporte.

11.6.3. Restantes Trabalhadores

Em 2022 foi feita uma atualização salarial de 0,9%, sem quaisquer valorizações remuneratórias.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal e foi efetuada a atualização do valor unitário do subsídio de refeição em €2,50 e ao aumento de €20,00 no valor mensal do subsídio de transporte, com efeitos a partir de 1 de setembro, atendendo ao aumento do custo de vida, da inflação e em particular dos custos da energia (combustíveis e eletricidade) e da alimentação.

11.7. “7-Aplicação do artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público”

Relativamente ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, regista-se que os gestores não dispuseram de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa. Também não se registou qualquer reembolso de despesas englobadas no conceito de despesas de representação pessoal.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	80,00	531,69	
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	80,00	629,35	
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	80,00	960,00	
		2 121,04	

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	434,93	3 498,03	1 491,15	4 989,18	
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	347,94	3 402,62	0,00	3 402,62	
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	347,94	1 242,78	730,20	1 972,98	
				10 364,78	

11.8. “8-Aplicação do nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP”

Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

11.9. “9-Elaboração e Divulgação de Relatório sobre Remunerações nos Termos do nº 2 da RCM nº 18/2014”

Foi elaborado o relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres relativo a 2022, o qual se encontra divulgado no sítio da EDM na internet (www.edm.pt). De acordo com o ponto 2. da RCM nº 18/2014, de 7 de março, este relatório deve ser elaborado de três em três anos.

11.10. “10-Elaboração e Divulgação de Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção”

Foi elaborado o relatório de acompanhamento sobre o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao ano de 2022, não se tendo registado quaisquer ocorrências nesta matéria. Este relatório já se encontra publicitado no site da empresa, www.edm.pt.

Foram enviados ao Conselho de Prevenção da Corrupção o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas atualizado em dezembro de 2020 e o Relatório de Acompanhamento relativo a 2022.

11.11. “11-Contratação Pública, indicando o Modo de Aplicação das Normas, os Procedimentos Internos e os Atos e Contratos de Valor Superior a 5M€”

Relativamente à contratação pública a empresa segue o disposto na legislação aplicável e nas orientações do acionista transmitidas através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A empresa participada EDMI segue as mesmas orientações.

1
20/11

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados seguem as orientações relativas à legislação sobre contratação pública e variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública SaphetyGov.

Não se celebraram em 2022 atos ou outros contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

11.12. “12-Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas”

A EDM tem vindo a implementar medidas de racionalização no aprovisionamento de bens e serviços, tendo estabelecido um contrato de adesão com a ESPAP. Em 2022, a EDM aderiu especificamente ao Acordo Quadro de Combustíveis e de Eletricidade da ESPAP sendo que em sequência foi celebrado contrato para o fornecimento de serviços de abastecimento de combustíveis ao abrigo de concurso efetuado pela ESPAP.

11.13. “13-Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais”

A EDM, nos últimos anos, tem vindo a implementar medidas de redução dos gastos operacionais visando a otimização da sua atividade.

Nesta linha de orientação a EDM tem registado uma evolução decrescente do rácio de peso dos “gastos operacionais/Volume de negócios” e tem mantido a obtenção de resultados positivos e EBITDA favorável.

Nas rubricas objeto de **orientações específicas do acionista**, em particular no decreto-lei de execução orçamental, a EDM tem vindo a otimizar a sua intervenção nos seguintes termos:

- Rácio de peso dos “gastos operacionais no volume de negócios”

O “*peso dos gastos operacionais no volume de negócios*” reduziu-se face ao ano de 2021 (passou de 26,7% para 16,9% em 2022) em particular em consequência do acréscimo de

rendimentos como já explicitado neste relatório.

- Medidas no âmbito da *redução dos gastos com o conjunto de rubricas de “deslocações e estadas, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel”*

A empresa tem procurado otimizar esta tipologia de gastos apesar da dispersão de locais onde tem operações e desenvolve projetos. O aumento dos gastos com deslocações e estadas resulta do impacto da acentuada subida da inflação nos preços dos alojamentos e refeições. A empresa apenas atribui ajudas de custo quando existem deslocações ao estrangeiro. A empresa tem procurado racionalizar os gastos em deslocações otimizando a utilização das viaturas e respetiva especialização aos projetos a estes associados. Os gastos com a frota automóvel refletem o aumento do preço dos combustíveis e das reparações condicionadas pela antiguidade e quilometragem da frota.

O conjunto destes gastos aumentou 6,9% face a 2021, registando um acréscimo de 1.1% face ao PAO_2022.

O **número de veículos** (7) é igual ao registado em 2021. Sublinha-se, como se tem vindo a referir nas propostas de Plano de Atividades e Orçamento anuais, em particular no PAO_2022 com justificações mais detalhadas, a necessidade de equacionar a substituição de 2 viaturas cuja elevada quilometragem e gastos de conservação se revelam desajustados, comprometendo igualmente a segurança. A urgência desta substituição é reforçada pelo facto de as atividades da empresa se encontrarem dispersas geograficamente o que obriga a dispor de meios para a deslocação aos locais onde os projetos se desenvolvem;

- Medidas no âmbito da *redução dos gastos com o conjunto de rubricas de “contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria”*

Neste âmbito a EDM tem vindo ao longo dos anos a promover uma adequada racionalização e otimização. No entanto em 2022 foi necessário recorrer a contratação de consultoria jurídica, uma vez que a EDM não tem recursos próprios da especialidade capazes de satisfazer as suas necessidades. Os gastos com o conjunto de rubricas de “*Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria*” apresentam um aumento de 56,4% face ao

1
20

estimado para 2022 (PAO 2022) e também superior em 40,6% face ao executado em 2021, aumento amplamente justificado pela necessidade de apoio jurídico no âmbito das negociações para a cedência dos direitos de exploração mineira do projeto do Gavião, que se veio a refletir positivamente nos resultados do exercício dada a concretização desta transação.

- Medidas no âmbito da redução dos *gastos com o “pessoal”, excluindo órgãos sociais*

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2022 foi de 17. O ano iniciou-se com 16 trabalhadores tendo ocorrido a saída de 4 trabalhadores, 3 por rescisão de contrato e 1 por reforma, tendo a empresa contratado 5 trabalhadores em 2022, por substituição. No final de 2022 o quadro de pessoal, incluindo órgãos sociais e fiscal único, registava 21 efetivos, contanto com um trabalhador que terminou a licença sem retribuição que lhe tinha sido concedida até 31 de dezembro de 2022.

De referir que na Assembleia Geral de 30 de março de 2022 autorizavam-se contratações, limitando-se o quadro de pessoal, incluindo órgãos sociais, a 24 efetivos. A contratação autorizada de 2 trabalhadores não veio a ocorrer em 2022.

Medidas de redução de gastos operacionais (PRC)

Unidade de valor: €

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2022	2022	2021	2020	2019	2022/2021		2022/2019	
	Exec.	Orç.	Exec.	Exec.	Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	6 407 565	1041 153	1 108 763	651 815	562 338	5 298 801	477,9	5 845 227	1039,5
(1) CMVMC									
(2) FSE	626 494	502 550	669 062	545 803	567 720	-42 568	-6,4	58 775	10,4
(3) Gastos com o pessoal	944 115	1217 704	1061759	1035 426	973 199	-117 644	-11,1	-29 084	-3,0
i. Relativos aos órgãos sociais ^{a)}	306 135	302 675	295 166	305 180	212 724	10 969	3,7	93 411	43,9
ii. Indemnizações pagas por rescisão ^{a)}									
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}									
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais ^{a)}									
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i., ii., iii. e iv	637 980	915 029	766 593	730 247	760 475	-128 613	-16,8	-122 495	-16,1
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais ^{b)}									
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	1570 609	1720 254	1730 821	1581229	1540 919	-160 212	-9,3	29 690	1,9
(7) Volume de negócios (VN)	9 298 546	5 357 207	6 478 172	2 473 810	2 322 803	2 820 374	43,5	6 975 743	300,3
Subsídios à exploração									
Indemnizações Compensatórias									
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais ^{b)}									
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	9 298 546	5 357 207	6 478 172	2 473 810	2 322 803	2 820 374	43,5	6 975 743	300,3
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	16,9	32,1	26,7	63,9	66,3	-5,7		0,4	
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	8 455	8 000	8 271	5 059	8 220	183	2,2	235	2,9
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	625	1000	0	0	1126	625	--	-501	-44,5
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	39 216	38 780	36 890	36 692	38 655	2 326	6,3	561	1,5
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	17 383	11 110	12 361	11 161	11 511	5 023	40,6	5 872	51,0
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	65 679	58 890	57 522	52 912	59 512	8 157	14,18	6 167	10,4
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	21	24	20	22	19	1	5,0	2	10,5
N.º Órgãos Sociais (OS)	4	4	4	4	3	0	0,0	1	33,3
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	1	1	1	0	0,0	0	0,0
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	16	19	15	17	15	1	6,7	1	6,7
N.º Trabalhadores/N.º CD	16	19	15	17	15	1	6,7	1	6,7
N.º de viaturas	7	7	7	7	7	0	0,0	0	0,0

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022.

b) Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Notas: Volume de negócios = Vendas e Prestação de serviços + Trabalhos Própria Entidade + Outros Rendimentos.

N.º órgãos sociais inclui o Fiscal único.

11.14. “14-Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria”

Em 2022 registou-se a contratação de consultoria jurídica uma vez que a EDM não tem recursos próprios da especialidade capazes de satisfazer as suas necessidades.

Cuidamos do passado, desafiámos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



11.15. “15-Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado”

Na sequência da publicação da Lei nº 55/2010 (Lei do Orçamento para 2011) e tendo presente o disposto no nº 5 do artigo 77, a EDM desencadeou junto do IGCP, no final de 2010, contactos sobre os procedimentos a adotar para cumprimento da referida disposição no quadro da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria.

A EDM tinha em 31 de dezembro de 2022 uma aplicação financeira no IGCP, no montante de €25.000.000,00, onde estão também as suas disponibilidades.

Ainda se manteve a conta no Santander Totta, que esteve associada a guarda de títulos que acabaram por ser alienados em 2021, mas que por dificuldades administrativas não foi encerrada até 31 de dezembro de 2022, tendo o processo de encerramento da conta sido concluído em 20 de fevereiro de 2023. Entretanto a EDM havia pedido em 28 de outubro de 2020, o excecionamento do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, relativamente aos montantes necessários ao pagamento das comissões e impostos relacionados com aquele serviço de guarda, pedido que foi autorizado pelo IGCP para os anos de 2021 e 2022, comunicado por informação nº 629/2021 de 24 de agosto de 2021 (inserida em SIRIEF em 28 de setembro de 2021).

IGCP*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	26 790 027,66	36 676 474,71	34 084 477,74	10 938 187,26
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	25 000 000,00
Total	26 790 027,66	36 676 474,71	34 084 477,74	35 938 187,26

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Santander Totta	120,00	120,00	120,00	224,98
Total	120,00	120,00	120,00	224,98
Juros auferidos** a)	0,00	0,00	0,00	0,00

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

a) Não existem aplicações na Banca Comercial.

11.16. “16-Divulgação das Recomendações Dirigidas à Empresa Resultantes de Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas”

Não há recomendações específicas de auditorias do Tribunal de Contas, entidade a quem a EDM envia, nos termos legais aplicáveis, os contratos para visto prévio.

A EDM submete a informação relativa aos documentos de prestação de contas anuais através da plataforma *econtas* do Tribunal de Contas.

11.17. “17-Elaboração e Divulgação do Plano para a Igualdade”

A EDM elaborou em 2020 o Plano para a Igualdade para 2020/2021 (pela dimensão da empresa, definiu-se um Plano bianual) e em janeiro de 2022 o Plano para 2022/2023 disponibilizado no sítio da internet da empresa, e que foi enviado a:

- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego;
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;
- SIOE- Sistema de Informação da Organização do Estado.

Em janeiro de 2023 foi elaborado o Relatório de acompanhamento deste plano, que se encontra publicado no sítio da internet da empresa.

11.18. “18-Elaboração e divulgação da demonstração não financeira”

Não aplicável.

11.19. “19-Divulgação da Informação no Site da DGTF”

Informação referente a 31/12/2022

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2019	
Caracterização da Empresa	S	2017	
Função de tutela e acionista	S	2019	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	-	--	
- Identificação dos órgãos Sociais	S	2021	

Cuidamos do passado, desafiámos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2021	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2021	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2021	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2021	
Esforço Financeiro Público	S	2022	
Ficha Síntese	S	2020	
Informação Financeira histórica e atual	S	2020	
Princípios de Bom governo	-	-	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2020	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2020	
- Outras transações	S	2020	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2020	
Económico	S	2020	
Social	S	2020	
Ambiental	S	2020	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2020	
-Código de Ética e Conduta	S	2023	

A EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis e no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios anuais e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

A Empresa reporta informação, nos prazos estabelecidos, através do portal SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira), no qual têm vindo a ser carregados os dados solicitados, nomeadamente, relatórios, contas trimestrais e anuais, planos e orçamentos, fluxos de caixa mensais, previsão mensal de tesouraria ajustada, gastos gerais mensais, informação sobre esforço financeiro público, prazo médio de pagamentos e outros indicadores.

A empresa apresenta ainda no seu sítio da internet www.edm.pt a informação referida anteriormente.

11.20. "20-Apêndices"

11.20.1. Apêndice 1

"1- Conselho de Administração"

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	
2019-2021	Presidente	Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	DUE	19/11/2021	Não	IMPIC	D		1 ; a)
2019-2021	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estêvão	AG	10/05/2019	Não	ISS	D		2 ; b)
2019-2021	Vogal	Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	AG	27/01/2020	n.a.	n.a.			1 ; c)

a) nomeado em 19 de novembro de 2021. Permaneceu em funções em 2022.

b) mandatos 2016-2018 e 2019-2021. Permaneceu em funções em 2022.

c) mandato 2019-2021. Permaneceu em funções em 2022.

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Os dois vogais do Conselho de Administração da EDM exerceram, em acumulação, as funções de membros do Conselho de Administração da EDM, sem qualquer remuneração.

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma
[nome]	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]	AG/DUE/D
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	EDMI	Vogal	Público	DUE 21/06/2019
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	EDMI	Vogal	Público	DUE 04/05/2020

Os valores das remunerações de acordo com o estatuto do Gestor Público são as seguintes:

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	S	C	4 578,20	1 831,28
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	S	C	3 662,56	1 465,02
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	S	C	3 662,56	1 465,02

Os valores de remuneração anual processados em 2022 e os outros benefícios sociais foram os seguintes:

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	86 070,21	0,00	86 070,21	4 303,51	81 766,70
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	68 856,08	0,00	68 856,08	3 442,82	65 413,26
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	68 856,08	0,00	68 856,08	3 442,82	65 413,26
			223 782,37	11 189,15	212 593,22

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	15,00 até 31/08/2022; 17,50 após 01-09-2022	3 882,50	SS	20 059,94	2 629,36	1 216,48	-	-
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	15,00 até 31/08/2022; 17,50 após 01-09-2022	3 740,00	SS	16 151,69	1 898,98	1 520,62	-	-
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	15,00 até 31/08/2022; 17,50 após 01-09-2022	3 710,00	SS	16 156,54	2 629,36	1 216,48	-	-
		11 332,50		52 368,17	7 157,70	3 953,58		-

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(N.º)
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus		N	46 815,00	ALD/contrato terminado	2007	2011	0,00	0,00	0,00
Zélia do Rosário do Vale Estêvão		N	26 547,21	aquisição	2016		0,00	0,00	0,00
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino		N	35 023,00	ALD/contrato terminado	2010	2014	0,00	0,00	0,00

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

As viaturas indicadas são as que são predominantemente usadas no quadro do parque de viaturas da empresa e são usadas pela empresa nas deslocações às várias zonas onde a EDM tem intervenções, projetos e património.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço (a)	Custo com Alojamento (a)	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	526,75		0,00			526,75
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	559,72		0,00			559,72
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	1 182,72		0,00			1 182,72
						2 269,19

a) O valor indicado em deslocações inclui alojamento.

“3-Fiscalização”

ROC/Fiscal Único (FU)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2019-2021	FU/ROC/Efetivo	Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC rep. Por Pedro Nuno Ramos Roque, ROC 828	SROC - 125 ROC - 828	SROC - 20161443 ROC - 20160456	AG	10/05/2019	23/05/2019	3	3
2019-2021	ROC Suplente	Domingos Manuel Fernandes Cascais	1265	20160876	AG	10/05/2019	-	-	-

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC).

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

O ROC Efetivo, em representação da sociedade, é Dr. Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC	12 361,20	0,00	12 361,20	-	-	-	-

Nota: valores sem IVA, Não houve serviços adicionais.

“4-Auditor Externo”

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados ROC	29	1122	2001	Não fixado	18 (EDM)	18

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados ROC	16 440,00	0,00	16 440,00	-	-	-	-

(2) Indicar legislação de suporte.

Valores sem IVA, Não houve contratação de serviços adicionais

O exercício de 2001 foi o primeiro a ser auditado pela BDO Binder Co, e a partir de 2004 a BDO & Associados, SROC. Em abril de 2001 os auditores externos eram a KPMG – Auditores Externos S.A., que emitiram parecer sobre as contas de 2000.

11.20.2. Apêndice 2

Conforme orientações da DGTF sobre a prestação de contas apresenta-se, de seguida, o quadro síntese:

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Apêndice 2 - EPNF
			Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivo de gestão 1 ^(a)			Capítulo 11 ponto 11.1.
Metas a Atingir constantes no PAO 2021			
Investimento	S		
Nível de endividamento			Não há endividamento
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	n.a.		
Gestão do Risco Financeiro	S		Não há endividamento
Limites de Crescimento do Endividamento	S		Não há endividamento
Evolução do PMP a fornecedores	S	18 dias	Capítulo 11 ponto 11.4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	n.a.		Não há pagamentos em atraso
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação - Capítulo Sustentabilidade	S		Capítulo 5
Remunerações/Honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Não há prémios de gestão
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	€ 11 189,15	Lei 12-A/2010
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	n.a.	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)	S	n.a.	
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			Capítulo 11 ponto 11.7

Não utilização de cartões de crédito	S		Não existem cartões de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Não existem
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Plafond cumprido
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Plafond cumprido
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			Capítulo 11 ponto 11.8.
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Não existem.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://edm.pt/wp-content/uploads/2023/02/reldshm2022.pdf	Capítulo 11 ponto 11.9

Elaboração do relatório anual sobre Prevenção da Corrupção		https://edm.pt/wp-content/uploads/2023/02/relppric2022.pdf	Capítulo 11 ponto 11.10.
Contratação Pública			Capítulo 11 ponto 11.11.
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Aplicação do Código dos Contratos Públicos e legislação aplicável	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	1	Empreitada de Remediação Ambiental das Áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro, A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Capítulo 11 ponto 11.12
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Preenchido quadro PRC	Capítulo 11 ponto 11.13- Medidas de otimização dos Gastos operacionais
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artº 49ºDLEO2019)	S	uma contratação em 2022	Capítulo 11 ponto 11.14-
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	100%	Capítulo 11 ponto 11.15
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S		Capítulo 11 ponto 11.15
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	Capítulo 11 ponto 11.15
Auditorias do Tribunal de Contas			Capítulo 11 ponto 11.16.
Recomendação 1			
Recomendação 2			
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	https://edm.pt/wp-content/uploads/2022/03/pig2022-2023.pdf	Capítulo 11 ponto 11.17.
Apresentação da demonstração não financeira	n.a.		Capítulo 11 ponto 11.18.

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

12. PERSPETIVAS FUTURAS

Posicionamento Estratégico

A sociedade EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. desenvolve a sua atividade no setor mineiro cujo enquadramento estratégico relevante para o caso específico da EDM, se encontra caracterizado pelos seguintes aspetos:

- i. **O potencial geológico-mineiro** do território nacional é muito considerável e justifica a promoção do aproveitamento dos recursos geológicos numa ótica de compatibilização das vertentes económica, ambiental, de ordenamento do território e social. Desta forma e no que respeita a este domínio (Recursos Mineiros), as orientações definidas são:
 - a) A EDM deve prosseguir a atividade de investigação da infraestrutura e da base de recursos geológicos, essencial para a definição de uma estratégia sólida de exploração de recursos geológicos, de forma racional e sustentável, conhecendo as características, estruturas e utilizações dos diversos recursos existentes, atividade na qual o papel da EDM, face às suas competências, pode ser relevante, devendo privilegiar:
 - a identificação de ocorrências com potencial;
 - o desenvolvimento de projetos de prospeção e pesquisa, autonomamente ou em consórcios;
 - e a avaliação da viabilidade económica e financeira de depósitos entretanto identificados, preferencialmente em consórcios.
 - ii. No que respeita à **remediação ambiental**, advém da responsabilidade pública sobre passivos mineiros, devido à intensa atividade mineira do passado sem as preocupações sociais e ambientais que norteiam a moderna atividade extrativa, tendo deixado um **legado de passivos mineiros** diversos que é urgente mitigar, quer pelos impactos na saúde e segurança das populações, quer pelos impactos ambientais e paisagísticos, associando uma imagem mais prejudicial do setor mineiro. Para além disso a atividade da EDM está, neste âmbito, enquadrada pelo “Contrato de Concessão do Exercício da Atividade de Recuperação Ambiental das

Handwritten marks in the top right corner, including a blue checkmark and the number '20' with a blue scribble.

Áreas Mineiras Degradadas” aprovado pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, e pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 93/2001, de 9 de agosto, o que constitui, também, uma referência fundamental na prossecução da sua missão. Assim e no que respeita a este domínio (Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras Abandonadas), as orientações definidas são:

- a) Proceder à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho), na qualidade de representante do dono da obra, o Estado, devendo privilegiar
- a concretização atempada das candidaturas aprovadas nos Fundos Estruturais, designadamente o POSEUR no Portugal 2020 e no futuro no Portugal 2030, maximizando o aproveitamento dos financiamentos aí disponíveis;
 - a reapreciação dos projetos de recuperação ambiental previstos no “Contrato de Concessão” e no documento enquadrador, em atualização para o PT 2030 das prioridades a prosseguir, no sentido de dotar a empresa de potenciais candidaturas com maturidades avançadas;
 - o estabelecimento de Acordos de Parcerias com os Municípios e outras entidades locais a valorização do potencial cultural, turístico, geológico e mineiro, e outros das áreas e ativos recuperados;
 - introduzir novas variáveis e indicadores, que permitam uma remediação ecológica das áreas intervencionadas, passando a constar soluções de base natural, recuperação de habitats, preservação da biodiversidade, proteção de espécies autóctones, bem como a promoção de soluções inspiradas na economia circular, que permitam aplicação de novos materiais, ao mesmo tempo que aumentam a captação e retenção de carbono nos solos.
- iii. Adicionalmente e com carácter ainda temporário mantém-se a **intervenção em pedreiras em situação crítica**, ao abrigo da RCM n.º 50/2019, de 5 de março, alterada pela RCM n.º 201/2021, de 31 de dezembro, aguardando uma nova

prorrogação, correspondente ao período do mandato 2023-2025. Esta ação surge da derrocada parcial da Estrada Municipal 255 em Borba, que evidenciou a necessidade de apurar a situação real das pedreiras existentes no território nacional e que, por sua vez, demonstrou a existência de situações críticas nas zonas envolventes à respetiva localização para pessoas, animais, bens e o ambiente. Assim e no que respeita a este domínio (Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica), as orientações definidas são:

- a) No âmbito dos documentos aprovados e do **Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)**, a EDM deve continuar a desenvolver um conjunto de medidas preventivas, aí definidas, relacionadas com a “sinalização”, “vedação” e realização de “estudos e/ou projetos de execução”, nas quais está prevista a intervenção da EDM dadas as suas competências em situações análogas nas minas degradadas e abandonadas privilegiando:
- a colocação de sinalética de perigo no interior das pedreiras e instalando a respetiva vedação nos casos em que os exploradores ou proprietários as não executem, nos termos da RCM;
 - a realização de estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização de escombros, nas pedreiras, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não executem;
 - realização das intervenções físicas, nomeadamente as empreitadas necessárias, de acordo com as soluções técnicas apontadas e aprovadas pela DGEG;
 - proceder ao respetivo pedido de ressarcimento das verbas gastas a título subsidiário, junto dos exploradores e/ou proprietários, de forma devolver as verbas ao Fundo Ambiental.

↑
28

Estratégia e Objetivos Específicos

No quadro das linhas de orientação definidas a **estratégia** a desenvolver pela EDM visa:

- Alargar e intensificar as ações de reconhecimento e valorização de recursos minerais tanto no território nacional como no exterior;
- Consolidar a intervenção eficiente que vem sendo realizada no domínio ambiental;
- Garantir eficiência no desenvolvimento das ações relacionadas com o PIPSC;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão;
- Promover o desenvolvimento de novas áreas de negócio.

No âmbito da missão antes referenciada, e na perspetiva que a empresa constitui mais um instrumento do Governo em intervenções estratégicas no domínio geológico-mineiro, as ações e atividades a prosseguir pela EDM orientam-se para a consecução dos seguintes **objetivos**:

a) No domínio da valorização dos recursos mineiros

- i. Conceber e executar, por si só ou em consórcio, projetos de prospeção e pesquisa, avaliação e aproveitamento de recursos geológicos da Base Nacional de Recursos, tendo em consideração o seu elevado potencial geológico-mineiro;
- ii. Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, em projetos de investigação de interesse comum.

b) No domínio da recuperação ambiental das antigas áreas mineiras

- i. Proceder à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho), na qualidade de representante do dono da obra, o Estado;
- ii. Monitorizar e controlar efluentes, em especial os das antigas minas de urânio de molde a cumprir as normas internacionais e legislação que regulam o setor;

- iii. Maximizar o aproveitamento dos fundos comunitários nos projetos de recuperação ambiental;
 - iv. Estabelecer com as entidades locais e outras acordos de parceria que permitam um enquadramento e uso futuro dos espaços, entretanto reabilitados, colocando-os quanto possível ao serviço das populações, de uma forma sustentável e maximizadora do esforço de reabilitação realizado.
- c) *No domínio do Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)*
- i. Assegurar a introdução de sinalética de perigos no interior das pedreiras em situação crítica e proceder à respetiva vedação nos casos em que os exploradores ou proprietários as não apliquem;
 - ii. Assegurar a realização de estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das escombrelas, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não realizem;
 - iii. Realizar as intervenções necessárias, de acordo com as soluções técnicas aprovadas, de forma a garantir a mitigação do risco;
 - iv. Promover as ações necessárias para o ressarcimento das verbas gastas a título subsidiário, junto de exploradores e/ou proprietários.
- d) *No domínio da gestão sustentável da empresa*
- i. Diversificar áreas de negócio que potenciem os rendimentos da empresa designadamente na fase de transição dos investimentos de prospeção e pesquisa para a fase de exploração;
 - ii. Conter o crescimento dos seus custos totais de forma manter rácios económicos e financeiros equilibrados;
 - iii. Apostar em novas áreas de negócio que permitam rentabilizar os seus ativos, desde logo com o aproveitamento de antigas áreas mineiras para reprocessamento de materiais, instalação de projetos energéticos com base em fontes renováveis, inventariação e incremento de sequestro de carbono e de serviços de ecossistema;

4
28

- iv. Maximizar a criação de valor dos ativos da empresa e da sua participada EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

Projeções Económico-Financeiras

No Plano Estratégico para o mandato incluíram-se as projeções de rendimentos, gastos e investimentos e respetivas fontes de financiamento no horizonte do mandato (2023), tendo como pressuposto as linhas estratégicas anteriormente apresentadas.

A sua análise permite concluir pela sustentabilidade da empresa no quadro das orientações estratégicas definidas na condição

- de serem asseguradas as fontes de financiamento dos investimentos necessários ao prosseguimento da missão da empresa, em particular através das dotações dos fundos estruturais no que se refere ao domínio da remediação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e Fundo Ambiental no que se refere ao PIPSC;
- A par da consignação de verbas nacionais para fazer face à contrapartida nacional eventualmente através do reforço da afetação dos royalties das empresas mineiras em atividade, como nos anos recentes.

Em termos sintéticos constata-se os seguintes elementos:

- i. A evolução dos **investimentos** programados evidencia a continuação numa forte aposta no desenvolvimento do programa de remediação ambiental das áreas mineiras abandonadas, em que nos últimos 6 anos (2017 a 2023) se realizaram ou têm em curso projetos no valor já realizado de cerca de 52 milhões de euros que compara com os 88 milhões de euros despendidos desde 2001 até 2015 (16 anos).

Unidade do valor: milhares de €

	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (a)
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Previsão
Investimento Ambiental	6 854	10 519	10 742	7 923	2 409	14 073
Investimento Total	7 174	10 748	11 612	8 037	3 128	16 948
PIPSC		433	346	106	319	2 250

(a)-valores do PAO 2023

Evolução dos investimentos

- ii. A empresa apresenta sempre **Resultados** positivos, que em 2022 tiveram um aumento significativo devido à concretização da alienação de direitos no projeto do Gavião.

Unidade do valor: €

	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (a)
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Previsão
Resultados Operacionais	508 650	513 777	607 201	1 063 545	6 345	1 001
Resultados Líquidos	407 868	419 387	507 279	1 056 535	5 017	781

(a)-valores do PAO 2023

Evolução dos resultados

- iii. A **situação económica e financeira** da empresa apresenta indicadores fortemente favoráveis como se verifica pelo quadro.

Unidade do valor: milhares de €

	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (a)
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Previsão
Autonomia Financeira	84,3%	82,4%	87,0%	88,3%	88,7%	88,2%
Ativo Total	60 572	60 855	58 154	58 934	64 696	62 197
Capital Próprio	51 037	50 154	50 608	52 046	57 371	57 606

(a)-valores do PAO 2022

Evolução da situação financeira

Em consonância com as linhas estratégicas atrás definidas os **investimentos** previstos a realizar em 2023, e no horizonte 2025, constam do Plano de Atividades para 2023 apresentado em 16 de setembro de 2022. Os meios financeiros necessários à execução deste programa de investimentos passam pelo recurso a fundos comunitários e outros fundos nacionais, bem como pela afetação de meios próprios, cujos montantes também constam do

Handwritten initials in black and blue ink.

referido Plano de Atividades. Sublinhe-se que o nível de execução dos investimentos apresentados está condicionado à afetação dos recursos que seja possível mobilizar, com particular relevância na área da concessão de reabilitação ambiental.

O **volume de investimentos** previsto efetuar pela EDM no ano de 2023 ascende a €16.947.700,00 repartido pelas diversas áreas conforme se segue:

- Ambiental - €14.073.000,00
- Mineira - €465.000,00
- Modernização e Sustentabilidade - €200.000,00
- PIPSC (Pedreiras) - €2.250.000,00

As **fontes de financiamento** previstas para a execução deste plano de investimentos de 2023 e respetivas contribuições são as seguintes:

- PORTUGAL 2020 (POSEUR) e outros Fundos Comunitários - €7.217.389,00
- Verbas consignadas - €2.073.611,00
- Meios Próprios - €549.000,00
- Fundo Ambiental - €7.107.700,00

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Uma das principais atividades da EDM, que se insere na sua missão, é a valorização do conhecimento dos recursos geológicos, potenciando e permitindo a atividade industrial sustentável do setor. Estes objetivos, cumpridos em 2021 e 2022, só se continuam a cumprir com (re)investimento em novas áreas, aumentando o seu conhecimento e permitindo que no futuro, a médio-longo prazo, seja possível dar continuidade a novos projetos no setor, em linha com a estratégia da União Europeia para o aumento da independência das matérias-primas críticas (essenciais), para uma mais rápida transição energética. Por outro lado, no âmbito da remediação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas, dando cumprimento à concessão com o Estado, deverá ser garantida a sua continuidade, cumprindo com as metas estabelecidas. Por fim, a obtenção dos resultados extraordinários do exercício, fruto da redução dos gastos operacionais e do aumento das receitas, por empenho de todos, permite uma distribuição de dividendos pelo acionista e pelos trabalhadores.

Assim, e de acordo com os estatutos da empresa, o código das sociedades comerciais e demais legislação aplicável, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no montante de € 5 017 520,31 (cinco milhões, dezassete mil, quinhentos e vinte euros e trinta e um cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- 64,56% - € 3 239 311,11 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil, trezentos e onze euros e onze cêntimos), seja para constituir uma “Reserva de Investimento” a aplicar a projetos de exploração, prospeção e pesquisa, valorização patrimonial, bem como para a boa execução de fundos comunitários previstos, ao abrigo do contrato de concessão para a remediação ambiental;
- 25% - € 1 254 380,08 (um milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta euros e oito cêntimos), seja para o acionista, conforme a alínea b), do artigo 18º dos estatutos da EDM, como distribuição de dividendos;
- 10% - € 501 752,03 (quinhentos e um mil, setecentos e cinquenta e dois euros e três cêntimos) seja transferido para “Resultados Transitados”;
- 0,44% - € 22 077,09 (vinte e dois mil, setenta e sete euros e nove cêntimos) seja para os trabalhadores da empresa em 2022, conforme a alínea c), do artigo 18º dos estatutos da EDM, como participação nos resultados, de forma equitativa, correspondente a um mês de vencimento, proporcional ao nº de meses de trabalho.

14. AGRADECIMENTOS

Da permanente disponibilidade do Acionista único e do seu contributo, da boa articulação estratégica com a tutela setorial, bem como da cooperação permanente com outros Órgãos da Administração Pública, para a resolução de problemas específicos que se colocaram durante o ano de 2022, cabe deixar aqui expresso o devido apreço e agradecimento.

Deseja-se ainda registar e agradecer o apoio e cooperação do Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos bem como dos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Por último, deseja o Conselho de Administração manifestar o seu agradecimento, por todo o esforço e empenhamento nas atividades da empresa, a todos os quadros e demais colaboradores da EDM, bem como pela dedicação com que desempenharam as suas funções neste período tão difícil com as nossas vidas condicionadas pela crise provocada pela guerra, com uma pandemia ainda a perdurar.

Lisboa, 3 de julho de 2023

O Conselho de Administração

Gonçalo da Rocha de Jesus, Presidente

Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino, Vogal

Zélia do Rosario do Vale Estevão, Vogal

15. Mapas das Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração de Resultados por Funções

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações ao Capital Próprio

A

Balanço

RUBRICAS	Notas	Euros	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	594.388,70	633.562,37
Activos intangíveis	7	1.773.896,23	3.352.031,53
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	1.674.344,77	1.309.903,84
Participações financeiras - outros métodos	8	24.947,78	24.400,10
Clientes	12	2.324.700,00	3.099.600,00
Creditos a receber	9	5.213.706,04	5.152.223,46
Activos por impostos diferidos	10	181.149,58	210.664,24
		11.787.133,10	13.782.385,54
Ativo corrente			
Inventários	11	13.731.185,00	13.731.185,00
Clientes	12	778.319,94	842.678,81
Estado e outros entes públicos	13	0,00	65.807,60
Outras creditos a receber	14	2.435.770,35	3.131.324,63
Diferimentos	15	25.542,39	61.729,21
Caixa e depósitos bancários	16	35.938.412,93	27.318.563,22
		52.909.230,61	45.151.288,47
Total do ativo		64.696.363,71	58.933.674,01
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18	13.731.185,00	13.731.185,00
Reservas legais	19	6.000.000,00	6.000.000,00
Outras reservas	20	1.891.926,03	1.891.926,03
Resultados transitados	21	380.371,82	-651.200,58
Ajustamentos em activos financeiros	22	281.781,46	-54.754,77
Excedente de revalorização	23	68.333,67	72.885,84
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		52.353.597,98	50.990.041,52
Resultado líquido do período		5.017.520,31	1.056.534,89
Interesses que não controlam		57.371.118,29	52.046.576,41
Total do capital próprio		57.371.118,29	52.046.576,41
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	24	1.286.901,61	1.083.163,07
Outras dívidas a pagar	25	115.960,19	115.960,19
Passivos por impostos diferidos		18.164,65	19.374,72
		1.421.026,45	1.218.497,98
Passivo corrente			
Fornecedores	26	549.144,46	417.301,85
Estado e outros entes públicos	13	1.495.123,54	969.099,93
Outras dívidas a pagar	25	3.858.641,51	4.281.543,11
Diferimentos	15	1.309,46	654,73
		5.904.218,97	5.668.599,62
Total do passivo		7.325.245,42	6.887.097,60
Total do capital próprio e do passivo		64.696.363,71	58.933.674,01

Contabilista Certificado



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus



Zélia do Rosário do Vale Esteves



Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristiano

Cuidamos do passado, desafiámos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



1

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Euros	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	27	0,00	6.965,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	33	27.904,70	57.390,66
Trabalhos para a própria entidade	28	876.807,51	1.014.204,22
Fornecimento e serviços externos	29	-626.494,14	-669.061,65
Gastos com o pessoal	30	-944.114,81	-1.061.759,48
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	31	0,00	378.675,91
Provisões (aumentos/reduções)	24	-344.284,57	0,00
Outros rendimentos	32	8.421.738,51	5.020.936,38
Outros gastos	34	-1.003.992,64	-3.638.587,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.407.564,56	1.108.763,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	35	-38.548,98	-45.218,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.369.015,58	1.063.544,94
Juros e rendimentos similares obtidos	36	5.991,68	755,56
Resultado antes de impostos		6.375.007,26	1.064.300,50
Imposto sobre o rendimento do período	37	-1.357.486,95	-7.765,61
Resultado líquido do período		5.017.520,31	1.056.534,89
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		5.017.520,31	1.056.534,89
Interesses que não controlam		5.017.520,31	1.056.534,89
Resultado por acção básico		0,8363	0,1761

Contabilista Certificado


António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus


Zélia do Rosário do Vale Estevão


Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

Demonstração de Resultados por Funções


RUBRICAS	Notas	Euros	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	27	0,00	6.965,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00
Resultado bruto		0,00	6.965,00
Outros rendimentos	28/31/32	9.326.539,60	6.471.207,17
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos	29/30/35	-1.609.157,93	-1.776.039,46
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	34	-1.348.366,09	-3.638.587,77
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.369.015,58	1.063.544,94
Gastos de financiamento (líquidos)	36	5.991,68	755,56
Resultado antes de impostos		6.375.007,26	1.064.300,50
Imposto sobre o rendimento do período	37	-1.357.486,95	-7.765,61
Resultado líquido do período		5.017.520,31	1.056.534,89
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		5.017.520,31	1.056.534,89
Interesses minoritários		5.017.520,31	1.056.534,89

Contabilista Certificado



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus



Zélia do Rosário do Vale Estevão



Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	Euros	
		2022	2021
Fluxos de Caixa das actividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		10.831.936,48	890.203,14
Pagamentos a fornecedores		-709.473,53	-673.831,71
Pagamentos ao pessoal		-987.026,82	-1.072.557,01
Caixa gerada pelas operações		9.135.436,13	-856.185,58
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		56.279,79	-105.062,11
Outros recebimentos/pagamentos		-3.019.597,37	-1.536.756,11
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		6.172.118,55	-2.498.003,80
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	-14.730,00
Activos intangíveis		-1.801.944,41	-6.714.017,55
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		4.000,00	0,00
Activos intangíveis		4.244.831,13	7.350.999,21
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		844,44	0,00
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		2.447.731,16	622.251,66
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		8.619.849,71	-1.875.752,14
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		27.318.563,22	29.194.315,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período		35.938.412,93	27.318.563,22

Contabilista Certificado



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus



Zélia do Rosario do Vale Estevão



Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

Demonstração das Alterações ao Capital Próprio

2021	Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio				
			Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Ajustam. em Activos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações de capital próprio		Resultado líquido do exercício			
	1		30.000.000,00	0,00	13.731.185,00	0,00	6.000.000,00	1.891.626,03	0,00	5.762,24	-32.236,98	507.278,71	412.651,51	-507.278,71	412.651,51	381.922,61	50.608.418,92
	ALTERAÇÕES DO PERÍODO																
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico									5.762,24							0,00
	Alterações de políticas contabilísticas									-32.236,98							-31.028,91
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									507.278,71							412.651,51
	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									412.651,51							412.651,51
	Excedentes de revalorização de activos fixos tang. e intang. e respac. variações									-4.552,17							-381.922,61
	Ajustamento por impostos diferidos									480.801,97							381.922,61
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio									0,00							0,00
	2																
	3																
	4=2+3																
	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO													1.066.534,89	1.066.534,89	1.066.534,89	
	RESULTADO INTEGRAL													549.286,18	1.438.157,49	1.438.157,49	
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
	Realização de capital																
	Realização de prémios de emissão																
	Distribuições																
	Entradas para coberturas de perdas																
	Outras operações																
	5																
	6=1+2		30.000.000,00	0,00	13.731.185,00	0,00	6.000.000,00	1.891.626,03	-651.200,58	-54.754,77	72.885,84	1.066.534,89	52.046.576,41	52.046.576,41	52.046.576,41	52.046.576,41	52.046.576,41
	7=3+5																
	2022																
	1		30.000.000,00	0,00	13.731.185,00	0,00	6.000.000,00	1.891.626,03	-651.200,58	-54.754,77	72.885,84	1.066.534,89	52.046.576,41	52.046.576,41	52.046.576,41	52.046.576,41	52.046.576,41
	ALTERAÇÕES DO PERÍODO																
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico																
	Alterações de políticas contabilísticas																
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
	Excedentes de revalorização de activos fixos tang. e intang. e respac. variações																
	Ajustamento por impostos diferidos																
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
	2																
	3																
	4=2+3																
	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO																
	RESULTADO INTEGRAL																
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
	Realização de capital																
	Realização de prémios de emissão																
	Distribuições																
	Entradas para coberturas de perdas																
	Outras operações																
	5																
	6=1+2		30.000.000,00	0,00	13.731.185,00	0,00	6.000.000,00	1.891.626,03	380.371,62	261.791,46	68.333,67	1.066.534,89	57.371.118,29	57.371.118,29	57.371.118,29	57.371.118,29	57.371.118,29
	7=3+5																

Cuidamos do passado, desafiámos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

16. ANEXO às Demonstrações Financeiras

“1. Identificação”

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, NIPC 501692983, foi constituída em 18 de junho de 1986. A sociedade tem a sua sede na Rua Sampaio Pina, nº 1-3º andar direito, em Lisboa.

A sociedade tem por objeto a realização de estudos e a prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências de engenharia e do ambiente natural, em particular no referente à recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração de recursos minerais; o exercício, por si ou em associação, de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades anteriores.

O capital social atualmente no montante de 30.000.000,00 euros é detido na sua totalidade pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

“2. Referencial Contabilístico”

2.1. As demonstrações financeiras da EDM foram preparadas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e ajustadas nos termos da portaria n.º 220/2015 de 24 de julho. A EDM adota as normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF).

2.2. No âmbito do objeto e dos projetos desenvolvidos pela EDM – e uma vez que a EDM atua por conta do Estado Português na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, serviço este considerado de utilidade pública, com a atribuição da concessão deste serviço pelo concedente (Estado Português) à EDM pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho – encontramos-nos na presença de uma operação a efetuar pela EDM por conta do Estado. Tendo em vista a necessidade das demonstrações financeiras apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada e dada a forma que veio a ser determinado pelo Estado o financiamento dos investimentos na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas

A
Z
ap

efetuados pela EDM no âmbito da Concessão, i.e. através da obtenção de subsídios ao investimento, cofinanciados pela União Europeia, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como Investimento (ativos intangíveis), pese embora em propriedade alheia e em derrogação do previsto na NCRF 19. A registarem-se estes investimentos conforme a NCRF 19, contratos de construção, nenhum efeito resultaria para as demonstrações financeiras, resultados e/ou total do balanço, para além de eventuais reclassificações entre contas de balanço.

O registo contabilístico dos pedidos de reembolso solicitados e o registo do seu recebimento, não se enquadra no conceito restrito de um subsídio, antes configura uma forma de reembolso dos investimentos efetuados no âmbito da Concessão. Deste modo, a contabilização destes pedidos tem vindo a ser considerada um ativo financeiro na rubrica créditos a receber.

De facto, e conforme referido, a Empresa entende que o critério de reconhecimento destes dispêndios/gastos, com intervenções efetuadas por conta do Estado, em investimento, embora não enquadrável no normativo contabilístico aplicável (SNC), é o mais adequado em termos de divulgação pública das intervenções e de enquadramento nos contratos de financiamento públicos e comunitários celebrados.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros durante o período de relato.

“3. Principais Políticas Contabilísticas”

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios e outras construções. A generalidade dos ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

O imóvel da sede da empresa foi revalorizado em 2010 utilizando-se o modelo do justo valor que resultou da avaliação efetuada por entidade independente. No futuro será ajustado com

a regularidade necessária para manter o seu valor atualizado. Os restantes imóveis não foram objeto de revalorização dado que não existe um mercado ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 47 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 15 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 5 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os dispêndios com investimentos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente como ativos intangíveis em curso, ao custo, até à sua transferência para outros devedores, aquando da apresentação do pedido de reembolso dos custos de investimento (vide nota 2.2 anterior). Os restantes ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição.

Investimentos em empresas subsidiárias

O investimento da EDM na sua única empresa subsidiária detida a 100% está contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

As outras participações financeiras são registadas pelo seu valor de aquisição. Relativamente a estas participações financeiras foi estimada em 2011 uma perda por imparidade no montante de €159.615,33.

Inventários

A valorização dos concentrados de urânio foi suportada pelo relatório de ROC independente, nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, e, fundamentou-se num valor médio de mercado com base nas publicações especializadas (observatório de preços do EURATOM). Foi tomada deliberação social unânime por escrito, em 25 de março de 2013, pelo Acionista a aprovar os valores constantes do relatório bem como a forma de contabilização.

(Handwritten marks: a checkmark, the number 26, and a signature)

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

Ativos e passivos financeiros

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efetuar essa transação. O justo valor é determinado com base nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e, portanto, líquido, se transaciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

As contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando a Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

Impostos correntes e diferidos

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados. O ajustamento dos ativos por impostos diferidos é reconhecido nos capitais próprios. O ajustamento dos passivos por impostos diferidos é registado nos resultados. O valor de imposto corrente a

pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis futuras.

Locações

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registados em contas de ativos tangíveis sempre que a EDM assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respetivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registados em resultados.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

Benefícios a empregados

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado em cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento.

Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável.

Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Dividendos

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

“4. Fluxos de Caixa”

Os fluxos de caixa ocorridos em 2021 constam do quadro resumo que se segue:

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	6.172.118,55	-2.498.003,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento	2.447.731,16	622.521,67
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes	8.619.849,71	-1.875.752,14
Caixa e seus equivalentes no início do período	27.318.563,22	29.194.315,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	35.938.412,93	27.318.563,22

A desagregação do saldo da conta Caixa e seus equivalentes encontra-se desagregada na nota 16.

“5. Partes Relacionadas”

A EDM é detida na totalidade pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A EDM tem uma única empresa participada, a EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA, na qual detêm a totalidade do capital, no montante de €500.000,00.

Relativamente ao exercício de 2022 a EDMI apresentou os seguintes valores:

Resultados líquidos - €27.904,70

Ativo Total – €6.875.811,15

Capital Próprio - €1.674.344,77

À data de 31 de dezembro de 2022 a EDM detinha um crédito sobre a EDMI no montante de €4.997.260,45.

Os membros do Conselho de Administração, que exercem funções em acumulação com a EDM, não auferem qualquer remuneração. O Fiscal Único é remunerado de acordo com as disposições legais e as normas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

“6. Ativos Fixos Tangíveis”

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2022, em base individual, são analisados como segue:

Ativos tangíveis	Sal.Inicial	Reav.Ajust.	Aumentos	Alienações	Trans/Abat/pp	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais	279.478,36					279.478,36
Edifícios outras construções	815.384,59					815.384,59
Equipamento básico	155.260,00					155.260,00
Equipamento transporte	259.577,78			83.945,77		175.632,01
Ferramentas e utensílios	3.350,55					3.350,55
Equipamento administrativo	537.954,69			3.057,68		534.897,01
Outros ativos tangíveis	142.583,86					142.583,86
Ativos fixos tangíveis curso						
Total	2.193.589,83	0,00	0,00	87.003,45	0,00	2.106.586,38

Depreciações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Anul./Reversãc	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	546.538,96	17.552,88	0,02	564.091,82
Equipamento básico	134.920,27	3.121,64		138.041,91
Equipamento transporte	259.577,78		83.945,77	175.632,01
Ferramentas e utensílios	3.072,61	303,20		3.375,81
Equipamento administrativo	479.446,03	13.916,60	2.968,47	490.394,16
Outros ativos tangíveis	136.471,81	4.341,76	151,60	140.661,97
Total	1.560.027,46	39.236,08	87.065,86	1.512.197,68

Em 2010, foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55.

“7. Ativos Intangíveis / Em Curso”

Dada a especificidade da atividade da EDM os projetos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outros devedores após pedido de reembolso, conforme referido nos pontos 2.2 e 3.

Os movimentos da rubrica de ativos fixos intangíveis durante o ano de 2022, são analisados como segue:

Ativos Intangíveis	Sal.Inicial	Aumentos	Alien.	Trans/Abat	Sal.Final
Projectos concessão	2.374.797,33	2.409.441,27		-3.170.532,78	1.613.705,82
Projectos Verbas consignadas	0,00	173.214,12		-173.214,12	0,00
Projecto Gavião e Outros	977.234,20	110.773,22		-927.817,01	160.190,41
Ativos em curso					0,00
Total	3.352.031,53	2.693.428,61	0,00	-4.271.563,91	1.773.896,23

“8. Outros Investimentos Financeiros”

A participação financeira na EDMI, detida a 100%, está registada pelo método da equivalência patrimonial. As outras participações encontram-se registadas pelo custo de aquisição. O valor do aumento de €364.440,93 diz respeito ao resultado do exercício, no montante de €27.904,70 e ao reajustamento dos capitais próprios, no montante de €336.536,23.

Investimentos financeiros	Saldo inicial	Reav. Ajusta	Aumentos	Alien.	Saldo final
Partes capital empr.grupo	1.309.903,84		364.440,93		1.674.344,77
Titulos e outras aplic.financ.	24.400,10		547,68		24.947,78
Total	1.334.303,94	0,00	364.988,61	0,00	1.699.292,55

“9. Créditos a Receber” - não corrente

O saldo desta conta refere-se fundamentalmente a créditos da EDM sobre a sua empresa participada EDMI. O montante global é, em 31 de dezembro de 2022, de €4.997.260,45, sendo considerado ativo não corrente o montante de €4.961.260,45 e o remanescente €36.000,00 em ativo corrente. Estes créditos resultam de vendas de imóveis bem como de suprimentos efetuados em anos anteriores. A avaliação recente destes imóveis permite concluir que o ativo da EDMI assegura, no essencial, a dívida à EDM.

	2022	2021
IVA	0,00	0,00
Outros devedores	252.445,59	135.614,79
Participadas	4.961.260,45	5.016.608,67
Total	5.213.706,04	5.152.223,46

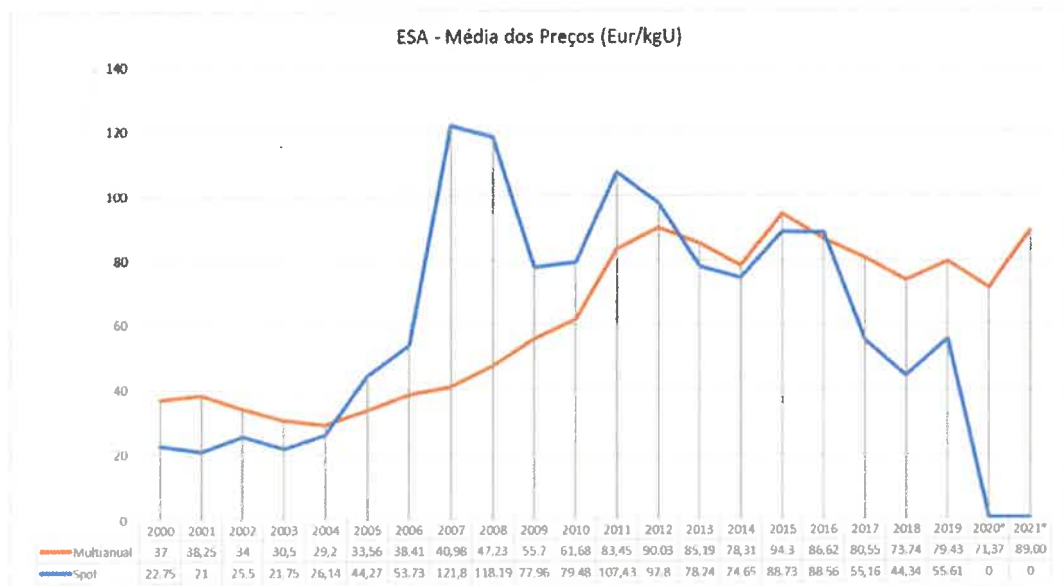
“10. Ativos por Impostos Diferidos”

	2022	2021
Activos por impostos diferidos	181.149,58	210.664,24
Origem: Provisão para encargos com pensões de reforma (ENU)		
Base	862.617,04	1.003.163,07
Taxa: IRC - 21%	181.149,58	210.664,24
Taxa: Derrama		

“11. Inventários – Mercadorias”

Os inventários de mercadorias, no montante de €13.731.185,00 correspondem às existências de concentrados de urânio (U3O8) que nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho foram transferidos do LNEG para a EDM, e avaliados nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

A aplicação do critério de avaliação (média dos últimos sete anos disponíveis no observatório da Euratom em que o último ano é 2020) conduz a um valor (67,84€/kgU) inferior ao preço da avaliação de 86,12 €/kgU, sendo que as informações de 2022 da mesma Euratom, relativamente ao preço multianual de 2021 (89 Eur/kgU), apontam para uma projeção de preços a longo prazo muito próximo dos valores da avaliação.



Fonte: European Commission/Euratom Supply Agency (ESA)/Nuclear Observatory

(*) Em 2020 e 2021, o preço Spot da ESA U3O8 não foi calculado porque não houve transações suficientes (menos de 3) para calcular o índice.

Esta tendência de valorização é acompanhada no mercado Spot, com um aumento dos preços nas transações registadas já no segundo semestre de 2021 para 86,07 Eur/kgU, conforme resultados do Relatório do 3.º Trimestre de 2022 da ESA, justificando-se a opção do Conselho de Administração de manter o valor de contabilização do stock de urânio, uma vez que a esse preço de mercado o valor de avaliação atualizado seria superior ao preço do inventário. Atualmente, o valor calculado cifra-se nos € 11 125 569,00, média dos 7

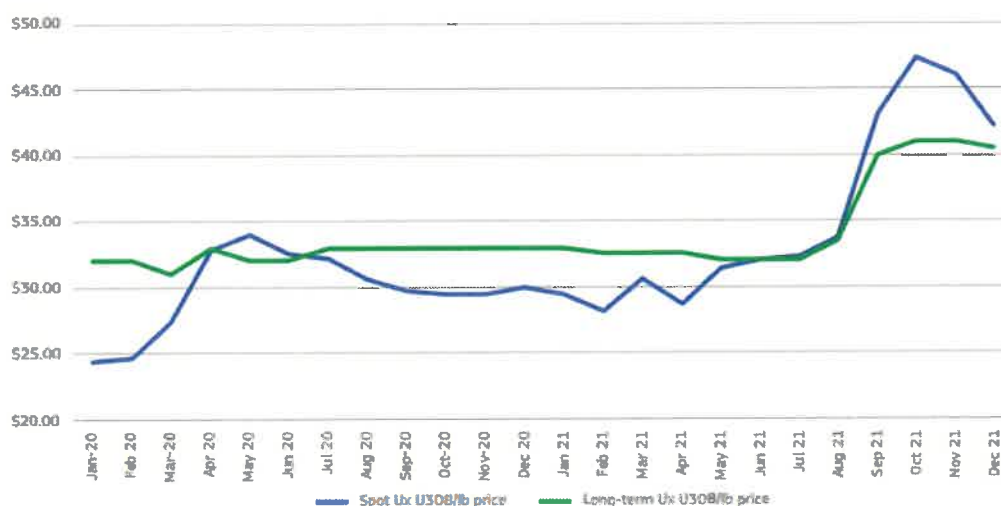
anos (2014-2020).

As informações mais recentes sobre a evolução do mercado de urânio confirmam a contínua valorização e retoma progressiva dos preços, decorrente do desequilíbrio entre oferta e procura resultante dos encerramentos ou suspensões de atividade extrativa, entretanto verificados, e das decisões dos EUA e de alguns Países da UE em reforçar a reserva estratégica de urânio, refletidas na evolução dos preços até 2021.

Em 2022, o funcionamento do mercado europeu comum de combustível nuclear foi afetado por desenvolvimentos geopolíticos, designadamente a agressão militar da Rússia à Ucrânia que destabilizou o fornecimento global de todas as fontes energéticas, incluindo nuclear, aumentando a dependência externa energética da União Europeia.

Neste contexto, as fontes secundárias de abastecimento de concentrado de urânio, ou combustível nuclear, que inclui os stocks detidos pelos países, ou entidades comerciais, como por exemplo o stock detido pela EDM, poderão assumir um papel essencial para suprir eventuais lacunas na oferta.

Na mesma linha de valorização referenciada pela ESA-Euratom supply Agency citam-se representantes da World Nuclear Association e a própria CAMECO, uma das empresas líder do setor, cuja evolução de preços SPOT se apresentam no quadro seguinte e que colocam o valor do inventário em € 19 684 511, considerando o preço spot de dezembro de 2022.



Quarterly Uranium market report 3rd quarter 2022-Euratom Supply Agency Year 2021 Report

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'E' and a signature.

Spot Price

	2019	2020	2021	2022	2023
Jan	28.90	24.63	29.63	43.08	50.63
Feb	28.00	24.80	27.98	48.75	-
Mar	25.33	27.35	30.95	58.20	-
Apr	25.20	33.25	28.90	53.00	-
May	24.05	33.93	31.40	47.75	-
Jun	24.60	32.80	32.25	49.75	-
Jul	25.38	32.45	32.40	47.75	-
Aug	25.30	30.85	34.25	51.25	-
Sep	25.68	29.93	42.60	48.38	-
Oct	24.25	29.70	45.20	52.28	-
Nov	26.05	29.68	45.75	49.88	-
Dec	24.93	30.20	42.05	47.68	-

Evolução dos preços Spot desde 2019 em USD /lb U3O8 (Fonte: <https://www.cameco.com/invest/markets/uranium-price>)

“12. Clientes”

	2022	2021
Não Corrente		
Clientes C/Corrente	2 324 700,00	3 099 600,00
Corrente		
Clientes C/Corrente	778 319,94	842 678,81
Total	3 103 019,94	3 942 278,81

Em 2021 foram cedidos os direitos de participação no projeto Semblana no montante de € 3 780 000 acrescido do IVA, com o pagamento em 6 prestações. Em dezembro de 2021 e em março de 2022 foram recebidas a primeira e segunda prestação, respetivamente, tendo ficado em saldo de clientes o montante remanescente.

“13. Estado e Outros Entes Públicos”

Os saldos das contas à data de 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Pagamentos por conta IRC		
IRC a pagar	0,00	1.356.521,63
Retenções impostos s/ rendimento		3.577,09
IVA		119.926,51
Contribuições segurança social e outros		15.098,31
Total	0,00	1.495.123,54

“14. Outros Créditos a Receber” - corrente

	2022	2021
Juros a receber	5.987,90	
Devedores diversos	16.460,64	14.965,86
Entidades financiadoras de projectos	2.377.321,81	3.080.358,77
Devedores por acordos de parceria	0,00	0,00
Participadas	36.000,00	36.000,00
Total	2.435.770,35	3.131.324,63

O saldo devedor de € 2 377 321,81 corresponde à diferença entre o valor das verbas a receber e que foram consignadas por conta do Estado para as atividades da Concessão, no valor de € 1 965 975,70 e o saldo credor das verbas atribuídas pelo Protocolo DGEG/EDM (TP1 ao TP4) de € 200 196,78, acrescido do saldo devedor das verbas a receber das entidades financiadoras das candidaturas em curso apoiadas pelo Fundo de Coesão e Fundo Ambiental, de € 611 542,89.

“15. Diferimentos”

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer no montante de € 25 542,39 relativos a custos diferidos de fornecimentos externos.

O saldo credor refere-se a rendimentos a reconhecer de rendas no montante de € 1 309,46.

“16. Caixa e Depósitos Bancários”

	2022	2021
Caixa/Cheques a depositar	0,69	19,81
Depósitos à ordem	10.938.412,24	7.318.543,41
Outros depósitos bancários	25.000.000,00	20.000.000,00
Total	35.938.412,93	27.318.563,22

Os valores de Caixa e Depósitos Bancários não se encontram sujeitos a restrições, estando disponíveis para uso.

“17. Capital Subscrito”

O capital da sociedade é de 30 000 000,00 euros, representado por 6 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

“18. Outros Instrumentos de Capital Próprio”

A transferência dos concentrados de urânio (U3O8) do LNEG para a EDM nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foi feita a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da EDM. O valor desta prestação foi fixado em €13.731.185,00, conforme relatório elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

“19. Reserva Legal”

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a EDM é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de € 6 000 000,00, está totalmente preenchida. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

“20. Outras Reservas”

Em Outras reservas estão englobados os valores que anualmente o Acionista tem deliberado integrar na Reserva especial de recuperação ambiental.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

“21. Resultados Transitados”

Os resultados transitados apresentam um saldo de € 380 371,82. No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

Durante o exercício de 2022, foi transferido para esta conta o montante de € 1 056 534,89 referente à aplicação de resultados do exercício de 2021, o montante de € 5 762,24, resultante da regularização parcial de excedente de revalorização relacionada com reintegrações contabilizadas como gastos do exercício. Foi também reajustada a conta Resultados Transitados por ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos no montante de € 30 724,73.

Em 2020 havia sido contabilizado o montante de € 1 295 033,77, relativo à imparidade da dívida da Almada Mining, reclamada pela EDM na sequência do pagamento da participação daquela empresa no âmbito do processo movido pela Drillcon Iberia. Em 6 de setembro de 2021 a EDM teve conhecimento da declaração de insolvência da Almada Mining.

Em 2018 havia sido contabilizada em Resultados Transitados um reforço da provisão para encargos com a Caixa Geral de Aposentações/ENU, no montante de € 743 308,01, resultante de estudo de avaliação atuarial.

“22. Ajustamentos em Ativos Financeiros”

O valor positivo de € 281 781,46 resulta de ajustamentos decorrentes do método de equivalência patrimonial. O saldo à data de 1 de janeiro de 2022 era negativo em € 54 754,77. Durante o corrente exercício foi ajustado com uma regularização positiva de € 336 536,23 referente a correção da participação financeira na EDMI.

Relativamente a regularização referida no paragrafo anterior, informa-se que as D. Financeiras de 2021 da subsidiária foram reexpressas.

“23. Excedente de Revalorização”

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161 407,55 e ajustado durante o exercício de 2022 no montante de € 5 762,24 conforme consta na nota 21. Este movimento está refletido no mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

“24. Provisões”

Nesta conta encontram-se registados:

- O valor atual com encargos com pensões de trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear. A EDM paga estes encargos mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações);
- Foram feitas em 2022 regularizações decorrentes da utilização pelos pagamentos de encargos à Caixa Geral de Aposentações no montante de € 140 546,03;
- Provisão para encargos resultantes de danos em áreas recuperadas.

Tipo de provisão	Saldo inicial	Regularizações	Reforço	Saldo final
Provisão encargos CGA/ENU	1.003.163,07	-140.546,03		862.617,04
Outras provisões	80.000,00		344284,57	424.284,57
Total	1.083.163,07	-140.546,03	344.284,57	1.286.901,61

Em 2022 constituída foi uma provisão resultante da execução dos trabalhos para a Correção de Defeitos de Obra na Reserva de Água da Cunha Baixa, cujo montante se estima superior ao das garantias bancárias acionadas para o efeito.

“25. Outras Dívidas a Pagar”

	2022	2021
Passivo não corrente		
Credores diversos	115.960,19	115.960,19
Passivo corrente		
Remunerações a liquidar	87.687,07	103.777,71
Outros acréscimos custos	37.568,65	17.718,79
Credores diversos	573.234,99	576.750,89
Verbas recebidas para investimentos a realizar	3.160.150,80	3.583.295,72
Total	3.974.601,70	4.397.503,30

O valor de € 3 160 150,80 das “Verbas recebidas para investimentos a realizar” corresponde ao saldo das transferências do Fundo Ambiental para execução do Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica.

“26. Fornecedores”

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

	2022	2021
Fornecedores c/correntes	549.144,46	417.301,85
Total	549.144,46	417.301,85

“27. Vendas e Prestação de Serviços”

	2022	2021
Vendas		
Prestação de serviços	0,00	6 965,00
Total	0,00	6 965,00

“28. Trabalhos para a Própria Entidade”

	2022	2021
Investimento no âmbito ambiental	873.450,21	962.832,19
Outros projetos	3.357,30	51.372,03
Total	876.807,51	1.014.204,22

“29. Fornecimentos e Serviços Externos”

	2022	2021
Trabalhos especializados	167.480,58	197.779,22
Vigilância e segurança	94.020,81	114.671,77
Honorários	12.742,42	10.208,34
Conservação e reparação	28.015,60	32.742,99
Outros	0,00	290,60
Materiais	3.863,47	12.576,29
Energia e Fluidos	90.427,22	75.199,50
Deslocações e estadas	8.454,63	8.271,47
Rendas e Alugueres	51.060,65	68.648,03
Comunicação	44.313,95	44.052,00
Seguros	31.856,98	26.901,91
Contencioso e notariado	550,42	5.473,37
Despesas de representação	1.889,95	611,50
Limpeza, higiene e conforto	12.492,54	19.061,26
Outros fornecimentos e serviços	79.324,92	52.573,40
Total	626.494,14	669.061,65

“30. Gastos com Pessoal”

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	237.490,47	237.154,02
Remunerações do pessoal	434.366,48	524.391,90
Encargos sobre remunerações	147.957,79	164.422,91
Benefícios pós emprego	56.664,39	69.388,79
Indemnizações		
Seguro acidentes de trabalho	12.239,80	12.239,88
Gastos de acção social	36.603,56	37.157,29
Outros gastos	18.792,32	17.004,69
Total	944.114,81	1.061.759,48

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante 2022 foi de 16 trabalhadores, 3 Administradores e Fiscal Único. Em 31 de dezembro de 2022 o número de trabalhadores

mantem-se em 20. Não foi considerado nesta contagem 1 trabalhador que estava em 2022 em licença sem retribuição.

“31. Imparidades”

	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores	0,00	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,33	159.615,33	0,00
Total	159.615,33	159.615,33	0,00

Imparidade	Imparidades acumuladas a 01/01/2022	Reforço de imparidades no exercício	Anulação de imparidades no exercício	Imparidades acumuladas a 31/12/2022
Clientes	32.988,28	0,00	32.988,28	0,00
Estado e outros entes públicos	212.790,48	0,00	212.790,48	0,00
Devedores e credores	1.295.033,77	0,00	1.295.033,77	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,33	0,00	0,00	159.615,33
Total	1.700.427,86	0,00	1.540.812,53	159.615,33

A anulação de imparidades para clientes e devedores e credores respeita a imparidades constituídas relativamente às dívidas de AM – Almada Mining, que foi considerada insolvente conforme certidão do Tribunal.

A anulação da imparidade para Estado e Outros Entes Públicos, foi considerada por não ser reconhecido na AT qualquer pedido de reembolso de IVA a favor da EDM.

“32. Outros Rendimentos e Ganhos”

	2022	2021
Rendimentos suplementares	7.202,03	7.856,76
Descontos obtidos		
Rendimentos e ganhos restantes ativos financeiros (a)	1.080.000,00	1.080.000,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	7.208.221,53	3.780.000,00
Outros rendimentos e ganhos	94.324,58	82.809,83
Outros	31.990,37	70.269,79
Total	8.421.738,51	5.020.936,38

- (a) De acordo com o Plano Estratégico para o mandato de 2007-2009 apresentado pela EDM em 29 de junho de 2007, o montante de “*capital afeto à recuperação ambiental*”, foi fixado em € 12 000 000,00, o qual tem vindo a ser considerado desde 1 de julho de 2007. No exercício de 2022, à semelhança dos anos anteriores, o rendimento financeiro associado à concessão para a recuperação ambiental foi contabilizado nos rendimentos e ganhos, sendo o rendimento anual de €1.080.000,00, o qual tem uma taxa associada de 9%.
- (b) O valor indicado em rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros, diz respeito à alienação de direitos do projeto Gavião no montante de € 8.112.571,50, deduzido do custo do investimento no montante de € 911.349,97, e ainda acrescido de € 7.000,00 referente à alienação de outros ativos fixos tangíveis.

“33. Ganhos/Perdas Imputadas a Subsidiárias e Associadas”

	2022	2021
Ganhos em subsidiárias	27.904,70	57.390,66
Perdas em subsidiárias		

“34. Outros Gastos”

	2022	2021
Impostos diretos	1.904,15	4.293,55
Impostos indiretos	792,64	1.296,92
Taxas	742,23	847,32
Gastos e perdas em investimentos financeiros		33.359,56
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	986.440,83	3.539.257,50
Outros	14.112,79	59.532,92
Total	1.003.992,64	3.638.587,77

A rubrica “Gastos e perdas em investimentos não financeiros” inclui os abates e outros gastos e perdas relativos ao desconhecimento dos ativos dos projetos de prospeção próprios e em parceria que foram concluídos sem que tenham sido obtidos resultados geológicos que pudessem evidenciar a sua viabilidade.

Está também incluído nesta rubrica, o desreconhecimento de despesas de recuperação ambiental que não foram financiadas por fundos comunitários.

“35. Gastos de Depreciação e Amortização”

Ativos tangíveis	2022	2021
Edifícios e outras construções	17 552,86	17 552,86
Equipamento básico	3 121,64	3 121,64
Equipamento de transporte		2 778,13
Equipamento administrativo	13 381,12	16 950,73
Outros ativos tangíveis	4 493,36	4 814,97
Total	38 548,98	45 218,33

“36. Juros e Outros Rendimentos Similares”

	2022	2021
Juros obtidos	5.991,68	755,56
Dividendos obtidos		
Outros		
Total	5.991,68	755,56

Os juros obtidos referem-se à especialização do juros de uma aplicação financeira no montante de €20.000.000,00 efetuada no IGCP em dezembro de 2021 com vencimento em Janeiro de 2022 (especialização de juros no montante de 88,88€ no exercício de 2022) e uma segunda aplicação financeira no montante de €25.000.000,00 efetuada no IGCP em dezembro de 2022 (especialização de juros no montante de 5.902,80€ no exercício de 2022).

“37. Imposto sobre o Rendimento”

	2022	2021
IRC	1.209.962,05	
Derrama Estadual	139.794,57	
Tributação autónoma	8.940,40	8.975,68
Derrama		
Passivo por imposto diferido	-1.210,07	-1.210,07
Total	1.357.486,95	7.765,61

O valor total de € 1 358 697,02 corresponde ao IRC liquidado no exercício. A demonstração de resultados apresenta o imposto sobre o rendimento no montante de € 1 357 486,95 respeitando a diferença de € -1 210,07 ao ajustamento dos passivos por impostos diferidos.

“38. Compromissos “

Durante o exercício de 2022 a contribuição da Empresa para o Plano Complementar de Pensões de Reforma foi de € 56 664,39. Este plano foi alterado, com efeitos a 1 de outubro de 2006, para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo, com contribuições dos trabalhadores e da Empresa. Em maio de 2007 e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 71/2007, os membros do Conselho de Administração deixaram de integrar o Plano da empresa.

Em 31 de dezembro de 2022 as responsabilidades relativas a cauções estão cobertas por depósitos caução, tendo sido canceladas as garantias bancárias anteriormente existentes.

Assim, existem os seguintes depósitos caução a favor das entidades abaixo indicadas:

Secretaria Geral/ Ministério da Economia	€ 15 079,00
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€ 897,84
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€ 179,57
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€ 179,57
DGEG/Ministério da Economia (área do Gavião)	€ 9 975,96
DGEG/Ministério da Economia (área de Gralheira Jales)	€ 1 000,00
DGEG/Ministério da Economia (área da Escádia Grande)	€ 10 000,00
DGEG/Ministério da Economia (área de Argozelo)	€ 1 000,00
DGEG/Ministério da Economia (área de Argozelo)	€ 10 000,00

“39. Outras Divulgações – Processos em Tribunal”

Não há conhecimento, nesta data, de quaisquer ações em tribunal.

“40. Outras Divulgações – Concessão para a Recuperação Ambiental”

Reconhecendo-se que as atividades de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas deveriam revestir a natureza de serviço público, a concessão exclusiva da atividade de recuperação ambiental foi atribuída, através do Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho (a que também se refere o Despacho Conjunto nº 242/2002 de 14.03.2002), por um prazo de 10 anos, à EXMIN, empresa, à data, detida pela EDM.

Em 2005, a EXMIN foi integrada na EDM, por fusão, transferindo-se para esta todo o património ativo e passivo da empresa fundida, incluindo direitos e responsabilidades existentes, prosseguindo a EDM com o desenvolvimento a atividade de recuperação ambiental.

O regime jurídico da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, encontra-se definido no Decreto-Lei acima mencionado, sendo da responsabilidade do Estado os correspondentes encargos com a referida recuperação ambiental.

Deste modo a reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos tem vindo a ser efetuada e financiada no âmbito da Concessão, essencialmente, com recurso aos financiamentos comunitários, exceto quanto à modelação e selagem da Barragem Velha, na Urgeiriça, cujos encargos foram suportados por fundos próprios da empresa.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011 que aprova a renovação do contrato de concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas pelo período de 4 anos.

Em 2015 o Conselho de Administração da EDM apresentou ao Estado, na sua qualidade de Concedente, uma nova proposta de renovação do Contrato de Concessão por um período de 7 anos. A renovação do contrato foi aprovada em Conselho de Ministros de 10 de setembro de 2015, tendo sido, em 21 de setembro de 2015 publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº81 /2015.

Em 30 de outubro de 2022, o Conselho de Administração enviou ao Estado uma proposta de renovação do Contrato de Concessão da atividade de recuperação de áreas mineiras degradadas, a celebrar entre o Estado Português e a EDM, por um novo prazo adicional de 7 anos. Aguarda-se aprovação.

A relação anual entre investimentos realizados, investimentos financiados e recebimentos está evidenciada no quadro que a seguir se apresenta.

	Investimentos realizados	Investimentos concessão	Recebimentos concessão
2005	2.123.178,65	1.859.284,84	755.613,28
2006	6.385.449,30	5.023.166,62	2.185.143,04
2007	12.107.435,11	7.480.866,79	2.814.143,54
2008	12.043.410,50	10.410.396,40	14.704.362,82
2009	4.656.760,64	2.004.405,82	4.540.427,00
2010	8.386.261,05	7.672.443,56	4.140.700,00
2011	7.869.464,84	7.011.776,54	5.377.360,55
2012	9.750.653,78	8.278.529,97	8.913.048,53
2013	7.366.713,03	6.250.559,02	3.879.824,98
2014	7.122.129,87	6.252.421,74	2.264.530,24
2015	13.663.511,39	12.121.535,41	3.091.225,10
2016	5.018.494,54	3.555.700,84	7.115.070,09
2017	6.885.900,86	6.300.075,86	4.069.819,98
2018	7.174.451,72	5.277.456,31	3.397.872,77
2019	10.747.883,43	8.605.025,00	6.190.650,60
2020	11.611.514,07	9.934.799,28	6.529.530,95
2021	7.955.584,55	7.378.999,90	6.343.508,19
2022 (a)	3.012.213,49	2.409.441,27	1.550.161,72

a) Na coluna investimentos realizados está considerado o valor relativo ao PIPSC no montante de €318.784,88.

Em 2022 o saldo das verbas para financiamento da contrapartida nacional e despesas não elegíveis dos projetos da Concessão é devedor pelo que o mesmo se encontra refletido no Ativo em outros créditos a receber.

“41. Acontecimentos após a data de balanço”

Ainda que não tenham sido recebidas informações materialmente relevantes, as demonstrações financeiras foram atualizadas, dada a possibilidade da atribuição de um adicional remuneratório poder ser considerada errónea.

“42. _Impactos de fatores excepcionais, designadamente da crise geopolítica na atividade da empresa à data de balanço”

Após os condicionamentos impostos pela situação de pandemia declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde em consequência do vírus SARS-CoV-2 e que influenciaram e condicionaram a toda a atividade económica mundial, viveram-se anos em que a economia mundial foi muito condicionada. O alívio da situação económica esperado em 2022 não chegou a ocorrer, por um lado pela subida da inflação, e por outro, pela invasão da Ucrânia que originou uma diminuição da oferta da energia à Europa e um acentuado

aumento do seu custo. Esta situação levou a uma subida das taxas de juro do Banco Central Europeu, da Reserva Federal Americana e de uma forma geral dos Bancos Centrais de todos os estados, com reflexos na atividade económica tendo aumentado os riscos de recessão. Apesar desta situação a atividade da EDM decorreu dentro da normalidade, sem impactos significativos a nível de proveitos e custos.

“43. _Ativos contingentes”

Em 18 de maio de 2022, a EDM celebrou com Almina um contrato de cedência dos direitos de exploração mineira do Projeto Gavião, pelo valor de € 11 612 571,00 dos quais € 8 112 571,00 (acrescidos de iva) foram recebidos na data do presente contrato e os restantes € 3 500 000 deverão ser recebidos na data do início da produção comercial do minério.

Também em 15 de dezembro de 2021, a EDM celebrou com a Somincor um contrato de cedência dos seus direitos de exploração das minas Neves-Corvo (projeto Semblana), pelo valor fixo de € 3 780 000,00 acrescido de iva e pelo valor variável condicionado às quantidades de minério existente.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da

EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Administração da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** (a Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e que compreendem o Relatório da Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

Examinámos os registos e documentos contabilísticos, os quais se encontravam em boa ordem, em observância da lei e dos estatutos.

A apreciação dos documentos de prestação de contas e do Relatório da Gestão, permite-nos concluir que as demonstrações financeiras refletem de forma adequada a situação financeira e patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2022.

Assim, somos de parecer que:

- a) As contas apresentadas pela Administração merecem aprovação;
- b) O Relatório da Gestão deve igualmente ser aprovado.

Verificámos ainda que foi:

- Cumprida a exigência da apresentação anual do relatório de boas práticas do governo societário;
- Foram cumpridas as orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, designadamente do cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2022.

O presente Relatório e Parecer substitui o anteriormente emitido com data de 11 de março de 2023.

Lisboa, 12 de julho de 2023

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Representada por:



Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828

Registado na CMVM com o n.º 20160456

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 64 696 364 EUR e um total de capital próprio de 57 371 118 EUR, incluindo um resultado líquido de 5 017 520 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme se refere na *Nota 41. Acontecimentos após a data do balanço do Anexo*, a Administração procedeu em 3 de julho de 2023 à revisão das demonstrações financeiras, dada a possibilidade da atribuição de um adicional remuneratório poder ser considerada errónea. Consequentemente, a presente Certificação Legal de Contas substitui a anteriormente emitida com data de 11 de março de 2023.

Em conformidade com o disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foram transferidos para a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., concentrados de urânio (U3O8) a título de prestação acessória de capital do Estado Português, que se encontram refletidos no Balanço na rubrica de Inventários, pelo montante de 13 731 185 EUR (valorizados, à data da realização da prestação acessória, tendo por base o valor

médio de mercado das publicações especializadas do observatório de preços do EURATOM). De acordo com as indagações efetuadas, a Administração da Entidade considera que o valor escriturado é recuperável, motivo pelo qual não foi reconhecida imparidade deste ativo.

Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitados à EDM, a Empresa, de forma muito particular, reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos, quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes ativos intangíveis em curso.

Adicionalmente a Empresa considerou como efetuadas por conta e em substituição do Estado as despesas realizadas no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros nº 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica.

Encontra-se registado como uma dívida do Estado, enquanto Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas, parte da remuneração do capital e relativamente às intervenções efetuadas naquele âmbito, relativamente à componente nacional dos financiamentos bem como os gastos com intervenções não elegíveis para financiamento comunitário, no montante de cerca de 2 000 000 EUE (2021: 2 060 000 EUR). A EDM mantém em curso procedimentos para definir e formalizar, com a Direção Geral de Geologia e Energia (DGEG) e o Acionista, os mecanismos necessários para o financiamento destas componentes.

Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas em 2021, por peritos independentes, aos imóveis detidos pela EDM - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário, cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de 6 700 000 EUR (2021: 6 400 000 EUR), nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para a prestação daquela informação financeira. De referir que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDM, proveniente de empresas mineiras encerradas, associada à ausência de procura no referido segmento do mercado imobiliário, pode afetar materialmente os suportes e previsões constantes das respetivas avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDM.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

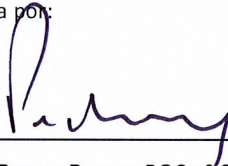
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de julho de 2023

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Representada por:



Pedro Nuno Ramos Roque, ROC n.º 828

Registado na CMVM com o n.º: 20160456

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, (adiante também designada por EDM ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de € 64 696 364 e um total de capital próprio de € 57 371 118, incluindo um resultado líquido de € 5 017 520), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitados à EDM, a Empresa, de forma muito particular, reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos, quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes ativos intangíveis em curso.

2. Adicionalmente a Empresa considerou como efetuadas por conta e em substituição do Estado as despesas realizadas no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica.

3. Encontra-se registado como uma dívida do Estado, enquanto Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas, parte da remuneração do capital e relativamente às intervenções efetuadas naquele âmbito, relativamente à componente nacional dos financiamentos bem como os gastos com intervenções não elegíveis para financiamento comunitário, no montante de cerca de € 2 000 000 (2021: € 2 060 000). A EDM mantém em curso procedimentos para a definir e formalizar, com a Direção Geral de Geologia e Energia (DGEG) e o Acionista, os mecanismos necessários para o financiamento destas componentes.

4. Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas em 2021, por peritos independentes, aos imóveis detidos pela EDM - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário, cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de € 6 700 000 (2021: € 6 400 000), nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para a prestação daquela informação financeira. De referir que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDM, proveniente de empresas mineiras encerradas, associada à ausência de procura no referido segmento do mercado imobiliário, pode afetar materialmente os suportes e previsões constantes das respetivas avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDM.

5. No âmbito das medidas de adaptação da orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP (LNEG), aos objetivos do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), nos termos do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 145/2012, de 11 de julho, o Estado transferiu para a EDM os ativos de urânio (U308) do LNEG, valorizados em € 13 700 000, a título de prestação acessória de capital do Estado. Aplicando critérios idênticos aos então utilizados e tendo em atenção que aquela informação está disponível até 2020, aqueles ativos seriam valorizados em € 11 000 000 (2021: € 11 000 000). Não fazendo o consumo e/ou venda de urânio (U308) parte de atividade operacional da EDM, e não existindo previsão para a venda do urânio (U308) no médio/longo prazos, tem sido entendimento da EDM manter estes ativos ao custo de aquisição. De referir ainda que os objetivos do parqueamento do urânio (U308) na Empresa e a forma como foi registado e valorizado, a título de prestações acessórias de capital, deverá ser enquadrada e analisada na perspetiva do Estado, acionista único da Sociedade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas substituem as demonstrações financeiras apresentadas no Relatório e Contas datado de 10 março de 2023. Esta reemissão decorre de um ajustamento efetuado à estimativa de um adicional remuneratório. O presente relatório de auditoria substitui o datado de 10 de março de 2023 e não sofreu qualquer alteração nas suas conclusões.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção

material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 11 de julho de 2023

Assinado por: **João Guilherme Melo de Oliveira**



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC